

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília

ARIEL DA SILVA PARRILHA

**AS “MULHERES DE CONFORTO” COREANAS E A VIOLÊNCIA SEXUAL
ESTRATÉGICA: UMA ANÁLISE**

MARÍLIA

2022

ARIEL DA SILVA PARRILHA

**AS “MULHERES DE CONFORTO” COREANAS E A VIOLÊNCIA SEXUAL
ESTRATÉGICA: UMA ANÁLISE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

MARÍLIA

2022

P261"	<p>Parrilha, Ariel da Silva</p> <p>As "mulheres de conforto" coreanas e a violência sexual estratégica: uma análise / Ariel da Silva Parrilha. -- Marília, 2022</p> <p>134 p.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília</p> <p>Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos</p> <p>1. Elisabeth Jean Wood. 2. Teoria feminista das Relações Internacionais. 3. Violações sexuais em conflitos armados. 4. "Mulheres de conforto". 5. Coreia. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ARIEL DA SILVA PARRILHA

**AS “MULHERES DE CONFORTO” COREANAS E A VIOLÊNCIA SEXUAL
ESTRATÉGICA: UMA ANÁLISE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista — Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Campus de Marília, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Relações Internacionais e Desenvolvimento

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____

Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos (UNESP – Marília)

1º Examinadora: _____

Dra. Tania Suely Antonelli Marcelino Brabo (UNESP – Marília)

2º Examinadora: _____

Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho (UFPB)

Marília, SP, 22 de agosto de 2022.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Estadual do Estado de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências, por ter me acolhido e se tornado uma casa desde 2016, quando entrei na graduação, até o momento de minha conclusão no mestrado, por ter me proporcionado crescimento inimaginável ao longo dos seis anos em que frequentei seu ambiente, assim como a todo o corpo docente.

Aos meus pais, Miryam e Francisco, que são minha fonte inesgotável de amor, companheirismo e apoio, por acreditarem em mim e me ajudarem a evoluir como pessoa, e sem os quais eu jamais teria sido capaz de chegar até aqui. Obrigada por me apoiarem em cada fase da minha trajetória, por estarem ao meu lado nas minhas vitórias e nas minhas derrotas, e por depositarem tanta fé em mim. Vocês me transformam em um ser humano melhor, sou eternamente grata por tê-los em minha vida.

A todos os meus amigos, especialmente Rafaella, Isabele, Karime, Isabela, Eduardo e Frederico, por me impulsionarem a continuar quando eu não era capaz de acreditar no meu potencial. Concluir o mestrado em um período tão conturbado de caos na saúde pública mundial só foi possível porque vocês estavam comigo me incentivando e me acolhendo em cada momento de incerteza e angústia.

Ao meu orientador, professor Rodrigo Passos, por ter confiado em mim para realizar a pesquisa, por ter me apoiado e me guiado tão bem na escrita e na produção do trabalho, e por ter me acolhido e me acalmado em diversos momentos adversos que tive no decorrer dos dois anos e meio que estive sob sua orientação.

A todos que me ajudaram, seja direta ou indiretamente, na produção desta pesquisa, deixo aqui o meu maior agradecimento. Esta conquista só foi possível porque cada um de vocês esteve comigo nesta caminhada.

Resumo: O presente trabalho apresentado para exame de qualificação visa centralmente analisar a teoria de Elisabeth Jean Wood, importante teórica feminista das Relações Internacionais, no que tange ao seu conceito de violência sexual estratégica, com a intenção de compreender o caso específico das “mulheres de conforto” coreanas, que foram escravizadas sexualmente pelo Exército Imperial Japonês durante a Segunda Guerra Mundial. Pretende-se: (a) pesquisar a hipótese proposta por Wood em relação ao uso de violações sexuais como estratégia de guerra em conflitos armados; (b) levantar informações empíricas e históricas básicas (a partir de dados secundários) sobre o caso das “mulheres de conforto” coreanas; e (c) aplicar a compreensão do estupro presente na hipótese de Wood de violações sexuais como estratégia de guerra em conflitos armados no caso das “mulheres de conforto” coreanas.

Palavras-chave: Elisabeth Jean Wood; teoria feminista das Relações Internacionais; violações sexuais em conflitos armados; “mulheres de conforto”; Coreia.

Abstract: The present work presented for the qualification exam aims to analyze the theory of Elisabeth Jean Wood, an important feminist theorist of International Relations, regarding her concept of strategic sexual violence, with the intention of understanding the specific case of “women of comfort,” who were sexually enslaved by the Japanese Imperial Army during World War II. It intends: (a) to research the hypothesis proposed by Wood regarding the use of sexual violations as a war strategy in armed conflicts; (b) to gather basic empirical and historical information (from secondary data) on the case of Korean “comfort women”; and (c) to apply the understanding of rape present in Wood's hypothesis of sexual violations as a war strategy in armed conflicts, to the case of Korean “comfort women”.

Keywords: Elisabeth Jean Wood; feminist theory of International Relations; sexual violations in armed conflicts; “comfort women”; Korea.

SUMÁRIO

1. <u>INTRODUÇÃO</u>	7
2. <u>CAPÍTULO 1 – A VIOLÊNCIA SEXUAL EM CONFLITOS ARMADOS</u>	10
2.1 INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO	10
2.2 A VIOLÊNCIA SEXUAL EM CONFLITOS ARMADOS: TEORIAS FEMINISTAS CLÁSSICAS.....	10
2.3 OS ESTUDOS DE ELISABETH JEAN WOOD	26
2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	51
3. <u>CAPÍTULO 2 – O QUE HÁ POR TRÁS DO SISTEMA DE CONFORTO</u>	52
3.1 INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO	52
3.2 O PAPEL DA MULHER NAS SOCIEDADES ASIÁTICAS: A INFLUÊNCIA DO CONFUCIONISMO ...	52
3.3 CONTEXTO HISTÓRICO.....	55
3.3.1 A Restauração Meiji e as guerras pela Coreia.....	55
3.3.2 A Dominação Japonesa	62
3.4 O HISTÓRICO DO JAPÃO COM RELAÇÃO À EXPLORAÇÃO SEXUAL.....	69
3.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	71
4. <u>CAPÍTULO 3 – AS “MULHERES DE CONFORTO” COMO ESTRATÉGIA MILITAR</u> <u>73</u>	
4.1 Introdução do capítulo.....	73
4.2 O conceito de violência sexual estratégica por Wood.....	73
4.3 O sistema de conforto.....	76
4.4 Os 50 anos de silêncio	95
4.5 O movimento de reparação	98
4.6 Conclusão do capítulo	120
5. <u>CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTAS DE ANÁLISES</u>	121
6. <u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	124

1. INTRODUÇÃO¹

O caso das “mulheres de conforto” coreanas constitui o maior exemplo da exploração vivida pelo povo coreano durante o período da chamada Dominação Japonesa, no qual o Japão colonizou a Península Coreana. A colonização da Coreia se relaciona com o contexto de revolução industrial japonês, que teve início na Restauração Meiji, quando o Japão investiu em um projeto de modernização do país, fazendo com que fosse necessária a busca por novos territórios para suprimir a necessidade de matéria prima.

A Coreia, por ser fonte importante de carvão, terminou por ser anexada ao Japão no ano de 1910. Com a escalada da guerra, os coreanos foram forçados a trabalhar em campos de concentração que foram instituídos com o objetivo de produzir armamentos para o conflito, abrindo espaço para que milhares de jovens coreanas fossem recrutadas com promessas de emprego falsas.

O governo do Japão instituiu o que ficou conhecido como sistema de conforto, no qual bordéis militares eram estabelecidos nas regiões em que dominava, locais onde as mulheres ficavam confinadas e eram obrigadas a manter relações sexuais com os soldados japoneses. Estima-se que entre 80 mil e 200 mil mulheres tenham passado pelas estações, sendo que cerca de 80% delas vinham da Península Coreana.

“Mulher de conforto” é o nome dado às mulheres, em sua maioria coreanas, que foram escravizadas sexualmente pelo Exército Imperial Japonês durante, principalmente, a Segunda Guerra Mundial. O nome vem da própria função que os soldados japoneses davam às mulheres que ficavam confinadas nas estações de conforto, como ficaram conhecidos os bordéis militares criados pelo exército. Percebe-se que há aqui um sentido pejorativo à nomenclatura dada a elas, uma vez que passa a ideia de que elas eram prostitutas que tinham como função fornecer “conforto” aos soldados japoneses.

É evidente que tal sistema constituía importante papel na política de guerra do Japão, tendo em vista que os objetivos que levaram o Japão a construir as estações de conforto eram claros: evitar que os soldados estupassem as mulheres nos locais que conquistavam; controlar a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis; impedir o contato de soldados com mulheres locais visando evitar que espiãs se infiltrassem no exército; fornecer “alívio” para os soldados como uma forma de potencializar suas atuações durante os combates.

¹ Esta dissertação foi produzida no ano de 2021, em período pandêmico. Escrevê-la em um momento conturbado de insegurança sanitária, em adição ao contexto político caótico, foi uma tarefa árdua e muito desgastante emocionalmente. Por este motivo, a conclusão do trabalho tornou-se ainda mais significativa.

O sistema de conforto é fruto, portanto, da cultura japonesa patriarcal, fortemente influenciada pelo confucionismo, que reduzia o papel da mulher ao de servir seus homens, inclusive sexualmente, ao mesmo tempo em que as culpabilizava pela violência sexual que sofriam, em uma clara demonstração da supervalorização da virgindade feminina, reduzindo as mulheres a objetos sexuais que ficariam à mercê das atitudes dos homens.

A partir disso, escolheu-se como referencial teórico as proposições de Elisabeth Jean Wood, uma importante teórica feminista das Relações Internacionais cuja teoria está centrada na variação da violência sexual em conflitos armados, especialmente com relação à forma como a mesma pode ocorrer durante períodos belicosos. Uma de suas maiores contribuições está no conceito de violência sexual estratégica, definido por ela como uma forma de violência sexual que é efetivamente comandada pelos líderes militares por meio do entendimento de que os benefícios que ela traz são essenciais para o funcionamento do exército.

Por este motivo, a autora e, conseqüentemente, sua teoria foram consideradas as mais adequadas para a produção da presente pesquisa, tendo em vista seu entendimento acerca da utilização da violência sexual como uma estratégia militar e considerando os objetivos que o Exército Imperial possuía ao desenvolver o sistema de conforto.

O presente trabalho tem como objetivo, portanto, responder a seguinte pergunta: quais são os aspectos presentes no caso das “mulheres de conforto” coreanas que permitem demonstrar de maneira mais acurada o papel das mulheres na guerra de acordo com o que Elisabeth Jean Wood propõe em sua teoria? A hipótese que se propõe define que o caso das “mulheres de conforto” pode ser, de fato, entendido como um exemplo de como a violência sexual pode ser utilizada como uma estratégia pelas lideranças militares na visão de Wood.

Sendo assim, o trabalho divide-se em três capítulos.

No primeiro capítulo, será apresentada uma pesquisa aprofundada sobre a teoria de Wood no que tange à violência sexual em conflitos armados, buscando evidenciar sua importância teórica em contraste com outras teóricas feministas das Relações Internacionais conhecidas. Com isso, é possível perceber que, ao contrário do que muitas teorias feministas afirmam, a violência sexual em conflitos armados não é inevitável, de modo que as próprias lideranças militares são as responsáveis por aplicá-la, ou não, durante o conflito. A partir disso, serão apresentadas três formas de violência sexual definidas pela autora: (1) a violência sexual oportunista, (2) a violência sexual como prática e (3) a violência sexual como estratégia. Esta última é o foco da teoria da autora e se trata do conceito mais importante para o desenvolvimento da pesquisa que gerou o presente trabalho.

No segundo capítulo, será apresentado o contexto necessário para que se possa compreender a fundo o desenvolvimento do sistema de conforto pelo Japão. Para isso, será trabalhado o impacto que os ideais confucionistas, vertente filosófica importante no desenvolvimento dos povos do Leste Asiático, tiveram, tanto no desenvolvimento do sistema de conforto, quanto no modo como o Japão e a Coreia do Sul lidaram com a questão depois do final da guerra. Também será trabalhado o histórico do Japão com relação à exploração sexual feminina, em uma demonstração clara de que o sistema desenvolvido durante a Segunda Guerra Mundial nada mais foi do que uma expansão de uma prática anterior, na qual as mulheres eram vistas meramente como objetos sexuais.

No último capítulo, será desenvolvida uma análise do caso das “mulheres de conforto” levando em consideração a teoria de Wood sobre violência sexual estratégica, visando comprovar, ou não, a hipótese de que o Japão se utilizou da violência sexual durante a Segunda Guerra Mundial como uma estratégia militar. Além disso, será feita uma análise acerca da negativa do governo japonês em fornecer às vítimas as exigências que são feitas por elas, com base no fato de que as leis internacionais sobre violência sexual são posteriores ao caso, bem como pela assinatura do tratado com a Coreia do Sul que normalizou as relações diplomáticas entre os dois países.

2. CAPÍTULO 1 – A violência sexual em conflitos armados

2.1 Introdução do capítulo

As teorias feministas das Relações Internacionais percorreram um longo caminho até que se tornassem área importante para os estudos acerca desta disciplina. Com um enfoque voltado para a situação das mulheres no sistema internacional, teóricas feministas passaram, também, a observar de que maneira os papéis de gênero influenciam a atuação dos grupos armados e dos soldados durante períodos belicosos.

Sendo assim, a violência sexual em conflitos armados passou a ser questão central em diversos estudos feministas sobre guerra e militarismo. Muito se discute sobre quais seriam as explicações possíveis que levam à prática ou não da violência sexual por grupos armados em períodos de guerra, assim como o papel desempenhado por questões de gênero na incidência dessa forma de violência.

Uma importante autora contemporânea que trata deste assunto é Elisabeth Jean Wood, que trabalha em sua teoria o conceito de violência sexual estratégica, utilizada por grupos armados com objetivos específicos para obter vantagens durante o período de guerra.

Este capítulo, portanto, objetiva apresentar brevemente o caminho percorrido pelas teorias feministas das Relações Internacionais para se transformarem em subárea da disciplina, para, em seguida, apresentar algumas das mais importantes teóricas que trabalharam com a questão da violência sexual em conflitos armados e a relação entre gênero e militarismo. No segundo momento do capítulo, será apresentada de maneira aprofundada a teoria de Elisabeth Jean Wood acerca da violação de mulheres durante a guerra, bem como seu conceito de violência sexual estratégica.

2.2 A violência sexual em conflitos armados: teorias feministas clássicas

A violência sexual em tempos de guerra tem sido um tema cada vez mais estudado pelas teóricas feministas das Relações Internacionais, devido a sua alta incidência em conflitos dessa natureza. As novas teorias que tratam do assunto perceberam, no entanto, que a violência de cunho sexual não é um fenômeno onipresente nos conflitos militares, como acreditavam as primeiras cientistas feministas. Pelo contrário, pesquisas recentes demonstraram que os casos de estupro cometidos por grupos armados costumam variar de magnitude. Por este motivo, pesquisas sobre relações de gênero em períodos de guerra têm grande importância no contexto das Relações Internacionais.

Para se compreender de que maneira as teorias feministas encontraram espaço para discutir essas questões, é importante entender o desenvolvimento da pesquisa feminista no espaço das Relações Internacionais.

A primeira cátedra, que daria origem à área de pesquisa da Política Internacional, teve seu início marcado pela crise da sociedade moderna, que ocorreu entre os Estados pertencentes ao sistema internacional (SMITH, BOOTH & ZALEWSKIA, apud MARIUTTI, 2013), ocasionada pela Primeira Guerra Mundial, que interrompeu a onda otimista que a consolidação do liberalismo econômico havia gerado. Os horrores da guerra demonstraram que a prosperidade econômica não seria um fator suficientemente forte para impedir um conflito, pelo contrário, o desenvolvimento industrial fez com que a guerra entre sociedades fortemente industrializadas fosse o mais violento já visto até então (MARIUTTI, 2013, apud. PARRILHA, 2019).

A disciplina das RI passou por um caminho tortuoso até chegar ao que é atualmente e é marcada pelo embate de diversas vertentes teóricas que buscaram explicar as relações entre os Estados no sistema internacional.

O primeiro grande debate das Relações Internacionais se iniciou por volta de 1918, atingindo seu ápice na década de 1930, e ocorreu entre teóricos realistas e idealistas (MARIUTTI, 2013). O realismo é a vertente das RI que considera o “[...] sistema internacional como uma arena formada essencialmente pela interação entre Estados soberanos” (MARIUTTI, 2013, p. 7), de modo que sua configuração é anárquica e desigual, e não existe instituição alguma que possua poder suficiente para projetar-se sobre as unidades estatais. Por conta disso, o principal interesse dos Estados é a sua própria segurança, buscando alcançá-la por meio de relações de força (MARIUTTI, 2013). O idealismo, por sua vez, é uma vertente muito mais otimista com relação ao funcionamento do sistema internacional do que o realismo, sendo fortemente caracterizada pela crença de que seria possível estruturar o mundo de maneira pacífica, levando-se em conta questões econômicas que, segundo os autores idealistas, seriam mais importantes do que a própria política (BARNABÉ, 2013). Acredita na perfectibilidade humana, bem como nas organizações internacionais, que devem ser construídas por meio de cooperação entre os Estados (GONÇALVES, 2004).

As mudanças ocorridas na estrutura do sistema internacional após a Segunda Guerra Mundial pareceram confirmar a validade das teses realistas, com o surgimento de dois blocos antagônicos encabeçados pelos Estados Unidos e a União Soviética, duas superpotências hegemônicas, que deram início à Guerra Fria e ao fim das esperanças de que seria possível

chegar a paz mundial (GONÇALVES, 2004). A partir disso, as relações internacionais passaram a ser definidas tradicionalmente entre a dicotomia guerra e paz, como um legado deixado pela grande guerra e pelo período antagônico que se seguiu, consolidando o realismo como a corrente teórica dominante, fortemente ligada a temas como segurança internacional e estudos estratégicos (SOUZA, 2014).

Como um campo de estudo que se desenvolveu, sobretudo, nos Estados Unidos, as Relações Internacionais se consolidam como o estudo científico do Estado e de suas relações com seus pares no sistema internacional, de modo que considerações sobre relações sociais de poder são desqualificadas como objeto legítimo de análise (HOFFMAN, 1977, apud. SOUZA, 2014, p. 0).

O segundo debate das Relações Internacionais surge nesse contexto, ao fim da década de 1950, e teve conteúdo fundamentalmente de ordem metodológica, opondo os realistas aos behavioristas. Estes últimos têm a intenção de elevar a credibilidade da teoria realista introduzindo metodologias científicas (GONÇALVES, 2004). De acordo esta vertente, o realismo se utilizava de conceitos demasiadamente gerais, como se fossem leis universais. Para os autores behavioristas, somente seria possível prever o comportamento dos Estados fazendo-se uso de metodologias similares aos modelos matemáticos. Segundo eles, a incorporação de conceitos e modelos advindos de outras Ciências era o que daria às Relações Internacionais um caráter científico (GONÇALVES, 2004).

Por sua vez, o terceiro debate, também chamado de “Debate dos Paradigmas”, ocorreu ao longo da década de 70, tendo Robert Keohane e Joseph Nye como seus principais representantes. Este debate foi consequência dos impactos produzidos pelos acontecimentos da década, como o primeiro choque do petróleo, o fim da Guerra do Vietnã, o abandono do padrão-ouro de Bretton Woods e o início das tensões comerciais entre os Estados Unidos e o Japão, que levaram a uma perda relativa do poder dos Estados Unidos e a uma crescente importância de fatores econômicos nas relações internacionais (GONÇALVES, 2004).

Os autores que se opunham aos realistas argumentavam que não era possível pensar o sistema internacional somente do ponto de vista da segurança, de modo que a economia mundial “[...] havia evoluído para uma etapa em que o poder passava a ser exercido mediante o uso exclusivo dos mecanismos financeiros e comerciais, sem haver a necessidade do uso ostensivo da força militar” (GONÇALVES, 2004, p. 20). Sendo assim, para esses autores, o Estado não poderia ser mais o único ator válido das relações internacionais, seria necessário reconhecer a

existência de outros atores, como as organizações internacionais, por exemplo (GONÇALVES, 2004).

O terceiro debate é o mais difícil de ser resumido, tendo em vista a ambiguidade conceitual que o permeia. O alvo da crítica, como nos debates anteriores, continua sendo o realismo e suas bases positivistas. No entanto, diferentemente dos outros dois debates, não há apenas uma vertente teórica buscando se opor às crenças realistas. As posições críticas mais conhecidas deste período são a teoria crítica², o pós-modernismo³ e o feminismo.

Sendo assim, as discussões sobre gênero e feminismo no âmbito das Relações Internacionais se insere no terceiro debate da disciplina, tendo ganhado maior destaque a partir dos anos 80 (GONÇALVES, 2004). As teorias feministas passaram a ganhar espaço na área impulsionadas “[...] principalmente por uma inquietação de mulheres que se dedicavam a estudos na área que perceberam a ausência gritante de mulheres no mundo da política internacional” (BARROS, 2007, p. 172-173).

A inserção feminina nos estudos das Relações Internacionais ocorreu como um fruto de movimentos sociais de mulheres, de modo que as abordagens iniciais vieram a se vincular aos estudos da Economia Política Internacional, subárea que se mostrava mais receptiva aos questionamentos acerca da pouca participação de mulheres na disciplina (WHITWORTH, 1994, apud. SOUZA, 2014).

Neste sentido, as contribuições do feminismo para o desenvolvimento das Relações Internacionais têm como objetivo a desconstrução das identidades de gênero masculinizadas que existem na disciplina e que se provaram excludentes, hierárquicas e autoritárias com relação às mulheres. As autoras desta vertente, portanto, buscam espaço para que as características definidas, especialmente no imaginário ocidental, como sendo femininas possam ser colocadas à luz nas articulações das relações internacionais (BARROS, 2007). Trata-se de questionar e criticar os postulados convencionais realistas, especialmente com relação ao quê e como se estudava política internacional à época (TICKNER, 2001, apud. SOUZA, 2014).

² A teoria crítica rejeita a ideia realista do sistema de Estados, que funcionaria de acordo com leis imutáveis e universais. De acordo com os autores dessa vertente, a teoria realista seria um discurso formulado pelas grandes potências para justificar a dominação que exercem no sistema internacional. Para eles, toda teoria deve não somente produzir análises, mas também funcionar como um motor para mudanças das relações sociais em todo o mundo (GONÇALVES, 2004).

³ O pós-modernismo tem como alvo principal o conceito de Estado como ator fundamental das relações internacionais, que agiria de maneira racional para alcançar seus interesses e maximizar seu poder. Para estes autores, o Estado não existe, trata-se apenas uma ficção construída pelas pessoas com a finalidade de dar significado às ações sociais que elas mesmas empreendem entre si (GONÇALVES, 2004).

Dessa forma, o final dos anos 80 foi o marco importante para a consolidação da presença feminista nas discussões da área, uma vez que foi nesse momento em que o pós-positivismo⁴ surgiu como um contraponto ao positivismo presente na teoria realista que dominava a disciplina no período, de modo que questões identitárias ligadas a normas sociais, discursos e instituições passaram a ter maior visibilidade e legitimidade nas discussões das Relações Internacionais (FOIATTO, 2017).

Inicialmente, o debate sobre a baixa inclusão das mulheres na política internacional foi liderado pelo feminismo liberal (WHITWORTH, 1994, apud. SOUZA, 2014). As autoras feministas liberais passaram a se preocupar com a incorporação feminina nas Relações Internacionais com base em princípios tradicionais do liberalismo político, tais como igualdade de direitos civis e de oportunidades (TICKNER, 2001, apud. SOUZA, 2014).

Ao perguntar onde estavam as mulheres na política internacional, o feminismo liberal esperava jogar luz em duas questões distintas, mas interligadas: primeiramente, na posição de subinclusão das mulheres nos espaços tradicionais de política internacional – como chefes de Estado, diplomatas, servidoras das Forças Armadas, entre outros; e, em segundo lugar, na forma como os lugares que eram efetivamente ocupados por mulheres eram tornados invisíveis politicamente (WHITWORTH, 1994, apud. SOUZA, 2014, p. 2).

Com o desenvolvimento da área, tais questionamentos deixaram de ser exclusivos do feminismo liberal. No contexto dos debates que ocorriam dentro do próprio movimento feminista desde a década de 1960, surgiram críticas ao pensamento feminista liberal com relação à reprodução de conceitos teóricos dominantes das Relações Internacionais, ao mesmo tempo em que a subrepresentatividade feminina foi incorporada por tradições distintas, como a teoria crítica, por exemplo, expandindo as discussões para além do campo do feminismo liberal (SOUZA, 2014).

Assim, as autoras feministas da área “[...] partem da pergunta sobre onde estão as mulheres na política internacional para iniciar um debate mais amplo e profundo sobre gênero e Relações Internacionais” (SOUZA, 2014, p. 2).

Tickner, importante teórica feminista, apresenta em 1992 um de seus trabalhos mais importantes, o livro *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*, no qual constata a baixa presença feminina não somente como atores políticos

⁴ O pós-positivismo inclui uma variedade de abordagens que dariam origem ao terceiro debate, como a teoria crítica e o pós-modernismo, não adotando uma metodologia científica convencional para se entender as relações internacionais (TICKNER, 2001, apud. FOIATTO, 2017).

relevantes no âmbito da política internacional, mas ainda como acadêmicas, especialmente com relação a questões que envolvem guerra e paz, consideradas centrais na disciplina (SOUZA, 2014).

Além disso, foi no ano de 1989 que Cynthia Enloe deu origem a um dos principais clássicos do feminismo das Relações Internacionais, o livro *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Na obra, a autora analisa a vida e as experiências de diferentes mulheres nas mais variadas camadas da política internacional, afastando-se de assuntos centrais e tradicionais das Relações Internacionais, ao mesmo tempo em que procura fazer um mapeamento das fronteiras que limitam a disciplina (ENLOE, 1989, apud. FOIATTO, 2017). Sua reflexão parte, portanto, dos papéis de gênero presentes em contextos militarizados, apresentando como exemplo fotos da primeira-ministra do Reino Unido entre os anos de 1979 e 1990, Margareth Thatcher, rodeada por colegas presidentes, chanceleres e ministros em uma reunião do G7⁵ em Veneza, podendo-se notar que todos eram homens, com exceção dela (SOUZA, 2014).

Para as autoras feministas que tentaram expandir o estudo do feminismo para além dos limites liberais,

[...] a baixa presença de mulheres nos espaços da política internacional, sejam eles a academia ou corpo político, é um sintoma de relações de poder desiguais entre gêneros cujo alcance social é muito mais amplo e profundo do que as soluções propostas pelo feminismo liberal são capazes de abordar. Entram em discussão, portanto, questões sobre a construção social e política das representações de gênero, sobre quem as (re)produz e sobre como elas são sustentadas, inferindo uma dimensão crítica de emancipação que, no feminismo liberal, resumia-se a trazer as mulheres para as esferas políticas internacionais (SOUZA, 2014, p. 2-3).

Dessa forma, algumas autoras feministas das Relações Internacionais passaram a negar as proposições clássicas do feminismo liberal, que se preocupa em corrigir desigualdades de gênero por meio de medidas políticas e legais, visando refletir sobre o modo como o não lugar feminino se associa a “[...] um imaginário político de gênero social e historicamente construído” (SOUZA, 2014, p. 3), onde o masculino é visto como forte, poderoso e racional, enquanto o feminino significa fraco, ingênuo e incapaz (TICKNER, 1992, apud. SOUZA, 2014). Gênero,

⁵ O Grupo dos Sete é um fórum criado no ano de 1975, integrado pelas sete maiores economias mundiais, que se reúne periodicamente para discutir questões acerca da economia global. Fazem parte do G7 Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, bem como a União Europeia e outras organizações, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Central Europeu (BEZERRA, [201-]).

portanto, se trata de expectativas a respeito daquilo que significa ser homem ou mulher nas sociedades, sendo, muitas vezes, necessário que mulheres atuem de maneiras masculinas visando se encaixar na política internacional (GALHERA; MASO, 2017).

Sendo assim, as leituras feministas das Relações Internacionais expandem suas análises para além das desigualdades de representação e opressão entre os gêneros na política internacional e suas causas e consequências, passando a analisar como as representações de gênero, ou seja, estereótipos sociais sobre masculinidade e feminilidade, são capazes de influenciar e se relacionar à condução da história política (SOUZA, 2014). Uma agenda feminista em política internacional demanda, portanto, reflexões que possam extrapolar o que as teorias tradicionais da disciplina são capazes de fornecer.

As teóricas feministas passaram a produzir reflexões acerca dos motivos pelos quais atividades tradicionalmente femininas são consideradas irrelevantes para a política internacional, impondo ao campo duas consequências:

[...] (1) elas evidenciam a forma como as relações internacionais são mais complexas e profundas do que as teorias tradicionais da disciplina dão conta; e (2) elas suscitam perguntas sobre como as relações de poder acontecem, de modo que seja possível uma subjugação histórica e sistemática das mulheres e do feminino na política mundial (ZALEWSKI, 2010, apud. SOUZA, 2014).

Os trabalhos feministas, portanto, têm o objetivo de “desafiar certezas disciplinares do campo de Relações Internacionais, reconsiderando e dando novo significado a conceitos centrais da disciplina, como ‘política’ e ‘poder’” (SOUZA, 2014, p. 4). Enloe, por exemplo, considera que um dos principais problemas da área está relacionado justamente à subestimação das variedades de poder que imperam na política internacional por meio das teorias clássicas, que são responsáveis por invisibilizar as desigualdades de gênero (SOUZA, 2014).

Sendo assim, as teorias feministas passaram a produzir estudos relacionados ao subcampo da segurança internacional, área que envolve pesquisas com relação a questões de guerra e paz, centrais nas relações internacionais.

Abordagens feministas possibilitaram uma reformulação do que se consideram ameaças, objetos de estudo e, especialmente, do que se entende por “segurança” e “proteção”. Autoras feministas de Relações Internacionais foram responsáveis, portanto, por finalmente colocar em discussão questões como o uso do estupro como estratégia militar – e não como um “incidente” ou “efeito colateral” de situações de conflito – e construir reflexões sobre o fato de a maior parte das vítimas civis de conflitos armados,

bem como de pessoas refugiadas e deslocadas, ser composta por mulheres e crianças (KELLY, 2000; TICKNER, 2001, apud. SOUZA, 2014, p. 5).

Para as teóricas feministas, seria necessária uma revisão conceitual com relação aos estudos da segurança internacional que deveria “[...] ir além das distinções hierárquicas binárias aplicadas nos estudos clássicos” (FOIATTO, 2017, p. 31), por meio da análise de identidades no campo. Sendo assim, o objetivo dessas autoras é entender o modo pelo qual a segurança dos indivíduos e dos grupos está comprometida devido à violência estrutural presente no âmbito das Relações Internacionais (TICKNER, 2001, p. 48, apud. FOIATTO, 2017).

Tendo em vista que o gênero é deixado de lado em análises realistas da segurança internacional, as autoras feministas afirmam que os estudos tradicionais são desenvolvidos a partir de uma linguagem masculinizada, que acaba por ocultar o papel feminino na sociedade (TICKNER, 2001, apud. FOIATTO, 2017). Neste sentido, vertentes do feminismo buscam investigar o modo pelo qual a valorização daquilo que é associado ao masculino é capaz de influenciar na política externa dos Estados, ou seja, o foco feminista é entender os acontecimentos presentes em um conflito armado analisando suas causas (TICKNER, 2001, apud. FOIATTO, 2017). A investigação promovida por essas autoras, portanto, é capaz de demonstrar como as análises macro produzidas pelo realismo podem ser prejudiciais para grupos locais, que sofrem com as relações hierárquicas impostas pelas grandes potências (FOIATTO, 2017).

Há uma tentativa de questionar o chamado mito da guerra como provedora de proteção, especialmente para mulheres e crianças, classificadas como vulneráveis devido a estereótipos de fragilidade e fraqueza, demonstrando o alto número de mortes de civis que ocorre em períodos de conflitos armados (TICKNER, 2001, apud. FOIATTO, 2017).

Este mito de proteção cria a imagem de um soldado guerreiro e herói que sacrifica sua vida para salvar os indivíduos “desprotegidos” da sociedade. Dessa maneira, essa construção social é responsável tanto pelo recrutamento de jovens para as forças armadas quanto pela conquista de legitimidade da violência em tempos de guerra (FOIATTO, 2017, p. 32).

Ao contrário do que as vertentes teóricas tradicionais das Relações Internacionais costumam afirmar, o poder bélico de um Estado não é capaz de garantir sua segurança contra ameaças externas e internas, sendo, de acordo com as teorias feministas, a militarização uma das principais ameaças à segurança populacional (TICKER, 2001, apud. FOIATTO, 2017). O mito do soldado guerreiro é parte essencial da composição identitária nacional e da

masculinidade hegemônica, e contrasta diretamente com os casos de estupros cada vez mais comuns em conflitos armados, especialmente em conflitos étnicos, onde são considerados por muitos como “acidentes inevitáveis” (ZALEWSKI; PARPART, 2008, apud. FOIATTO, 2017).

Teóricas feministas, portanto, buscam demonstrar como estas violações podem ser utilizadas de maneira consciente como uma estratégia militar, visando enfraquecer as comunidades envolvidas no conflito (TICKNER, 2001, apud. FOIATTO, 2017). Além disso, também observou-se que os militares possuem ligação direta com a prostituição em zonas conflituosas, sendo perceptível que, ao contrário do que se acreditava, as mulheres não somente não são protegidas pela militarização, como também costumam ser vítimas das hostilidades (ENLOE, 1989, apud. FOIATTO, 2017). Este caso será posteriormente melhor trabalhado no terceiro capítulo, com o caso das “mulheres de conforto”.

Para se compreender os estudos desenvolvidos na área, é importante entender de que maneira o estupro é visto no sistema internacional atual e como pesquisas feministas foram essenciais para a sua criminalização em tempos de guerra.

O estupro é visto nas instituições de direitos humanos e direito humanitário internacional de maneira pouco consistente, embora recentemente tenha ocorrido algum avanço no que diz respeito à sua definição (VITO; GILL; SHORT, 2009). Geralmente, quando é mencionado, o estupro é associado à honra da mulher e não é definido como um crime de violência, de modo que a proteção das mulheres é vista como mais importante do que a proibição da prática do abuso sexual (VITO; GILL; SHORT, 2009).

Embora o estupro em conflitos armados seja recorrente ao longo da História, como observaram as teorias feministas, as proibições legais contra sua prática surgiram apenas recentemente, sendo os processos judiciais bastante raros. O estupro passou a ser considerado como um crime de guerra a partir do início da década de 1990, ao fim da guerra da Bósnia, quando surgiram relatos de violações dos direitos humanos e de estupro de mulheres muçulmanas, que ocorreu como limpeza étnica, o que viria a se tornar uma das formas através das quais a violência sexual pode ser considerada como genocídio (VITO; GILL; SHORT, 2009).

A comunidade internacional reagiu exigindo que o Conselho de Segurança criasse um tribunal *ad hoc* para processar crimes de guerra, com o argumento de que as atrocidades incessantes constituíam uma ameaça à paz internacional. O Conselho adotou a Resolução 808/827 que levou a criação do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia, embora não tenha especificado a jurisdição ou o estatuto penal do tribunal proposto (MEZGARIC, 1994, apud. VITO; GILL; SHORT, 2009, p. 31-32).

O desenvolvimento do Tribunal abriu jurisdição para que as autoridades jurídicas internacionais moldassem novos argumentos do Direito Internacional, proibindo as formas de estupro que ocorreram na Bósnia, e dando espaço para que o Tribunal julgasse a violação sexual como um crime de guerra. Também foi definido pelo Estatuto que deu origem ao Tribunal que o estupro poderia ser um crime contra a humanidade caso fosse cometido de maneira disseminada ou sistemática voltado contra uma população civil. Além disso, foi a partir desse momento que se iniciaram discussões com relação a obrigações morais em períodos de guerra e a possibilidade de se responsabilizar nações e indivíduos por crimes cometidos contra a humanidade (ASKIN, 1997, apud. VITO; GILL; SHORT, 2009).

Pode-se perceber que o estupro funciona como uma arma fortemente destrutiva em um conflito armado. Isto se deve, em geral, à sua capacidade de desmoralizar o grupo vitimado.

O estupro é uma das armas mais destrutivas de um conflito armado. Em parte, isso se deve a sua capacidade de desmoralizar um grupo conquistado. O estupro, ou a ameaça de estupro, pode levar ao deslocamento da população, fazer com que as pessoas fujam de seus países para evitar a violência sexual que a invasão militar pode trazer. O estupro também gera vergonha e trauma, o que pode impedir casamentos, provocar divórcios, dividir famílias, obrigar mulheres a abandonar ou matar crianças que são fruto de violação (LENTIN, 1997) e destruir os próprios alicerces sobre os quais a cultura humana se baseia e se mantém (LENTIN, 1997, apud. VITO; GILL; SHORT, 2009, p. 35).

Dessa forma, após os relatos advindos da guerra na Bósnia da utilização de estupro sistemático contra mulheres muçulmanas, o direito internacional passou a olhar para a violência sexual com mais atenção, passando a caracterizá-lo, através do Tribunal, como uma forma de genocídio, quando praticado de maneira generalizada contra um grupo específico de pessoas. Os casos de abusos sexuais em guerras passaram a ser investigados e condenados pela comunidade internacional. Outro momento em que o Tribunal Penal Internacional agiu nesse sentido foi no conflito de Ruanda, no qual Mikaeli Muhimana foi considerado responsável pelos estupros ocorridos durante o conflito, devido à sistematização do abuso contra a população civil, fato que foi considerado um crime contra a humanidade (PERES, 2011).

Como foi dito, portanto, foi a partir das violações ocorridas durante a guerra da Bósnia que o estupro passou a ser definido como uma prática de genocídio. Isso significa que, para ser considerado um crime contra a humanidade, o estupro em conflitos armados deve acontecer de maneira sistemática contra uma coletividade. A violação sexual, nesse sentido, tem implicações

graves sobre todo o grupo, forçando o deslocamento, dividindo famílias e obrigando mulheres a abandonar as crianças que são frutos da violência que sofreram (LENTIN apud. VITO; GILL; SHORT, 2009, p. 35). Além disso, o abuso sexual também funciona como uma forma de controle social, que visa impedir a resistência de um determinado grupo (VITO; GILL; SHORT, 2009). Dessa forma, o genocídio é a “[...] negação do direito à vida de certos grupos humanos” (VITO; GILL; SHORT, 2009, p. 36).

Caso o abuso sexual seja considerado como um genocídio, ou seja, como um crime contra um grupo inteiro, essa prática torna-se mais grave que outros tipos de crimes internacionais e violações dos direitos humanos. Um dos pontos positivos em classificar o estupro dessa maneira é a reparação dos laços sociais que essa prática destrói, por vitimizar o grupo todo, removendo a culpa e a vergonha das vítimas e responsabilizando somente os perpetradores (VITO; GILL; SHORT, 2009).

É importante notar que há posições críticas entre as feministas quanto à classificação do estupro como um genocídio, uma vez que a violação sexual é um crime cometido contra indivíduos. Por este motivo, algumas vertentes feministas consideram que caracterizá-lo como um crime cometido contra uma coletividade poderia minimizar o foco nas vítimas, ao mesmo tempo em que “[...] enfatiza a posição do perpetrador” (VITO; GILL; SHORT, 2009, p. 38). Os críticos dessa posição afirmam que olhar para o abuso sexual em campos de batalha somente como um crime que tem como função destruir um determinado grupo pode obscurecer outras formas de crime de gênero que acontecem durante conflitos (PERES, 2011).

Entretanto, apesar dessa discussão entre as teorias feministas, o entendimento do estupro como arma de guerra foi uma conquista possibilitada pela sua classificação como um crime contra um grupo; quando ele acontece de maneira sistemática em conflitos, passa a ser considerado como um crime contra a humanidade (PERES, 2011). Embora seja importante salientar que nem sempre os estupros são praticados com a intenção de atacar algum grupo, deve-se reconhecer que, ao considerá-lo como genocídio, o direito internacional é capaz de julgá-lo com mais eficiência.

Percebe-se, portanto, que violência sexual em tempos de guerra tem sido um tema cada vez mais estudado pelas teóricas feministas das Relações Internacionais, devido a sua alta incidência em conflitos dessa natureza. As novas teorias que tratam do assunto perceberam, no entanto, que a violência de cunho sexual não é um fenômeno onipresente nos conflitos militares, como acreditavam as primeiras cientistas feministas. Pelo contrário, pesquisas recentes demonstraram que os casos de estupro cometidos por grupos armados costumam variar de

magnitude. Por este motivo, pesquisas sobre relações de gênero em períodos de guerra têm grande importância no contexto das Relações Internacionais.

Uma das principais autoras que tratam deste assunto é Elisabeth Jean Wood, professora de Ciência Políticas e Internacionais da Universidade de Yale e uma importante teórica sobre o tema da violação sexual em conflitos armados, tendo escrito inúmeros artigos e livros acerca dessa temática. Torna-se importante, portanto, inserir a autora no contexto das diversas teorias acerca da violência sexual em conflitos armados, visando entender sua contribuição para os estudos nesta área.

Com relação ao estupro em períodos de conflitos armados, a autora afirma que estes padrões são ampliados de maneira violenta, de modo que a ocorrência da violência sexual em guerras seria um reflexo da sociedade patriarcal, que, partindo da socialização, predispõe os homens à violência e os estimula a ver mulheres como meros objetos sexuais (SORENSEN; WHITE, 1992, apud. VITO; GILL; SHORT, 2009). Neste sentido, o estupro como violação de propriedade torna-se ainda mais evidente em período de guerra, uma vez que, para os soldados vencedores, o estupro seria a representação da vitória sobre a terra conquistada, enquanto, para os perdedores, ele se torna símbolo de sua derrota, causando a ruptura familiar (BROWNMILLER, 1975, apud. URSEL, 1976).

Diversas autoras feministas clássicas buscaram explicar a ocorrência de violência sexual em conflitos armados. Uma das mais importantes autoras neste sentido é Susan Brownmiller, escritora radical, autora do importante livro *Against Our Will: Men, Women and Rape*. Em seu livro, Brownmiller argumenta que o estupro não é um processo natural, pelo contrário, trata-se de um mecanismo de controle plenamente difundido, que é mantido pelas instituições patriarcais que reforçam a dominação masculina (BROWNMILLER, 1975, apud. VITO; GILL; SHORT, 2009). A teoria feminista do estupro desenvolveu-se a partir dos estudos do feminismo radical que o enxerga como um ato que é motivado pela necessidade de dominação e possui pouco a ver com desejo sexual, por meio da teoria de que “[...] todo estupro é um exercício de poder” (BROWNMILLER, 1975, p. 256, apud. VITO; GILL; SHORT, 2009).

Brownmiller examina também a história e as várias funções do estupro na guerra e argumenta que os atos de dominação e subjugação refletem e reproduzem arranjos patriarcais, sociais e de gênero mais amplos. Sua obra seminal forneceu um marco para os estudos socioculturais, sociopsicológicos e psicanalíticos do estupro. Por exemplo, as feministas socioculturais analisaram as conexões entre processos de socialização e formas de violência contra a mulher e concluíram que o estupro é um subproduto da cultura patriarcal e da socialização que

predispõem os homens à violência, ao mesmo tempo que os estimulam a ver as mulheres como objetos sexuais (SORENSEN; WHITE, 1992, apud. VITO; GILL; SHORT, 2009, p. 31).

De acordo com ela, estes mecanismos de dominância foram possíveis a partir do entendimento do homem de que era possível utilizar suas genitálias como uma espécie de arma, capaz de subjugar e intimidar mulheres por meio do medo (BROWNMILLER, 1975, apud. URSEL, 1976). A consequência disto foi a ideia de que as mulheres, por serem “fracas”, deveriam ser protegidas por outros homens para que não fossem violadas, tornando-as uma espécie de propriedade, ou seja, o estupro passa a ser entendido como uma violação de propriedade (BROWNMILLER, 1975, apud. URSEL, 1976).

Sendo assim, o estupro torna-se um crime político, no sentido de que estuprar uma mulher é capaz de desferir um golpe no homem que é o “responsável” por protegê-la, assim como humilha a própria mulher. O estupro é capaz de convencer à mulher e aos homens que se relacionam com ela em sociedade, de que ela é inferior e por isso merece ser dominada. Os corpos femininos se transformam em meros peões, que devem ser protegidos ou apreendidos (SHORTER, 1977).

Também é possível notar que o estupro durante períodos belicosos funciona como controle social, visando suprimir esforços para mobilizar a resistência de um grupo que seja conquistado. As mulheres são mais visadas na guerra devido ao seu gênero, muitas vezes porque são membros de um determinado grupo étnico ou racial, ou até mesmo porque são percebidas como conspiradoras políticas. Percebe-se, portanto, que neste contexto é evidente que o estupro reflete ódios arraigados anteriores, como racismo, preconceito de classe e xenofobia (VITO; GILL; SHORT, 2009). Em conflitos armados, o corpo feminino se torna “[...] o campo de batalha simbólico no qual diferenças culturais e geopolíticas antiquíssimas são exteriorizadas e onde novas formas de ódio são implantadas e alimentam o desejo de vingança no futuro” (GRAYZEL, 1999, apud. VITO; GILL; SHORT, 2009, p. 35). Percebe-se que tal fato ocorreu no caso dos bordéis militares japoneses, no qual o estupro em massa foi utilizado para humilhar e destruir povos considerados inferiores, cuja ocorrência será apresentada posteriormente neste trabalho.

Outra importante teórica feminista que trabalha a questão da violência sexual em conflitos armados é Raewyn Connell. A autora é fortemente influenciada pela teoria de Antonio Gramsci, que define a hegemonia como “[...] uma combinação da força e do consentimento, que se equilibram, sem que a força predomine excessivamente sobre o consentimento, pelo

contrário, aparentando ser apoiada pelo consentimento da maioria expresso pelos assim ditos órgãos da opinião pública” (GRAMSCI, 1975, Q 1, § 48, p. 59, apud. PAIVA, 2018, p. 29), sendo essencial para entender o motivo pelo qual os grupos subordinados não têm o costume de se rebelar, uma vez que grupos dominantes transformam seus próprios interesses em interesses de todos, deslegitimando as reivindicações dos grupos subalternos (PAIVA, 2018).

De acordo com Connell, é importante compreender que a hegemonia possuía diferentes configurações e trata-se de um conceito local, não geral (CONNELL, 2002). Nesse contexto, entende-se que cada região pode possuir uma forma de hegemonia distinta, de modo a se modificar ano após ano. Sendo assim, as relações de gênero, da mesma forma que relações de classe, costumam variar historicamente, ao passo em que os padrões hegemônicos também se modificam (CONNELL, 2002).

A partir disto, Connell desenvolveu o conceito de “masculinidade hegemônica”, sendo um dos termos mais importantes nos estudos sobre homens e masculinidade (PAIVA, 2018). O conceito de masculinidade hegemônica surgiu durante os anos 80 como crítica às noções de papéis de gênero, principalmente o conceito de um “papel sexual masculino” que prevalecia nos estudos sobre homens e gênero na época (KIMMEL, 1987, apud. CONNELL, 2002).

O conceito reconheceu a importância política das diferenças entre os homens em termos de gênero, bem como em termos de classe e raça. Ele reconheceu uma conexão entre dois padrões sociais importantes, hierarquia entre homens e mulheres e hierarquia entre homens. E reconheceu o caráter historicamente mutável dessas relações, a possibilidade de luta pela posição hegemônica e a contestação da hegemonia em geral (CONNELL, 2002, p. 90, tradução nossa)⁶.

Através deste conceito, reconhece-se a “[...] existência de múltiplas masculinidades, mas que existe uma hierarquia entre elas” (PAIVA, 2018, p. 30), ou seja, a masculinidade hegemônica seria o modo mais “correto” de ser homem, estabelecendo roteiros sobre comportamentos ideais que são responsáveis por moldar a socialização dos homens e exercendo um papel normativo sobre eles, que são obrigados a se adequarem (PAIVA, 2018). Embora, de acordo com a autora, existam diversas formas de masculinidade hegemônica, todas se

⁶ Texto original: “The concept recognized the political importance of differences among men *in gender terms* as well as in terms of class and race. It recognized a connection between two important social patterns, hierarchy between men and women and hierarchy among men. And it recognized the historically mutable character of these relationships, the possibility of struggle for the hegemonic position and contestation of hegemony overall” (CONNELL, 2002, p. 90).

caracterizam pela mesma ideologia: são opostas à feminilidade e superiores a ela (PAIVA, 2018). Esta é a ideologia responsável por transformar as mulheres no grupo subordinado.

Para que a hegemonia se mantenha, é preciso que ocorra a construção de personificações da masculinidade hegemônica por meio de símbolos possuidores da autoridade cultural (PAIVA, 2018). A figura dos soldados é um exemplo disso. Ocorre, a partir disso, uma exaltação do sujeito militar, que seria a representação de força ideal a todos os homens. Sendo assim, a masculinidade hegemônica é entendida como tendo grande importância para a manutenção dos exércitos (PUREZA; MOURA, 2005). Neste sentido, o homem passa a ser visto como um guerreiro, responsável por proteger seu país e nacionais.

Surge daí, portanto, o papel da violência sexual em períodos de guerra, uma vez que sua prática pode ser entendida como uma tentativa de desmasculinização dos homens inimigos, uma vez que a violação é vista como um ato de humilhação para os integrantes da comunidade afetada. Isto ocorre porque, ao fazer uso de violência sexual, o exército busca demonstrar ao seu oponente que é mais forte e mais “homem”, já que as mulheres não foram protegidas como deveriam (PUREZA; MOURA, 2005). Trata-se de uma maneira de demonstrar poder.

Outra importante contribuição para os estudos feministas nas Relações Internacionais foi Cynthia Enloe, conhecida por seus estudos sobre feminismo e militarismo. A teoria proposta pela autora foi de extrema importância para os estudos de gênero com relação à política internacional, definida por ela como uma esfera “masculina da vida” (ROSA, 2019). De acordo com ela, a visão dominante masculinizada da política internacional conferiu às mulheres uma marginalização em estudos relacionados à segurança (ENLOE, 2005, apud. ROSA, 2019).

De acordo com ela, as teorias feministas possuem pouco impacto na política internacional, uma vez que comentaristas sobre política externa costumam menosprezar as ideias propostas pelas feministas, não levando as experiências femininas a sério.

Raro é o comentarista profissional de política internacional que leva a sério as experiências das mulheres. As experiências das mulheres - de guerra, casamento, comércio, viagens, trabalho improvisado - são relegadas à coluna do "interesse humano". Os papéis das mulheres na criação e sustentação da política internacional foram tratados como se fossem "naturais" e, portanto, não dignos de investigação. Consequentemente, a forma como a conduta da política internacional depende do controle dos homens sobre as mulheres não foi examinada. Isso significa que aqueles que exercem influência sobre a política externa escaparam da responsabilidade sobre

como as mulheres foram afetadas pela política internacional (ENLOE, 2000, p. 3-4, tradução nossa)⁷.

Enloe propõe que o principal causador da violência sexual sofrida pelas mulheres é o patriarcado, que é legitimado por instituições jurídicas, econômicas, sociais e culturais construídas ao longo de anos de dominação masculina nas sociedades (BÜKI, 2019). Neste sentido, o feminismo radical – vertente a qual a autora pertence – considera que a invisibilidade feminina no cenário internacional, gerada pela intensa militarização da sociedade e a visão de que os homens devem ser os responsáveis por proteger a pátria, só poderia ser mudada através de uma reconstrução social total (BÜKI, 2019).

A autora afirma, a partir disso, que o militarismo pode ser definido como “[...] o processo passo a passo pelo qual algo se torna controlado, dependente ou deriva seu valor das forças armadas como uma instituição ou critérios militaristas” (ENLOE, 2000, apud. BÜKI, 2019, p. 20)⁸. Segundo ela, a militarização é, inerentemente, baseada em questões de gênero, de maneira a gerar mecanismos que legitimam e fortalecem relações de poder que são historicamente dominadas por homens, e que geram consequências graves para as mulheres (ENLOE, 2016: p. 226; BÜKI, 2019).

A violência sexual, tanto em tempos de paz, como em tempos de guerra, segundo Enloe, ocorreria, portanto, como um produto da militarização da sociedade, uma vez que os homens buscam reafirmar sua dominância perante as mulheres. No entanto, durante conflitos armados é que pode se observar com mais rigor este fato, tendo em vista que, muitas vezes, o estupro pode ser usado como uma arma de guerra. Neste sentido, o estupro é utilizado pelos soldados como um meio para se obter vantagem com relação ao outro lado, para enfraquecer o inimigo, servindo ao propósito de dominar o outro e modificar o equilíbrio de poder (BÜKI, 2019). Desta forma, pode-se observar uma tentativa de desumanização, de modo que as mulheres passam a se tornar um objeto através do qual os soldados podem exercer sua dominância com relação ao outro lado (BÜKI, 2019), ou seja, as mulheres são objetificadas e desumanizadas, para servir a propósitos militares masculinos.

⁷ Texto original: “Rare is the professional commentator on international politics who takes women's experiences seriously. Women's experiences - of war, marriage, trade, travel, factory work - are relegated to the 'human interest' column. Women's roles in creating and sustaining international politics have been treated as if they were 'natural' and thus not worthy of investigation. Consequently, how the conduct of international politics has *depended* on men's control of women has been left unexamined. This has meant that those wielding influence over foreign policy have escaped responsibility for how women have been affected by international politics” (ENLOE, 2000, p. 3-4).

⁸ Texto original: “... the step-by-step process by which something becomes controlled by, dependent on, or derives its value from the military as an institution or militaristic criteria” (ENLOE, 2000, apud. BÜKI, 2019, p. 20).

Estas autoras são três das mais importantes teóricas feministas clássicas das relações internacionais, tendo influenciado em grande parte dos estudos posteriores na área. No entanto, o que se percebe ao se observar com mais atenção é que nenhuma das teorias apresentadas por elas é capaz de explicar a variedade de ocorrência da violência sexual em conflitos armados, ou seja, falham em apresentar por qual motivo a violência sexual ocorre de maneira tão desigual em cada conflito.

2.3 Os estudos de Elisabeth Jean Wood

Como é possível notar, portanto, muito da literatura feminista que trabalha com o tema da violência sexual havia sido fortemente influenciada pelos conflitos da Bósnia e de Ruanda, de modo que, tanto os acadêmicos quanto os defensores de direitos humanos buscavam responsabilizar, de acordo com o direito internacional, os perpetradores dos atos massivos de violência sexual ocorridos em ambas as guerras (WOOD, 2012a).

Estes trabalhos, contudo, foram capazes de identificar variações quanto aos alvos dessas violências, mas não quanto à frequência, nem conseguiram estabelecer diferenças na forma como ela aparecia (WOOD, 2016). É necessário notar que, embora a violência sexual possa ocorrer de maneira sistemática e generalizada, ela também pode, em determinados casos, ser surpreendentemente limitada (WOOD, 2009b). De acordo com a autora,

A frequência do estupro de civis e outras formas de violência sexual varia dramaticamente entre os conflitos, grupos armados dentro do conflito e unidades dentro dos grupos armados. A forma de violência sexual também varia, incluindo o estupro de mulheres e meninas e também de homens e meninos, tortura sexual, gravidez forçada e aborto. No entanto, com algumas exceções, a literatura sobre violência sexual em tempo de guerra concentra-se em casos em que o padrão de violência sexual representa uma extremidade do espectro observado, ou seja, estupro generalizado de meninas e mulheres civis, como em Bósnia, Ruanda e Serra Leoa (WOOD, 2009a, p. 132, tradução nossa)⁹.

A ocorrência de violência sexual em conflitos civis ou não, portanto, apresenta um elevado grau de variabilidade. Muitos grupos armados de fato cometem inúmeros atos de

⁹ Texto original: “The frequency of rape of civilians and other forms of sexual violence varies dramatically across conflicts, armed groups within conflict, and units within armed groups. The form of sexual violence also varies, including rape of women and girls and also of men and boys, sexual torture, forced pregnancies, and abortion. Yet with some exceptions, the literature on wartime sexual violence focuses on cases where the pattern of sexual violence represents one end of the observed spectrum, namely, widespread rape of civilian girls and women, as in Bosnia, Rwanda, and Sierra Leone” (WOOD, 2009a, p. 132).

violência sexual, mas nem todos eles agem da mesma maneira. Sabe-se que, entre os anos 2000 e 2009, somente 59% das 177 organizações armadas envolvidas em conflitos de cerca de vinte países africanos participaram de atos de violações sexuais ou outras formas de violência sexual (NORDAS, 2011, apud. WOOD, 2016). Embora haja uma grande problemática envolvendo a documentação de violência sexual durante conflitos armados, percebe-se que estes números foram registrados depois de organizações de direitos humanos e de direitos das mulheres terem começado a atuar ativamente no registro de estupro e outras formas de violência sexual (WOOD, 2014).

É importante notar, ainda, que em algumas situações a frequência de atos de violência praticados por grupos militares é significativamente mais baixa do que aqueles perpetrados por conhecidos, ou até mesmo companheiros das vítimas. Durante o conflito na Costa do Marfim, entre 2000 e 2007, apenas 4% das mulheres e 2,2% dos homens foram vítimas de atos sexuais forçados ou por meio de coação perpetrados por pessoas diferentes de seus companheiros, ao mesmo tempo em que menos de um décimo dessas pessoas haviam sido violentadas por oficiais ou combatentes. No ano anterior ao início da guerra, cerca de 14,9% das mulheres que já haviam tido um companheiro reportaram terem sido vítimas de violência sexual, um número muito maior do que o observado durante o conflito (WOOD, 2016). No caso do conflito na Colômbia, apenas 3,4% das mulheres afirmaram terem sido vítimas de violação entre 2000 e 2009, enquanto a taxa de violações cometidas por familiares foi três vezes mais alta (WOOD, 2016).

Percebe-se, a partir disso, que quando as partes beligerantes envolvidas no conflito proibem a violação por parte de seus combatentes, a frequência geral das violações durante o período de guerra se torna efetivamente menor do que o que ocorria em períodos de paz. No entanto, em muitos contextos, o que se observa é que a taxa de violência sexual durante o conflito é significativamente mais alta do que em tempos de paz, uma vez que mais civis e atores armados cometem mais violações do que cometeriam caso as tensões não se iniciassem (WOOD, 2016).

Pode-se notar, assim, que há uma grande variação da violência sexual com relação a sua forma e alvo. Esta variabilidade é complexa e não pode ser entendida a partir de enfoques limitados de dicotomias, nos quais os grupos ou cometem ações de terror de todas as formas, ou não o fazem por completo. Pelo contrário, em muitos casos, há registros de diversas formas de violência sem que a sexual seja uma delas. Desta forma, é importante definir um padrão de violência.

Um “padrão de violência” de uma organização armada é constituído por um repertório de formas de violência que

utiliza regularmente e para cada elemento do repertório, a população-alvo e a frequência dessa modalidade em um determinado período e região (o padrão de uma determinada unidade organizacional pode ser definido da mesma forma). O repertório de violência sexual da organização é, portanto, parte de seu repertório geral (WOOD, 2016, p. 20, tradução nossa)¹⁰.

Há algumas tentativas teóricas de se explicar esta variação, mas todas elas apenas são capazes de explicar uma pequena variabilidade observada, uma vez que, em maior ou menor grau, elas tendem a superestimar as taxas de violações sexuais em tempos de guerra.

Uma hipótese muito comum é de que o aumento da violência sexual durante a guerra reflete um aumento das oportunidades que os soldados têm de praticá-la. Isto ocorreria porque nestes períodos as instituições de controle social se tornam mais fracas, especialmente porque os jovens lutam distantes de suas famílias, as comunidades estão dispersas em diversas áreas e as normas culturais e sociais são substituídas por novas fontes de autoridades (WOOD, 2006; WOOD, 2009b). Esta teoria implica que o padrão de violência sexual reflete o de outras formas de violência, uma vez que a oportunidade para violar também é uma oportunidade para matar e roubar.

No entanto, a teoria do aumento das oportunidades durante a guerra, combinada com a suposição de que os homens seriam capazes de violar se tivessem chance, não é capaz de explicar porque muitos atores armados não cometem atos de violência sexual, mesmo que tenham amplas oportunidades para tal atitude (WOOD, 2012b). Esta vertente também se mostra insuficiente para explicar casos nos quais o alvo das violências é reduzido, como foram os casos da guerra na Bósnia e em Ruanda, onde os grupos armados tinham acesso amplo a civis, mas a violência foi implementada de maneira seletiva levando-se em conta a etnia da população (WOOD, 2012a). Em geral, ainda, a variação pela oportunidade frequentemente explica a variação de outras formas de violência, como assaltos e assassinatos, mas o mesmo não se aplica para a violência sexual (WOOD, 2006; WOOD, 2009b).

Outra teoria bastante difundida para explicar a variação é de que as experiências geradas pelo período de guerra são capazes de aumentar os incentivos individuais para que os soldados invistam em violência sexual. Com relação a esta vertente, há autores que argumentam que este incentivo estaria relacionado ao debilitamento das instituições patriarcais durante os conflitos

¹⁰ Texto original: “Un “patrón de violencia” por parte de una organización armada se compone de un repertorio de modalidades de violencia que emplea con regularidad y para cada elemento del repertorio, la población objetivo y la frecuencia de dicha modalidad en un período y región determinados (el patrón de una unidad de la organización en particular se puede definir de la misma manera). El repertorio de violencia sexual de la organización es por consiguiente, parte de su repertorio general” (WOOD, 2016, p. 20).

(BROWNMILLER, 1975; ENLOE, 1983, apud. WOOD, 2009b), afirmando que a violência sexual está mais fortemente predominante em regiões onde as normas de gênero tradicionais se deterioram.

De acordo com esta teoria, as relações tradicionais de gênero são quebradas no sentido de que as mulheres passam a ocupar espaços tradicionalmente masculinos em períodos de guerra, fazendo com que homens passem a ter um número maior de relacionamentos com mulheres e aumentando, conseqüentemente, o incentivo para que a violência sexual ocorra. De fato, é importante salientar, ainda assim, que a própria violência sexual é uma consequência dos papéis de gênero que são impostos às mulheres e aos homens.

Contudo, o que se observa é que a guerra é responsável por transformar os papéis de gênero mediante diversos mecanismos. Do ponto de vista militar, nota-se que muitas mulheres passam a fazer uso de armas de fogo, participando ativamente de grupos armados, rompendo normas sociais tradicionais nas sociedades em que estão inseridas (WOOD, 2010). Muitas dessas mulheres estão presentes em atividades militares de serviços médicos ou logística, mas algumas servem como combatentes. Há, ainda, algumas capazes de alcançar posições importantes nas organizações, muito embora seja comum que esta oportunidade esteja ligada a favores sexuais que seus superiores as obrigam a praticar (WOOD, 2010).

Além disso, os papéis de gênero entre civis também se modificam drasticamente em períodos de guerra. É comum que, durante conflitos armados, as mulheres estejam mais presentes na política do país, bem como mais próximas de seus governos locais, uma vez que passam a advogar em prol de seus maridos, pais ou filhos que estão em guerra. Elas buscam saber de seus paradeiros, muitas vezes promovendo manifestações para pressionar os governos a darem informações acerca deles. Ademais, é possível notar que há um número considerável de mulheres que se envolvem em organizações de direitos humanos (WOOD, 2010). Ou seja, as redes patriarcais costumam se deteriorar em períodos de guerra, uma vez que mulheres e meninas assumem papéis que eram, anteriormente, exercidos por homens.

Contudo, esta tese se mostra insuficiente, uma vez que em muitos casos nos quais as relações patriarcais foram deterioradas, as taxas de violência sexual anteriores ao conflito permanecem baixas, não sendo possível explicar porque a violência pode variar em circunstâncias como essas (WOOD, 2006).

Também é importante notar que a autonomia adquirida pelas mulheres durante períodos belicosos é perdida no pós-guerra, quando ocorre uma reestruturação das relações patriarcais anteriores, de modo que, independente da participação feminina no conflito, até mesmo como

combatentes, é comum que elas retornem para os papéis que desempenhavam antes do conflito se iniciar (PETTMAN, 1996, apud. FOIATTO, 2017). De fato, a regressão do status feminino com o fim da guerra demonstra o grande privilégio dos homens, especialmente daqueles que retornam da batalha. Sendo assim, o retorno à paz significa, também, o reestabelecimento de relações de gênero patriarcais (FOIATTO, 2017).

Outro argumento relacionado ao incentivo individual de soldados está ligado à explicação da seleção de grupos específicos a serem vitimados: o argumento da vingança, no qual se considera que os combatentes tendem a escolher “[...] inimigos civis como objeto de violência para vingar a violência sofrida por suas comunidades” (WOOD, 2009b, p. 17, tradução nossa)¹¹. Entretanto, esta teoria não é capaz de explicar por qual motivo a violência sexual é utilizada, no lugar de outra forma de violência, nem explica porque alguns grupos armados não respondem à violência sexual com violência sexual (WOOD, 2009b).

A diferença na ocorrência de violência sexual, de igual maneira, não pode ser totalmente explicada com o argumento da substituição. De acordo com esta teoria, os combatentes enxergam a violação em tempos de guerra como uma substituta para relações com prostitutas, combatentes femininas ou civis que estejam próximos aos acampamentos militares. Cynthia Enloe argumenta que há registros de oficiais militares que consideram o “estupro recreativo”, que ocorreria quando os soldados não possuem parceiras suficientes (WOOD, 2009a). Um exemplo dessa percepção que muitos militares possuem é o caso das “mulheres de conforto”, no qual o exército japonês, motivado pelo conhecido episódio do “massacre de Nanquim”, onde soldados japoneses estupraram e mataram milhares de mulheres chinesas, se utilizou de escravidão sexual como uma forma de controlar as atividades sexuais dos combatentes e impedir que o mesmo viesse a ocorrer em outras regiões dominadas pelo país (WOOD, 2006).

O argumento se apoia em uma série de suposições não examinadas: que apenas as relações sexuais com mulheres gratificam o desejo sexual, que o desejo sexual é tão forte a ponto de anular os fatores de compensação e que um número suficiente de homens agem com base nessas duas suposições para explicar o estupro generalizado como ocorrendo por causa da ausência de prostitutas ou parceiros sexuais consensuais (WOOD, 2009a, p. 135, tradução nossa)¹².

¹¹ Texto original: “... enemigos civiles como objeto de la violencia para vengar la violencia sufrida por sus comunidades” (WOOD, 2009b, p. 17).

¹² Texto original: “The argument rests on a number of unexamined assumptions: that only sexual relations with females gratify sexual desire, that sexual desire is so strong as to override countervailing factors, and that sufficiently many men act on those two assumptions to explain widespread rape as occurring because of the absence of prostitutes or consensual sexual partners” (WOOD, 2009a, p. 135).

No entanto, esta teoria não dá conta de fornecer uma explicação para o motivo pelo qual há casos nos quais a violência sexual é dirigida a grupos específicos de mulheres, nem da ocorrência de tortura sexual. Além disso, não é possível entender através desta vertente o motivo pelo qual a violência pode ser cometida por grupos que possuem amplo acesso a prostitutas (WOOD, 2009a; WOOD, 2012a).

Uma outra explicação comumente dada pelas teorias feministas para explicar a variação e a ausência de violência sexual é o pouco contato que os soldados podem ter com relação aos civis em meio a conflito armado, possivelmente devido à atuação do grupo em regiões distante de populações civis. No entanto, esta circunstância é rara e insuficiente para explicar a variedade de casos observados nos quais a população civil tem forte relacionamento com os grupos armados envolvidos no conflito e os casos de violência sexual ainda são baixos.

Primeiro, os grupos insurgentes quase sempre dependem de civis para suprimentos e inteligência e, às vezes, também para cobertura. Embora os militares estaduais possam defender fronteiras distantes de áreas civis, quase sempre também ocupam cidades e vilas principais, dando amplo acesso aos civis para pelo menos parte da força. Em segundo lugar, frequentemente acontece que as mulheres e crianças estão entre os últimos residentes a fugir das zonas contestadas quando os homens, alvo mais frequentemente da violência letal, saem da área ou ingressam em um grupo armado. Assim, a presença de meninas e mulheres, alvos habituais de estupros, tende a persistir, principalmente por parte das populações rurais pobres dependentes do acesso à terra, cenário frequente de guerras civis contemporâneas. Por fim, alguns grupos armados capturam e sequestram alvos de violência sexual, às vezes detendo-os por longos períodos. Assim, a ausência local de civis não é, por si só, responsável pela ausência de violência sexual (WOOD, 2009a, p. 134-135, tradução nossa)¹³.

A teoria da masculinidade militarizada, por sua vez, argumenta que as sociedades em guerra desenvolvem instituições e normas que geram uma masculinidade altamente militarizada que se baseia em distinções entre gêneros, onde os garotos, para serem homens, devem ser guerreiros e se utilizam da violência sexual para expressar sua dominação contra populações

¹³ Texto original: “First, insurgent groups nearly always depend on civilians for supplies and intelligence, and sometimes for cover as well. While state militaries may defend boundaries far from civilian areas, they nearly always also occupy cities and major towns, giving ample access to civilians for at least part of the force. Second, it is often the case that the women and children are among the last residents to flee contested zones as men, targeted more frequently with lethal violence, leave the area or join an armed group. Thus the presence of girls and women, the usual targets of rape, tends to persist, particularly on the part of poor rural populations dependent on access to land, the frequent setting of contemporary civil wars. Finally, some armed groups capture and abduct targets of sexual violence, sometimes holding them for long periods of time. Thus a local absence of civilians does not per se account for an absence of sexual violence” (WOOD, 2009a, p. 134-135).

inimigas (WOOD, 2009b; WOOD, 2012b). De acordo com esta teoria, os meninos são educados de forma a permanecerem inalterados durante a guerra, muitas vezes gerando uma diferença aguda entre os gêneros, que levariam os soldados a praticarem violência sexual para demonstrar força (WOOD, 2009b). No entanto, esta teoria consegue explicar violações que são aplicadas contra mulheres e homens de grupos rivais, mas não é capaz de definir o motivo pelo qual há conflitos nos quais a violência sexual é generalizada, nem aqueles em que é ausente. Além disso, o argumento não se mostra capaz de explicar porque a demonstração de força por parte dos exércitos ocorre por meio da violência sexual e não de outras formas de violências (WOOD, 2006; WOOD, 2009b; WOOD, 2012a).

Uma outra explicação comum dada pelas teorias tradicionais feministas acerca da ausência de violência sexual se liga à presença de um número consideravelmente alto de mulheres em alguns grupos armados. No entanto, não fica claro os mecanismos causais que poderiam relacionar a baixa incidência de violência sexual com a presença de mulheres nos grupos. Caso a teoria da substituição fosse levada em conta, um grande número de combatentes mulheres poderia indicar que os homens não “precisam” estuprar civis. Por outro lado, há teorias que afirmam que mulheres evitam a violência sexual, mas este argumento é derrubado em casos nos quais a presença feminina no exército é forte e, mesmo assim, o grupo pratica o estupro de maneira generalizada. Alguns teóricos acreditam ainda que a presença de mulheres no grupo armado poderia reduzir vínculo masculino e misógino que existe entre os combatentes. Tal argumento, no entanto, também é facilmente derrubado ao se observar a experiência de soldadas no exército estadunidense, que comprovam que tais práticas continuam tão forte quanto sempre foram, independentemente da participação feminina (WOOD, 2009a).

Desta maneira, embora os estudos acerca dos conflitos na Bósnia e em Ruanda tenham contribuído significativamente para que a violência sexual passasse a ser considerada um crime de guerra, a retórica do momento ressaltou o argumento da onipresença da violência sexual em conflitos armados, focando-se de maneira exagerada nas violações e predizendo uma incidência de violações associadas aos conflitos mais alta do que os índices observados, não analisando os momentos em que grupos armados específicos não fizeram uso desta forma de violência (WOOD, 2012a).

A violência sexual relacionada à guerra, portanto, é um fenômeno mais complexo, que não pode ser entendido por meio de teorias monocausais para explicar sua variabilidade.

Combinações de causas que parecem promissoras para explicar o estupro relacionado ao conflito, como a combinação de masculinidade militarizada e oportunidade, também não conseguem elucidar a

variabilidade pela mesma razão: a combinação prevê uma prevalência de estupro maior do que a que ocorre (WOOD, 2016, p. 23, tradução nossa)¹⁴.

Devido a esta deficiência das teorias feministas clássicas em explicar a variação da violência sexual em conflitos armados, a literatura atual tem cada vez mais buscado entender o funcionamento das organizações armadas e tratá-las como uma unidade de análise, enquanto documenta as diferenças de uma instituição a outra para explicar tal variabilidade (WOOD, 2016).

Surge aqui, portanto, a importância de Elisabeth Jean Wood, importante autora feminista contemporânea. Wood é um dos grandes nomes do feminismo internacional atual. É professora na Universidade de Yale nos Estados Unidos, e, influenciada pelas autoras citadas anteriormente, empreendeu diversas pesquisas relacionadas à ocorrência da violência sexual durante conflitos armados, buscando explicar as lacunas deixadas pelas teorias feministas clássicas acerca do tema.

Para enfrentar esta brecha, escolhi meu conjunto inicial de casos de forma que representaram o espectro completo da frequência (incluindo grupos armados que cometeram pouca violência sexual), e mostrei que a frequência da violência sexual varia em conflitos entre Estados, assim como em conflitos civis, em conflitos étnicos e em conflitos ideológicos, e nas forças militares estatais e grupos insurgentes (WOOD, 2012b, p. 30, tradução nossa)¹⁵.

Para compreender a argumentação proposta pela autora, é preciso, primeiro, definir os conceitos utilizados por Wood em seus trabalhos e que serão, conseqüentemente, utilizados na presente pesquisa. Quando se fala em violência sexual associada a conflitos armados, refere-se à violência sexual que é cometida por organizações armadas, que podem ser atores estatais, como militares, polícias ou paramilitares que estejam sob comando de atores do Estado; e, também, não estatais, como organizações rebeldes (WOOD, 2016).

Com relação à violência sexual, a autora utiliza a definição do *Estatuto de Roma* da

¹⁴ Texto original: “Las combinaciones de causas que parecen prometedoras para explicar la violación relacionada al conflicto, como la combinación de la masculinidad militarizada y la oportunidad, tampoco dilucidan la variabilidad por la misma razón: la combinación predice una mayor prevalencia de violaciones de la que ocurre” (WOOD, 2016, p. 23).

¹⁵ Texto original: “Para enfrentar esta brecha, escogí mi conjunto inicial de casos de forma que representaran el espectro completo de la frecuencia (incluyendo grupos armados que cometieron poca violencia sexual), y mostré que la frecuencia de la violencia sexual varía en los conflictos entre Estados, así como en los conflictos civiles, en los conflictos étnicos y en los conflictos ideológicos, y en las fuerzas militares estatales y los grupos insurgentes” (WOOD, 2012b, p. 30).

Corte Penal Internacional, tratando-se de uma categoria que inclui a violação sexual, definida como a penetração do corpo da vítima com qualquer objetivo ou parte do corpo do perpetrador por meio de ameaça, coerção ou tirando vantagem de alguém incapaz de consentir, assédio sexual em que não ocorra penetração, mutilação, escravidão sexual, prostituição e gravidez forçadas (WOOD, 2009a; WOOD, 2012b; WOOD, 2015; WOOD, 2016; ESTATUTO, 2010).

Também é importante mencionar que a violação sexual pode ocorrer com homens, não sendo uma violência restrita às mulheres, embora sua ocorrência contra elas seja mais comum. Além disso, a violência sexual também inclui tortura sexual, mutilação forçada, escravidão sexual, e prostituição, esterilização e gravidez forçadas (WOOD, 2009a). É essencial, ainda, que se compreenda a diferença entre violência sexual e violência de gênero. Esta última inclui a violência que ocorre devido ao gênero da vítima, sem que necessariamente ocorra contato sexual, enquanto a primeira, além de ocorrer contato sexual com a vítima, é possível que homens também sejam vitimados (WOOD, 2009b).

A partir disso, portanto, cada grupo armado possui determinados repertórios de violência, dependendo de suas características e objetivos. Neste sentido, Wood argumenta que, de acordo, com Tilly (1978, 2003, 2008, apud. WOOD, 2008), há um subconjunto violento, chamado de repertório de contenção, que seria entendido como

[...] aquele conjunto de práticas violentas que um grupo armado pratica rotineiramente ao fazer reivindicações sobre outros atores políticos ou sociais. Um determinado grupo pode incluir em seu repertório qualquer um ou todos os seguintes: sequestro, assassinatos, massacres, tortura, violência sexual, deslocamento forçado e assim por diante (WOOD, 2008, p. 541, tradução nossa)¹⁶.

É importante notar, portanto, que os motivos que levam à variedade de repertórios de violências usadas pelos grupos armados são pouco conhecidos. Sabe-se que os efeitos particulares de cada forma de violência dependem do contexto em que o conflito ocorre, da mesma forma que o seu significado social depende da cultura de cada população (ELLIS, 1995; ELLIS, 1999, apud. WOOD, 2008). Por exemplo, o mesmo ato de violência sexual pode ser entendido de maneiras distintas. O estupro de uma jovem por um vizinho pode ser entendido, dependendo do contexto, como parte de um ato de limpeza étnica, mas, em outro caso, poderia ser observado como um ato particular, sem relação com o conflito em curso (WOOD, 2008).

¹⁶ Texto original: "... that set of violent practices that an armed group routinely engages in as it makes claims on other political or social actors. A particular group may include in its repertoire any or all of the following: kidnapping, assassinations, massacres, torture, sexual violence, forced displacement, and so on" (WOOD, 2008, p. 541).

Sendo assim, há conflitos, como o caso da Bósnia e do Genocídio de Ruanda, em que a violência ocorreu de maneira sistematizada e generalizada, muitas vezes sendo praticada em público com o objetivo de desestabilizar o grupo vitimizado (WOOD, 2012a). Por outro lado, há alguns conflitos em que é possível observar que a violência sexual ocorre de maneira limitada, da mesma forma em que há registros de grupos que proíbem com êxito a realização desta forma de violência contra civis (WOOD, 2012a).

Quando a violência sexual ocorre dentro de conflitos, os padrões variam enquanto ao alvo (contra quem se dirige), a forma em que é implementada, o propósito e a frequência. Alguns grupos armados dirigem a violência sexual contra mulheres e garotas que pertencem ao grupo “inimigo” em casos de limpeza étnica ou política. Certos grupos cometem atos de violência sexual somente contra mulheres, enquanto outros também o fazem contra homens (WOOD, 2012b, p. 22, tradução nossa)¹⁷.

É possível observar que, em algumas circunstâncias, a prática da violência sexual pode ser uma expansão das práticas culturais próprias que ocorrem em tempos de paz, ou seja, pode apenas ocorrer uma potencialização da chamada “cultura do estupro”, que existe em diversas culturas patriarcais; em outros momentos, pode ser uma “inovação” do período de guerra, indicando que a violência sexual naquela região não era comum antes do conflito. Além disso, há conflitos em que o padrão de violência empreendido é simétrico, uma vez que todos os grupos que participam da guerra a praticam de maneira similar, enquanto em outros o padrão é assimétrico, de modo que a violência praticada pelos diferentes grupos envolvidos ocorre de forma muito diferente em termos de magnitude (WOOD, 2012b).

A literatura clássica feminista das Relações Internacionais costumava centrar suas explicações para fenômeno da violência sexual apenas em casos de violações generalizadas contra mulheres e meninas, definindo a violação em tempos de guerra como uma estratégia de guerra que ocorre de forma indiscriminada devido aos padrões masculinizados presentes no exército (WOOD, 2012a).

No entanto, a grande variação, assim como uma eventual ausência, na ocorrência das violações sexuais de um conflito a outro observada pela autora fornece um entendimento inovador acerca do tema: ao contrário do que as autoras feministas tradicionais acreditavam, a violação em tempos de guerra não é inevitável, ao passo em que é utilizada, em muitos casos,

¹⁷ Texto original: “Cuando la violencia sexual sí ocurre dentro de los conflictos, los patrones varían en cuanto al blanco (contra quién se dirige), la forma en que se lleva a cabo, el propósito y la frecuencia. Algunos grupos armados dirigen la violencia sexual contra mujeres y niñas que pertenecen al grupo “enemigo” en casos de limpieza étnica o política. Ciertos grupos cometen actos de violencia sexual solo contra mujeres, mientras que otros también lo hacen contra hombres” (WOOD, 2012b, p. 22).

com motivos específicos definidos pelos exércitos, o que, de acordo com Wood, justificaria o julgamento dos líderes militares pelos crimes de guerra cometidos por seus soldados (WOOD, 2012a).

É importante salientar que um problema encontrado pela autora em suas pesquisas foi o pouco registro sobre a violência sexual implementada por grupos armados em alguns conflitos, de forma que a ausência de violência sexual em um conflito armado pode refletir a falta de conhecimento sobre sua ocorrência e não sua real ausência (WOOD, 2009a). Devido ao caráter inadequado dos dados disponíveis, “[...] a ausência de violência sexual pode refletir nossa ignorância sobre sua ocorrência real no lugar de sua escassez” (WOOD, 2012b, p. 30, tradução nossa)¹⁸.

Mesmo em períodos de paz, em países que possuem infraestrutura desenvolvida e normas liberais, os desafios da documentação de violência sexual são sérios. Por exemplo, o que é considerado legalmente como violação pode variar de país para país, podendo ser definida estritamente como a penetração forçada da vagina com o órgão sexual masculino, ou de maneira mais ampla, como a penetração anal e vaginal com outros objetos. Também pode variar de acordo com o modo como essa violação ocorre, sendo por meio de coação, ou apenas pela falta de consentimento da vítima (WOOD, 2006).

São muitas as razões que levam a um sub-registro de casos de violações e outras formas de violência sexual em tempos de guerra. É possível notar que, em muitos casos, “[...] estas razões incluem a relutância das vítimas de denunciar o crime, as falhas das autoridades forenses para registrar a violência sexual e os limitados recursos das organizações que denunciam abusos aos direitos humanos” (WOOD, 2012b, p. 30, tradução nossa)¹⁹.

A variação também pode refletir a maior ou menor disposição das vítimas em relatar os fatos aos assistentes sociais, à polícia, aos etnógrafos ou em pesquisas. Um dos motivos pelos quais muitas vítimas não o fazem, mesmo em sociedades com normas sexuais liberais, é o sentimento de vergonha que o crime desperta e o medo de serem estigmatizadas. Na maioria das sociedades, as vítimas masculinas de violência sexual são particularmente relutantes em denunciá-la. Em sociedades onde o aborto é ilegal, as mulheres vítimas de estupro que abortam são particularmente relutantes em denunciar o estupro

¹⁸ Texto original: “... la ausencia de violencia sexual que se observa puede reflejar nuestra ignorancia sobre su ocurrencia real en lugar de su escassez” (WOOD, 2012b, p. 30).

¹⁹ Texto original: “... estas razones incluyen la reticencia de las víctimas de denunciar el crimen, las fallas de las autoridades forenses para registrar la violencia sexual y los limitados recursos de las organizaciones que denuncian abusos a los derechos humanos” (WOOD, 2012b, p. 30).

(WOOD, 2009b, p. 13-14, tradução nossa)²⁰.

É importante notar que muitas das vítimas que testemunham sobre violências sexuais que sofreram o fazem de maneira anônima, por temerem represálias, especialmente nos casos em que estão próximas dos perpetradores. Este temor ajuda a compreender porque, em muitos casos, o registro de casos de violência sexual é difícil. Surge daí a importância de que as organizações e pesquisadores que lidam com questões relacionadas a violência sexual mantenham a confiança e protejam a identidade das pessoas vitimadas, sendo esta a grande fundamentação metodológica de pesquisas que envolvem este tópico (PARKINSON; WOOD, 2015).

Neste caso, a transparência é essencial para que a vítima sinta confiança e seja capaz de fazer seu testemunho. O pesquisador pode, ainda, fazer uso de precauções que mantenham as identidades protegidas, como não gravar o momento de testemunho, encriptar anotações ou usar pseudônimos (PARKINSON; WOOD, 2015). Estes mecanismos são essenciais para facilitar o registro de casos de violência sexual em conflitos armados.

Em conflitos armados, os desafios para a documentação de casos de violência sexual se potencializam, uma vez que nestes períodos os serviços de saúde são reduzidos, a polícia deixa de atuar, e as famílias e grupos sociais estão espalhados e dispersos pelos territórios em guerra (WOOD, 2006). O que leva as vítimas, em muitos casos, a não relatarem a violência que sofreram é a falta de segurança e de uma rede de apoio, uma vez que, ao ter menor atuação da polícia e com grande parte dos homens em guerra, as mulheres ficam sozinhas e sem ajuda, de modo que terminam por ter medo de denunciar.

Além disso, o medo de represália por reportar esta forma de violência costuma ser maior, especialmente em regiões onde o grupo perpetrador está presente. Outro problema encontrado é que a maioria das lesões físicas causadas pela violência sexual ocorrem em tecidos macios do corpo, dificultando, assim, a identificação de violações a longo prazo. Como consequência disso, é possível que em cenários de massacres, a violência sexual não seja observável, a menos que apareça em forma de mutilação, desmembramento, ou outras formas de violências sexuais que deixem evidências permanentes (WOOD, 2006).

²⁰ Texto original: “También la variación puede reflejar la mayor o menor disposición de las víctimas de reportar los hechos a trabajadores sociales, la policía, a etnógrafos o en encuestas. Una de las razones por la que muchas víctimas no lo hacen, aun en sociedades con normas sexuales liberales, es por los sentimientos de vergüenza que el crimen despierta y por el temor a ser estigmatizadas. En la mayoría de las sociedades las victimas masculinas de violencia sexual son particularmente renuentes a reportarlo. En las sociedades donde el aborto es ilegal las victimas femeninas de violación que abortan son particularmente renuentes a reportar la violación” (WOOD, 2009b, p. 13-14).

No entanto, não é possível afirmar que todos os conflitos e regiões possuem o mesmo nível de sub-registro com relação à ocorrência de violência sexual (WOOD, 2009a). Esta variação pode refletir as diferentes intensidades no monitoramento dos casos nos conflitos, tanto em âmbito doméstico quanto internacional. Percebe-se, neste sentido, que a violência que ocorre em determinadas regiões tende a atrair mais atenção internacional do que em outros lugares, da mesma forma que esta variação nos registros não é igual para diferentes conflitos, partidos ou regiões, uma vez que, frequentemente, a coleta de dado pode refletir preconceitos regionais, de classe e partidários (WOOD, 2012b). Também é possível notar que as taxas de registro podem variar de acordo com as formas de violência sexual implementadas, podendo-se perceber que a violação contra homens é particularmente menos denunciada do que outras formas de violência (WOOD, 2012a).

Em adição, embora o baixo número de registros de violência sexual seja um problema a ser enfrentado, é possível observar que há organizações armadas, em conflitos bem documentados, que não são acusadas de terem se engajado em violência sexual, mesmo em níveis moderados, incluindo exércitos estatais, grupos insurgentes de esquerda e algumas organizações separatistas. Esta constatação parte da ideia clássica que afirma que apenas grupos estatais podem cometer crimes de guerra. Além disso, em guerras nas quais se observa uma tentativa de limpeza étnica, em que frequentemente se presume que a violência sexual será utilizada de maneira generalizada, há casos em que alguns grupos não fazem uso desta forma de violência (WOOD, 2014).

Contudo, a variação na incidência e nas formas nas quais a violência sexual aparece em conflitos armados é suficientemente ampla para cobrir o erro de medição naqueles casos que tenham sido menos documentados, de modo que a existência de casos com melhor documentação nos quais a violência sexual ocorreu em baixo grau sugere que é possível que esta forma de violência não seja utilizada de maneira generalizada pelos grupos armados (WOOD, 2012a).

De fato, há muitos grupos armados, incluindo alguns exércitos estatais, grupos insurgentes de esquerda e grupo étnicos, que não investem em violações sexuais em larga escala, mesmo que tenham relação direta e frequente com civis. Há casos, ainda, em que os grupos buscam praticar a limpeza étnica contra determinados grupos sem fazer uso de estupros generalizados (WOOD, 2009a).

Partindo da análise de diversas pesquisas acerca da ocorrência de violência sexual em conflitos armados feitas por outros autores, como Leiby, que analisou o conflito peruano e notou

que as forças estatais implementaram violações contra indivíduos do sexo masculino em grande escala, Amelia Hoover Green, que percebeu que os padrões de violência no conflito em El Salvador eram altamente assimétricos, e Dara Kay Cohen, que possui uma vasta pesquisa acerca de diversos conflitos ocorridos entre 1980 e 2009, Wood foi capaz de concluir que, de uma forma geral, os maiores perpetradores de violências sexuais em conflitos armados são as próprias forças estatais, não os grupos insurgentes, que praticam violência sexual em menor grau (WOOD, 2012a). Este fato é possível de ser observado no caso das “mulheres de conforto” coreanas, a ser estudado posteriormente, no qual o próprio Estado organizou a violência sexual a qual estas mulheres foram submetidas.

[...] são as forças do estado e não os grupos rebeldes quem se envolvem em atos de violência sexual com maior frequência. As forças armadas de 50% dos Estados analisados cometeram atos de violência sexual em algum momento, enquanto somente 42% dos grupos rebeldes e 35% das milícias o fizeram. De acordo com o projeto piloto, os alvos, tanto das forças armadas estatais como dos grupos rebeldes e das milícias parecem ser indiscriminados (WOOD, 2012b, p. 33, tradução nossa)²¹.

Por meio de uma profunda pesquisa sobre a ocorrência da violência sexual em períodos de guerra, em diversos conflitos armados, Wood notou que a mesma costuma variar conforme três dimensões: a frequência com a qual ocorre, o alvo de tal ato, e a forma como aparece, tanto em guerras civis como em guerras internacionais, assim como em guerras étnicas e não-étnicas, ou em conflitos separatistas, podendo ser empreendida tanto por exércitos estatais, como por atores não-estatais (WOOD, 2012a). A violência sexual pode variar não somente de um conflito a outro, mas também de um grupo armado²² a outro, dentro de uma mesma guerra.

A primeira dessas dimensões trata-se, portanto, da frequência com que se inflige a violência sexual por parte de um grupo armado. Ela pode ocorrer muito frequentemente, assim como de maneira moderada, ou muito raramente. Em alguns casos a violência ocorre de forma simétrica, ou seja, todos os atores envolvidos no conflito a praticam, enquanto em outros o padrão é assimétrico. Além disso, há conflitos nos quais práticas culturais relacionadas a violência sexual são potencializadas, enquanto em outros surgem padrões distintos daqueles

²¹ Texto original: “... son las fuerzas del Estado y no los grupos rebeldes quienes se involucran en actos de violencia sexual con mayor frecuencia. Las fuerzas armadas del 50% de los Estados analizados cometieron actos de violencia sexual en algún momento, mientras que solo el 42% de los grupos rebeldes y el 35% de las milicias lo hicieron. De acuerdo con el proyecto piloto, los blancos tanto de las fuerzas armadas estatales como de los grupos rebeldes y las milicias parecen ser indiscriminados. Finalmente, los niveles altos de violencia sexual ocurren frecuentemente en períodos en los que hay pocos asesinatos” (WOOD, 2012b, p. 33).

²² Grupo armado é entendido aqui tanto como grupo estatal, quanto como não-estatal (WOOD, 2012a).

existentes em períodos de paz (WOOD, 2006). Esta variação pode ser observada dependendo do foco que se tem ao analisar um conflito: o número de eventos de um modo geral, ou o número de eventos por cada membro da população de referência²³ (WOOD, 2012a).

A segunda dimensão é o alvo e se refere à população que é vitimada. Considera-se que a violência é “seletiva” quando ocorre contra um indivíduo devido ao seu comportamento, como por exemplo, o apoio a grupos rivais. Por outro lado, a violência é tida como “indiscriminada” quando não se dirige a nenhum grupo em particular, ou seja, quando é praticada sem um motivo aparente. Há, ainda, a chamada violência “coletiva”, na qual o grupo armado a pratica contra grupos sociais determinados devido a quem eles são, ou seja, por sua identidade, como é o caso de grupos étnicos ou políticos (WOOD, 2012b).

A terceira dimensão, por sua vez, diz respeito à maneira através da qual a violência sexual é empreendida, e constitui a maior contribuição de Wood para os estudos acerca de violações sexuais em períodos de guerra, sendo, conseqüentemente, o foco a ser utilizado na presente pesquisa.

De acordo com Wood,

A forma da violência sexual também varia. Em alguns conflitos, assume a forma de escravidão sexual; em outros, agentes do Estado praticam tortura sexual em pessoas suspeitas de colaborar com os insurgentes; em outros, os combatentes têm como alvo mulheres de grupos considerados inimigos, principalmente durante a limpeza étnica ou política; em outros conflitos, os indivíduos o exercem quando a oportunidade se apresenta; e em alguns conflitos todas ou quase todas as formas são exercidas. Em algumas guerras, as mulheres pertencentes a grupos específicos são os alvos; em alguns homens também são. Alguns atos de violência sexual em tempo de guerra são cometidos por indivíduos; muitos são feitos por grupos. Alguns eventos acontecem em ambientes privados, muitos são públicos, na frente de familiares ou membros da comunidade (WOOD, 2009b, p. 3, tradução nossa)²⁴.

Neste caso, a autora define que existem três formas através das quais a violência sexual

²³ Não há uma definição clara sobre o que é a população de referência (WOOD, 2012a).

²⁴ Texto original: “La forma de violencia sexual también varia. En algunos conflictos, toma la forma de esclavitud sexual; en otros, los agentes del estado ejercen tortura sexual sobre las personas sospechosas de colaborar con los insurgentes; en otros, los combatientes se ensañan contra mujeres de grupos considerados enemigos, en particular durante limpiezas étnicas o políticas; en otros conflictos, los individuos la ejercen cuando se presenta la oportunidad; y en algunos conflictos se ejercen todas o casi todas las formas. En algunas guerras, las mujeres que pertenecen a ciertos grupos en particular son los objetivos; en algunos los hombres también lo son. Algunos actos de violencia sexual em tiempo de guerra son realizados por individuos; muchos son realizados por grupos. Algunos actos ocurren en entornos privados, muchos son públicos, en frente de la familia o de miembros de la comunidad” (WOOD, 2009b, p. 3).

pode ocorrer: a violência sexual oportunista, a violência sexual estratégica e a violência sexual como prática. Um dos pontos centrais da autora é a diferenciação entre as três formas de violência sexual, constituindo uma de suas maiores contribuições para a teoria feminista das Relações Internacionais.

A violência sexual oportunista pode ser entendida como uma forma de violência que é perpetrada por fatores pessoais e não por objetivos organizacionais (WOOD, 2012a), enquanto a violência sexual estratégica é caracterizada como um padrão de violência adotado pelos comandantes, ou com o objetivo de desestruturar o grupo vitimado, ou como forma de compensação aos combatentes pelos seus esforços nas batalhas (WOOD, 2012b).

A violência estratégica, conceito a ser utilizado na presente pesquisa, pode aparecer sob quatro formas gerais. A primeira delas é a tortura sexual contra prisioneiros, implementada quando há algum benefício estratégico imediato e cessando quando o benefício deixa de existir. A segunda é a escravidão sexual, que também ocorre contra prisioneiros. A terceira é a violência sexual generalizada utilizada como um mecanismo de terror ou de castigo contra algum grupo em particular, usualmente tomando a forma de violação grupal e pública, muito comum em conflitos em que ocorreu limpeza étnica. A quarta é a decisão por parte dos comandantes de recompensar as tropas por seus serviços, permitindo que os soldados pratiquem tal violência visando impedir possíveis revoltas (WOOD, 2012a).

Essa distinção é pouco suficiente e oferece muitos questionamentos quanto à forma como a violência é aplicada (WOOD, 2015). Empiricamente, é difícil comprovar a adoção intencional de um padrão de violência e a diferença entre elas é confusa. Há situações em que a expressão “estratégica” se torna um sinônimo para “massiva”, combinando a frequência com o objetivo da violência (WOOD, 2012b). No entanto, nem sempre a violência sexual praticada de maneira generalizada ocorre como uma estratégia de guerra.

Devido à dificuldade em se definir as diferenças entre estas duas formas de violência, a autora propõe uma terceira categoria: a violência sexual como prática, que não é ordenada pelos líderes, mas tolerada por eles, mesmo que a violência não traga benefícios ao grupo perpetrador, porque consideram que os prejuízos que receberiam para impedi-la são maiores do que os prejuízos por permitir que ela ocorra (WOOD, 2012a). Normalmente, uma prática se origina nas unidades de campo como uma inovação, ou uma imitação das unidades de outros grupos, se propagando aos poucos para os demais grupos (WOOD, 2012a). A violência sexual como prática difere da oportunista uma vez que é resultado de interações sociais que levam os soldados a praticarem violações, não há motivações individuais envolvidas, da mesma forma

que se diferencia da violência sexual estratégica porque não é expressamente ordenada ou organizada pela organização armada (WOOD, 2014).

Reconhecer a variação da frequência e da forma através das quais a violência sexual pode aparecer durante períodos de guerra tem implicações políticas importantes. Isto ocorre porque, se é possível demonstrar que existem grupos armados que não exercem esta forma de violência contra civis, então também é possível comprovar que a violação não é um produto inevitável das guerras, como muitas teorias clássicas costumam afirmar. Por conta disso, entende-se que há fundamentos importantes que permitem responsabilizar, de acordo com as leis internacionais que versam sobre o assunto, aos grupos armados que fazem uso da violência sexual contra civis (WOOD, 2006).

Uma vez que, como visto, as teorias clássicas feministas se mostram insuficientes para fornecer explicações sobre tal variação, parte das investigações atuais tem girado em torno das dinâmicas internas presentes nos grupos armados. Wood desenvolve a partir disso um marco teórico capaz de enfatizar as normas que os combatentes militares e seus líderes seguem, a fim de obter controle acerca das formas de violência aplicadas em períodos de guerra.

A autora, portanto, apresenta uma teoria que leva em consideração as motivações organizacionais que os grupos armados possuem para impedir, ou não, a ocorrência da violência sexual em conflitos armados, considerando que é essencial compreender os objetivos que cada grupo tem para que se possa entender os padrões de violência a serem apresentados. A teoria de Wood, dessa forma, parte de fatores organizacionais para explicar a variação da violência sexual.

Sendo assim, de acordo com a autora, é comum que os grupos militares recrutem seus membros em locais culturais específicos que, frequentemente, possuem um modelo particular de patriarcado, de modo que levam consigo normas culturais e crenças sobre diferentes tipos de violência contra populações particulares, incluindo a violência sexual. Por este motivo, percebe-se que muitos grupos armados escolhem seus combatentes por meio de sua origem, especialmente quando se trata de um conflito étnico, visando evitar que os combatentes se recusem a fazer uso de violência contra determinada população. Há grupos, principalmente paramilitares, que recrutam seus combatentes em meio a populações criminosas. No caso das forças militares estatais, por outro lado, é recorrente que os recrutas tenham uma ampla variedade de subculturas, visando construir uma unidade nacional entre os integrantes do grupo (WOOD, 2009a; WOOD, 2012a). Neste sentido,

Assim, se os recrutas ingressam ou não em uma organização armada com normas e crenças relativamente

homogêneas depende das práticas de recrutamento da organização. Em geral, estas normas e crenças são profundamente alteradas pelas práticas tanto informais quanto formais através das quais os recrutas são introduzidos ao grupo (WOOD, 2012b, p. 37, tradução nossa)²⁵.

A partir disso, percebe-se que os líderes militares têm a tendência de tentar controlar os alvos e frequência com as quais seus combatentes cometem determinadas formas de violência especialmente devido ao receio de que os soldados se voltem contra seus superiores. De fato, os líderes militares podem tomar decisões explícitas para proibir, promover ou tolerar as violações cometidas por seus combatentes, assim como buscam decidir quais os grupos ou indivíduos contra os quais essas violências serão aplicadas (WOOD, 2012a).

Além disso, essas violências poderiam prejudicar o acesso do grupo a “insumos” que são necessários para a guerra e para sua legitimidade, de modo que, mesmo quando um grupo armado pratica violações de maneira generalizada, é comum que os líderes tomem decisões acerca dos atos violentos (WOOD, 2009a; WOOD, 2012a).

Em particular, os líderes militares podem tomar decisões explícitas sobre a proibição ou promoção da violência sexual em suas várias formas contra grupos específicos. Se a violência sexual ocorrer em um nível significativo, os líderes que não tomaram uma decisão explícita podem ser pressionados a fazê-lo e podem decidir tolerar sua ocorrência sem tomar uma decisão explícita de proibi-la ou promovê-la (WOOD, 2012b, p. 38, tradução nossa)²⁶.

Também é possível que os comandantes promovam altos níveis de violência contra civis sem que exista uma decisão formal a respeito disso, fazendo uso de eufemismos que permitem a interpretação de que os soldados não serão castigados caso se utilizem de violência sexual durante o decorrer do conflito, em um padrão conhecido como “atrocidade por convivência” (WOOD, 2009a; WOOD, 2012b). Existem casos, ainda, nos quais “[...] os líderes podem delegar certas formas de violência a grupos que afirmam não comandar, por exemplo, milícias ou esquadrões da morte” (WOOD, 2009a, p. 137, tradução nossa)²⁷.

²⁵ Texto original: “Así, que los reclutas ingresen o no a una organización armada com normas y creencias relativamente homogéneas depende de las prácticas de reclutamiento de la organización. Por lo general, estas normas y creencias son profundamente alteradas por las prácticas tanto informales como formales a través de las cuales se hace la inducción de los reclutas al grupo” (WOOD, 2012b, p. 37).

²⁶ Texto original: “En particular, los líderes militares pueden tomar decisiones explícitas sobre prohibir o promover la violencia sexual en sus diferentes formas contra grupos particulares. Si la violencia sexual ocurre en un nivel significativo, los líderes que no han tomado una decisión explícita pueden verse presionados a hacerlo, y pueden decidir tolerar su ocurrencia sin tomar una decisión explícita de prohibir o promoverla” (WOOD, 2012b, p. 38).

²⁷ Texto original: “... or leaders may delegate certain forms of violence to groups they claim not to command, for example, militias or death squads” (WOOD, 2009a, p. 137).

Exercer um controle sobre a violência praticada pelo exército é um desafio, por duas razões. Primeiro, de uma maneira geral, os combatentes tendem a possuir preferências distintas com relação às formas de violência a serem aplicadas, ou seja, as razões que os levam a praticar determinadas violências são perpassadas por gostos, tradições e compromissos éticos que se diferenciam daqueles que os líderes possuem. Em segundo lugar, ter um conhecimento aprofundado sobre as violências que são aplicadas pelos combatentes é difícil para os líderes, de modo que, em muitos casos, controlar a incidência de determinadas violências pode ser tarefa trabalhosa (WOOD, 2012a).

Neste sentido, para que seja possível construir um grupo armado eficiente, é necessário que os recrutas se convertam em combatentes eficazes por meio de forte treinamento e socialização. Surge a necessidade de fazer com que os recrutas superem sua aversão inicial a matar, reconfigurando as preferências e compromisso éticos que os combatentes possuem, possibilitando que atuem da forma que seus líderes desejam (WOOD, 2012a).

Teóricos afirmam que os soldados são capazes de suportar as batalhas “[...] não em razão de grandes conceitos, como o patriotismo ou a própria ideologia do grupo, mas sim por seu compromisso com o grupo primário de colegas combatentes” (SHILS; JANOWITZ, 1948, apud. WOOD, 2012b, p. 39, tradução nossa)²⁸.

Tal relacionamento é conhecido como “coesão do grupo primário”, a partir do qual os soldados escolhem lutar com o objetivo de proteger aqueles com quem treinaram. Um bom exemplo da força que essa forma de relação possui é o caso do exército alemão durante a Segunda Guerra Mundial, de modo que a fidelidade que os soldados possuíam com seus combatentes foi capaz de manter a coesão grupal do exército até a derrota do país no conflito. Da mesma forma, “[...] uma razão dada para o baixo moral entre os soldados estadunidenses no final da guerra no Vietnã foi a baixa coesão do grupo resultante de padrões de rotação individual e não de grupo para dentro e para fora” (WOOD, 2009a, p. 138, tradução nossa)²⁹.

Os processos de socialização podem se dar tanto de maneira formal, por meio de instituições grupais como acampamentos de treinamento, como informal, por meio de rituais de iniciação. Desta forma, as intensas experiências vivenciadas pelos integrantes dos grupos armados, que incluem forte processo de desumanização por parte dos líderes militares,

²⁸ Texto original: “... no en razón de grandes conceptos como el patriotismo o la ideología del grupo, sino por su compromiso con el “grupo primario” de colegas combatientes” (SHILS; JANOWITZ, 1948, apud. WOOD, 2012b, p. 39).

²⁹ Texto original: “... one reason given for poor morale among U.S. soldiers late in the war in Vietnam was low group cohesion resulting from patterns of individual rather than group rotation into and out of theater” (WOOD, 2009a, p. 138).

provocam uma sensação de renascimento, no qual os recrutas se tornam parte do grupo, fazendo com que sua lealdade para com seus colegas combatentes seja, muitas vezes, maior do que os vínculos que possuem com sua própria família (WINSLOW, 1999, apud. WOOD, 2012b).

Para que seja possível desenvolver uma lealdade tão forte, portanto, os combatentes são levados a presenciar diferentes formas de violência, nos mais variados níveis, tanto como perpetradores, quanto testemunhas e, por vezes, como vítimas (WOOD, 2008). Relatos de combatentes reforçam esta prática, ao afirmarem os efeitos traumáticos de observar a morte ou o ferimento de colegas, assim como a angústia de terem que fazer uso de determinadas formas de violência (O'BRIEN, 1999; BEAH, 2007, apud. WOOD, 2008).

Entre os mecanismos psicológicos que possivelmente atuam nesses processos de socialização para associação ao grupo e uso da violência estão a obediência, a adoção de papéis, a internalização das normas do grupo, a redução da dissonância cognitiva, a habituação à violência, a difusão da responsabilidade no grupo, a desindividualização e a desumanização do grupo vitimado (STRAUS, 2007; LYNCH, 2007, apud. WOOD, 2008, p. 546, tradução nossa)³⁰.

Alguns destes processos são, portanto, responsáveis por desenvolver transformações psicossociais, gerando solidariedade altruísta que leva a forte lealdade que os soldados sentem com relação ao seu grupo (WOOD, 2008). Sendo assim, a expansão frequente dos repertórios de violência durante as guerras pode refletir os efeitos destes mecanismos, principalmente a desumanização, difusão de responsabilidade e habituação, que são capazes de minar as possíveis restrições à prática de violência que os soldados podem possuir (WOOD, 2008). Por este motivo, percebe-se que os exércitos são capazes de criar um ambiente no qual os soldados questionarão muito pouco as decisões tomadas por seus superiores.

As normas e práticas dos combatentes, tanto as culturais com as quais eles chegam ao exército, quanto as que são aplicadas pelos líderes militares, adicionadas ao sofrimento ao qual são expostos durante períodos de guerra, são capazes de modificar drasticamente a percepção que possuem acerca dos alvos e da frequência com a qual se utilizam de violências, uma vez que aumentam a insensibilidade dos combatentes com relação às vítimas por meio da ideia de que o inimigo merece a violência que sofre (WOOD, 2012a).

Esses processos podem remodelar os padrões de violência de grupo em um uso mais extenso da violência tanto no

³⁰ Texto original: "Among the psychological mechanisms possibly at work in these processes of socialization to group membership and the wielding of violence are compliance, role adoption, internalization of group norms, cognitive dissonance reduction, habituation to violence, diffusion of responsibility onto the group, deindividuation, and dehumanization of the victimized group" (STRAUS, 2007; LYNCH, 2007, apud. WOOD, 2008, p. 546)

sentido de um alvo mais amplo quanto de um repertório mais amplo, que pode incluir muitas formas de violência sexual. A responsabilidade coletiva pelas atrocidades cometidas pode se tornar uma fonte de coesão grupal e uma salvaguarda contra a traição. Na verdade, as dinâmicas de pequenos grupos podem minar a disciplina militar quando a lealdade e a conformidade dentro desses grupos levam à retenção de informações dos comandantes, a desobedecer ou mesmo "eliminar" oficiais (WOOD, 2012b, p. 39-40, tradução nossa)³¹.

É importante salientar que, para que o grupo funcione de maneira coesa, é necessário que os recrutas sejam socializados para receber ordens, além de serem treinados para lutar (WOOD, 2009a). No entanto, os padrões de violência impulsionados por dinâmicas sociais e psicológicas nas pequenas unidades de guerra somente poderão ser controlados pelas decisões dos líderes militares com relação à frequência e alvos a serem submetidos a estas violências caso as instituições sejam capazes de disciplinar e doutrinar suficientemente os membros do grupo (WOOD, 2009a; WOOD, 2012a). Neste sentido, percebe-se que, independentemente da maneira como os soldados forem recrutados, é de suma importância que sejam socializados fortemente para que façam uso de violência devido à motivos grupais, não individuais (WOOD, 2008).

Para que um grupo seja capaz de controlar as formas de violência a serem praticadas, é necessário que haja hierarquia entre os membros do agrupamento. Para que as decisões dos líderes militares sejam efetivamente aplicadas na cadeia de comando, a hierarquia entre os integrantes do grupo é essencial. A capacidade das lideranças imporem suas medidas, portanto, depende diretamente do fluxo de informações na cadeia de comando e da disposição dos inferiores em respeitar tais medidas (WOOD, 2009a).

Em uma organização armada, existe uma “[...] série de relações em cadeia de comando, nas quais o oficial superior tenta influenciar o comportamento dos inferiores” (WOOD, 2012b, p. 40, tradução nossa)³², mas sem possuir acesso direto às atitudes que eles tomam de fato, o que dificulta, muitas vezes, a atuação dos comandantes com relação às violências que são aplicadas por seus soldados. Tanto exércitos estatais, quanto grupos insurgentes enfrentam este

³¹ Texto original: “Estos procesos pueden remodelar los patrones de violencia del grupo hacia un uso más extensivo de la violencia tanto en el sentido de un blanco más amplio como de un repertorio más vasto, que puede incluir muchas formas de violencia sexual. La responsabilidad colectiva por las atrocidades cometidas puede en sí misma convertirse en una fuente de cohesión grupal y en una salvaguarda contra la traición. En efecto, las dinámicas de grupos pequeños pueden socavar la disciplina militar cuando las lealtades y el conformismo dentro de esos grupos conducen a ocultar información de los comandantes en jefe, a desobedecer o incluso a “eliminar” oficiales” (WOOD, 2012b, p. 39-40).

³² Texto original: “... serie de relaciones en la cadena de mando, en las cuales el oficial superior intenta influenciar el comportamiento de los inferiores” (WOOD, 2012b, p. 40).

desafio, de modo que o controle das líderes sobre as atitudes de seus combatentes depende diretamente da força que possuem suas instituições (WOOD, 2012b).

Este problema é conhecido como o “dilema do comandante”, como nomeou Hoover Green (2011, apud. WOOD, 2012a). O “dilema do comandante” se trata, justamente, da dificuldade que os líderes têm de controlar os padrões de violência aplicados pelos combatentes já que não estão fisicamente presentes no conflito. De acordo com a autora, existem duas formas através das quais os grupos armados são capazes de resolver o problema, ou seja, a tensão existente entre a necessidade de controlar e de produzir violências ao mesmo tempo (GREEN, 2011, apud. WOOD, 2012a).

A primeira delas seria por meio de fortes instituições que buscam disciplinar os soldados, em que os combatentes obedecem às ordens que recebem porque, caso não o façam, são castigados. Esta medida é possível devido à organização hierárquica que os grupos armados possuem, de modo que quanto maior a capacidade de manter uma forte hierarquia entre os membros do agrupamento, maiores as chances de controlar as ações dos soldados por meio de atos disciplinares (WOOD, 2012b).

O segundo modo de solucionar o “dilema do comandante” consiste em instituições que são capazes de doutrinar os recrutas de uma maneira tão forte, que faz com que os soldados internalizem as ideologias e as normas do grupo. Diante de uma educação política contínua e intensa, os comandantes são capazes de inculcar uma compreensão do propósito pelo qual o grupo está lutando, assim como a compreensão de que determinadas formas de violência são justificadas para que o grupo seja capaz de alcançar seus objetivos (WOOD, 2012a). Interessante notar que o treinamento e a socialização presentes nos grupos armados são muito similares entre exércitos nacionais e insurgentes (WOOD, 2009a).

O resultado é um ambiente onde os efeitos de conformidade são provavelmente extremamente fortes. Os grupos armados administram as emoções dos membros por meio de rituais coletivos, altamente padronizados e repetitivos, como na expressão do luto por meio de um único tiro de saraivada em funerais militares. A brutalização de recrutas tem como objetivo aumentar a agressão, que a disciplina do exercício pretende controlar. Em alguns grupos militares, o treinamento e o trote dependem de estereótipos abusivos de gênero para remodelar as identidades individuais e construir a coesão do grupo, evidente na retórica tradicional dos sargentos treinadores dos EUA - os recrutas são "senhoras" e "bichas" - e a misoginia dos cânticos de marcha - “Este é o meu rifle; esta é a minha arma [mão na virilha] / Isto é para lutar; isso é para se divertir” (WOOD, 2009a, p. 138-

Desta forma, se a doutrinação dos combatentes é forte e completa, as preferências dos superiores e dos soldados serão convergentes e nenhum ato de violência não ordenado será cometido, com exceção de casos isolados. Além disso, caso haja alguma divergência entre as preferências dos integrantes do exército, mas as instituições disciplinares e de inteligência interna são sólidas, ainda assim os soldados seguirão as ordens que receberem, mesmo que sejam contrários a elas. Sendo assim, o que se pode concluir é que, se as instituições internas da organização forem suficientemente fortes, quando a violência sexual ocorre em larga escala é porque ela foi ordenada (WOOD, 2016).

É neste sentido que se pode analisar de qual forma a violência sexual foi utilizada em períodos de guerra e por quais motivos ela pode estar ausente ou não.

Em conflitos armados nos quais a violência sexual não ocorre, ou ocorre em graus muito baixos, percebe-se que, na maioria dos casos, as lideranças militares proibiram a prática de violação sexual por razões estratégicas, normativas ou práticas, por julgarem que suas consequências negativas são maiores do que seus possíveis benefícios. Dessa forma, caso a hierarquia e o treinamento militar do grupo sejam suficientemente fortes, as lideranças são capazes de ordenar que seus soldados não pratiquem esta forma de violência (WOOD, 2009a).

É evidente que muitos grupos armados temem as possíveis consequências acarretadas pela violência sexual indiscriminada por parte de seus soldados: “[...] essas forças podem não estar prontas para conter um ataque surpresa, pode ser difícil trazê-las de volta ao controle e podem até mesmo usar a violência contra seus comandantes” (WOOD, 2012b, p. 44, tradução nossa)³⁴. Os resultados inesperados desse despreparo podem ser severos, como a penetração de grupos inimigos em regiões dominadas por aquele grupo (WOOD, 2009a).

Caso o grupo seja dependente de civis para apoio logístico, como para a obtenção de alimentos, recrutas ou até mesmo para informações, para que seja possível manter um bom relacionamento, é comum que líderes proibam seus soldados de praticarem violência sexual contra esta população, temendo que tal atitude possa desgastar suas relações com aqueles que

³³ Texto original: “The result is a setting where conformity effects are likely to be extremely strong. Armed groups manage member emotions through highly standardized, repetitive, collective rituals, as in the expression of grief through a single volley fire at military funerals.3 Brutalization of recruits is intended to enhance aggression, which the discipline of drill is intended to control. In some state militaries, training and hazing rely on abusive gendered stereotypes to reshape individual identities and to build group cohesion, evident in the traditional rhetoric of US drill sergeants – recruits are “ladies” and “fags” – and the misogyny of marching chants—“This is my rifle; this is my gun [hand on crotch]/This is for fighting; this is for fun” (WOOD, 2009a, p. 138-139).

³⁴ Texto original: “... tales fuerzas podrían no estar listas para contener un ataque sorpresa, puede resultar difícil ponerlas de nuevo bajo control, y hasta podrían volcar la violencia contra sus comandantes” (WOOD, 2012b, p. 44).

apoiam o grupo (WOOD, 2009a).

Além disso, nos casos em que uma organização tenha planos de governar uma determinada população civil, as violências sexuais serão restritas a fim de evitar que tal população se revolte contra o grupo. Também é possível notar que em conflitos onde um grupo promove atos massivos de violência contra civis, os demais grupos podem proibir seus soldados de terem as mesmas atitudes como uma forma de demonstrar sua superioridade moral perante a população (WOOD, 2012a).

As razões para proibir a violência sexual podem refletir tanto preocupações regulatórias quanto restrições práticas. Os líderes de um grupo revolucionário que busca realizar uma revolução social poderiam ver seu grupo como o expoente disciplinado de uma nova ordem mais justa para todos e, portanto, proibir a violência sexual porque tal violência viola as normas da nova sociedade ou porque sua proibição legitima a ideologia do grupo tanto entre seus combatentes quanto entre seus eleitores em potencial (WOOD, 2012b, p. 44, tradução nossa)³⁵.

No entanto, a teoria de Wood se centra, principalmente, na violência sexual como uma estratégia de guerra. Compreender os motivos que podem levar um grupo armado a utilizá-la desta forma é imprescindível para que seja possível entender a violência sexual implementada pelo Exército Imperial Japonês contra as mulheres coreanas.

A violência sexual pode ser adotada pelos comandantes militares como uma estratégia de guerra contra populações específicas, aparecendo na forma de tortura sexual a prisioneiros políticos, a violação pública de membros dos grupos para que ocorra limpeza étnica, como uma forma de castigo coletivo, como escravidão sexual, ou como compensação aos soldados por seus esforços, os “premiando” com civis os quais podem violar (WOOD, 2012b; WOOD, 2016), sendo possível notar que, como será apresentada posteriormente, estas duas últimas formas apareceram de maneira contundente no caso das “mulheres de conforto” coreanas.

É importante notar que quando uma organização institucionaliza a escravidão sexual ou o matrimônio forçado, há uma adoção intencional da violência sexual em busca de objetivos organizacionais, ou seja, estas duas formas de violência sexual são nitidamente estratégicas, uma vez que estão institucionalizadas dentro do grupo (WOOD, 2016). O caso das “mulheres de conforto” somente pode ser compreendido a partir disso.

³⁵ Texto original: “Las razones para prohibir la violencia sexual pueden reflejar tanto preocupaciones normativas como restricciones prácticas. Los líderes de un grupo revolucionario que busca llevar a cabo una revolución social podrían ver a su grupo como el disciplinado exponente de un nuevo orden más justo para todos y, por ello, prohibir la violencia sexual porque esa violencia vulnera las normas de la nueva sociedad o porque su prohibición legitima la ideología del grupo tanto entre sus combatientes como entre sus potenciales votantes” (WOOD, 2012b, p. 44).

As condições para que a violência sexual apareça como uma forma de estratégia militar são contrárias às de sua ausência: os comandantes devem notar que os benefícios da violência sexual, como a população aterrorizada, superam seus possíveis custos, como a falta de cooperação por parte dos civis, a violação de normas locais e internacionais e a publicidade negativa nas mídias (WOOD, 2012a; WOOD, 2016). Caso isto ocorra, os combatentes nunca são castigados por praticarem atos de violência sexual, havendo, ainda, registros de casos nos quais o castigo era aplicado contra aqueles que não o faziam (WOOD, 2012a).

Há casos nos quais a violência sexual pode aparecer como uma estratégia de contra-insurgência, como afirma Michele Leiby. De acordo com sua teoria, as forças estatais praticam atos de tortura sexual e violações contra insurgentes e seus aliados nos locais em que as forças rebeldes são ativas, mas não suficientemente fortes para enfrentar o Estado, como uma forma de obter informações privilegiadas sobre o funcionamento do grupo, mas também para castigar e aterrorizar (WOOD, 2012a).

Maria Eriksson Baaz e Maria Stern, neste sentido, fazem uma análise sobre a maneira como os soldados, em especial os soldados da República Democrática do Congo, entendem a violação generalizada contra civis em tempos de guerra. Cerca de 200 soldados foram entrevistados por elas, e grande parte deles vincularam as altas taxas de violação com a frustração e a ansiedade ocasionadas pelo fracasso em satisfazer os ideais masculinos de estabelecer e manter uma família, influenciados pelos baixos salários (WOOD, 2012b).

Este fato coloca em evidência a questão psicológica da violência, de modo que os combatentes em muitos momentos deixam de olhar para tal prática como algo repreensível e passam a aceitar esta forma de violência como correta ou necessária, ao passo em que os próprios comandantes não os punem.

É evidente aqui, ainda, o quanto o sexismo pode influenciar nas ações dos homens dentro dos conflitos. Há uma ideia dentro das sociedades patriarcais de que as mulheres funcionam como um objeto sexual que deve estar à disposição dos homens para que eles possam manter-se ativos sexualmente. O período de guerra não faz nada além de potencializar este entendimento, colocando as mulheres em uma situação de maior vulnerabilidade, ao passo em que os homens ganham força por serem considerados heróis lutando pelo país.

Sendo assim, Wood afirma que a variabilidade da violência sexual em conflitos armados, bem como os mecanismos de doutrinação dos soldados que os levam a adotar os padrões de violência definidos por seus comandantes, fortalecem a ideia de que é possível atribuir aos líderes militares a responsabilidade pela violência sexual que é cometida sob seu

comando durante períodos de guerra. Neste sentido, aqueles comandantes que possuem uma cadeia de comando efetiva poderiam ser julgados internacionalmente por crimes de guerra (WOOD, 2016).

Esta afirmação é de suma importância para entender a análise a ser feita do caso das “mulheres de conforto” sul-coreanas, que será apresentado a seguir.

2.4 Conclusão do capítulo

O capítulo teve como objetivo apresentar as discussões de gênero na área das Relações Internacionais, discutindo a evolução da importância do tema para a área da segurança internacional. Apresentaram-se as diversas maneiras a partir das quais as teorias feministas das relações internacionais enxergam a violência sexual em períodos de guerra e forma que o gênero influencia nas relações entre os soldados em guerra.

No entanto, como visto, muitas dessas teorias são demasiadamente generalistas e encontram dificuldades para explicar porque a violência sexual costuma variar entre os diversos conflitos, sendo possível encontrar casos nos quais essa forma de violência quase não ocorre. Surge aqui a importância da autora Elisabeth Jean Wood, que possui longas pesquisas acerca da variabilidade de violência sexual em períodos conflituosos e apresenta o conceito de violência sexual estratégica, a ser utilizado na presente pesquisa, para definir a utilização desta forma de violência como uma estratégia militar usada pelos líderes militares para obter vantagens para seu exército.

3. CAPÍTULO 2 – O que há por trás do Sistema de Conforto

3.1 Introdução do capítulo

O caso das “mulheres de conforto” constitui um exemplo da utilização da violência sexual como uma estratégia militar, nos termos apresentados por Wood. A problemática em questão aconteceu no período da Segunda Guerra Mundial, quando o exército imperial japonês recrutou jovens, majoritariamente coreanas, para transformá-las em escravas sexuais, durante todo o tempo em que o Japão esteve em guerra.

O desenvolvimento do chamado “sistema de conforto” tem raízes profundas na maneira como as sociedades japonesa e coreana são formadas, quando se observa todo o contexto social do papel que a mulher possuía na estruturação desses povos, e que levou à exploração sexual massiva de mulheres no decorrer dos séculos, culminando no estabelecimento da escravidão sexual empreendida pelo Japão. O Império Japonês colonizava a Península Coreana no período da Segunda Guerra Mundial, facilitando o acesso e a exploração das jovens vindas da região, de modo que a maioria das mulheres que foram levadas aos bordéis militares eram oriundas da Coreia.

Neste capítulo, será apresentada as influências e motivações que levaram o Japão a construir o sistema de conforto. Para isto, em um primeiro momento, será trabalhada o impacto das interpretações do Confucionismo, vertente filosófica milenar que foi adotada não somente pelo Japão, mas também pela China e pela Coreia, visando demonstrar como seus ideais corroboraram para a exploração sexual dessas mulheres; depois, será apresentado um breve contexto histórico acerca da empreitada japonesa para obter acesso à Península Coreana, seguido de um histórico com relação à exploração sexual feminina empreendida pelo Japão, especialmente durante a Restauração Meiji, com o objetivo de demonstrar que o sistema de conforto, foi na realidade, a potencialização de uma prática que o Japão já utilizava em períodos anteriores à guerra e à colonização, deixando evidente a pouca importância dada pelo governo japonês às mulheres, de um modo geral, e também ao povo coreano.

Entender estes aspectos é importante para que se possa compreender à fundo a forma como o Japão utilizou a violência sexual para obter vantagens no conflito.

3.2 O papel da mulher nas sociedades asiáticas: a influência do Confucionismo

Para que se possa compreender o caso das “mulheres de conforto”, no qual o Japão implementou de maneira massiva a violência sexual contra mulheres, em sua maioria coreanas,

é importante, inicialmente, entender o modo como as mulheres eram vistas antes, durante e depois do período da Segunda Guerra Mundial, para que seja possível, portanto, analisar de modo mais amplo a problemática colocada em questão.

As sociedades asiáticas, em especial as sociedades chinesa, japonesa e coreana, são historicamente influenciadas pelo confucionismo. Esta ideologia nasceu nas unidades e sociedades políticas que compõem a atual China, por meio das posteriores interpretações de Confúcio (551 a.C. – 479 a.C.), que pregavam a “[...] construção de uma sociedade pacífica através de um comportamento pautado na retidão moral” (PEIXOTO; LOPES, 2018, p. 4). Embora não tenha sido capaz de alcançar seus objetivos em vida, Confúcio deixou inúmeros discípulos que ganharam força durante a Dinastia Han³⁶, espalhando-se, assim, pelo Leste Asiático através da influência chinesa na região (PEIXOTO; LOPES, 2018).

Dessa maneira, cabe ao presente trabalho apresentar a maneira como o confucionismo define o papel feminino na organização da sociedade.

Embora Confúcio não tenha deixado ensinamentos precisos acerca das mulheres, seus discípulos disseminaram a ideia de que mulheres eram inferiores aos homens, de maneira que deveriam ser deixadas de lado e silenciadas. Para serem capazes de efetivamente silenciar as mulheres dentro da sociedade, os confucionistas desenvolveram rituais específicos que todas as mulheres deveriam seguir e que funcionavam como uma forma de demonstrar a inferioridade delas com relação aos homens da sociedade.

Esses ritos encorajam e ensinam virtudes femininas desejáveis do ponto de vista masculino, como quietude, obediência, boas maneiras, asseio pessoal, diligência, habilidade para cozinhar, fiar e costurar, respeito pelos pais do marido, gentileza para os irmãos do marido, e cortesia para os amigos dele (GAO, 2003, p. 115, tradução nossa)³⁷.

Desse modo, é possível observar que, de acordo com a filosofia confuciana, a mulher deve ser leal ao seu marido, ter piedade filial aos pais e ancestrais, e manter a castidade até o momento do casamento, da mesma forma que mulheres viúvas não poderiam se casar novamente, o que demonstra seu papel submisso aos homens. Por estes motivos, a mulher é criada para se casar, mantendo sua virgindade, e para cuidar da esfera da vida doméstica,

³⁶ A Dinastia Han governou parte do que hoje é conhecido como China entre os anos de 206 a.C. e 8 d.C. Foi durante a Dinastia Han que os princípios confucionistas foram fortemente aderidos (SOUSA, 2021).

³⁷ Texto original: These rites encourage and teach feminine virtues desirable from the male point of view, such as quietness, obedience, good manners, personal neatness, industry, ability to cook, to spin, and to sew, respect for the husband's parents, kindness to the husband's brothers, and courtesy to the husband's friends (GAO, 2003, p. 115).

fornecendo aquilo de que sua família necessita (CHANG; KIM, 2005).

Em uma sociedade baseada em valores patriarcais, homens e mulheres são segregados, em uma tentativa de se excluir a mulher da vida pública ao restringir suas atividades ao âmbito doméstico. Enquanto aos homens é garantido o papel de cuidar da vida em esfera pública, as mulheres se restringem às tarefas domésticas. A segregação observada entre os gêneros (reconhecemos que esta terminologia é contemporânea) é responsável por reforçar a subserviência feminina e a supremacia masculina, fator potencializado pela tradição confuciana de obediência aos homens da família, em primeiro lugar ao pai, depois ao marido e, por último, ao filho. Sendo assim, é possível notar que a vida de uma mulher é, dentro do confucionismo, dividida em três estágios principais: filha, esposa e mãe, de modo a reduzir sua participação na vida pública (CHANG; KIM, 2005).

Tratam-se, portanto, das chamadas Três Obediências, que exigem que as mulheres “[...] obedçam a seu pai antes do casamento, obedçam a seu marido depois do casamento, e obedçam a seu filho mais velho depois da morte de seu marido” (GAO, 2003, p. 116, tradução nossa)³⁸. Há, ainda, as Quatro Virtudes, que definem que mulheres devem ser sexualmente morais, possuir uma linguagem adequada, ser modestas, e trabalharem diligentemente (GAO, 2003).

Outro fato importante a ser levado em consideração, ainda, é que, ao mesmo tempo em que mulheres são vistas como objetos sexuais que devem estar “à disposição para seu marido”, as mulheres que terminarem sendo vítimas de estupro são consideradas as verdadeiras culpadas, e não aqueles que, de fato, cometeram tal violência (OH; ISHIZAWA-GRBIĆ, 2000; GAO, 2003). Sendo assim, observa-se que há uma política de “dois pesos, duas medidas” para homens e mulheres, de maneira que, enquanto a vida sexual do homem era fortemente encorajada, a das mulheres era contida, fazendo com que elas fossem obrigadas a manter a virgindade até o casamento e caracterizando como “sem valor” aquelas que, por qualquer motivo que fosse, deixassem de ser virgens antes de se casarem (SIKKA, 2009).

Como o lugar das mulheres era confinado em casa, a lealdade das mulheres aos maridos era valorizada a tal ponto que uma mulher que morresse por sua castidade seria oficialmente homenageada com uma praga erigida em um local público ou com um título do tribunal (GAO, 2003, p. 116, tradução nossa)³⁹.

³⁸ Texto original: ... to obey the father before the marriage, obey the husband after marriage, and obey the first son after the death of husband (GAO, 2003, p. 116).

³⁹ Texto original: As women's place was confined to home, loyalty of women to their husbands was cherished to such extent that a woman who died for her chastity would be officially honored with a plague erected in a public place or with a title from the court (GAO, 2003, p. 116).

Desta maneira, compreender como a mulher e a violência sexual contra ela é vista, especialmente na sociedade coreana e na sociedade japonesa, é de suma importância para se observar o caso das “mulheres de conforto”, a ser apresentado no capítulo seguinte.

3.3 Contexto histórico

3.3.1 A Restauração Meiji e as guerras pela Coreia

O caso das “mulheres de conforto” coreanas possui uma dimensão paradigmática no sentido do papel relevante que o movimento feminista coreano conseguiu imprimir no reconhecimento oficial da exploração sexual de mulheres na Guerra do Pacífico e na Segunda Guerra Mundial, tanto em termos políticos quanto em termos do direito internacional. A escolha do caso se justifica devido à sua importância para o reconhecimento das violências sexuais empreendidas durante o conflito na Ásia, fato que, em diversos momentos, cai no esquecimento perante o sistema internacional.

O caso ocorreu durante a chamada Dominação Japonesa, período no qual o Japão colonizou a Península Coreana. Para que seja possível compreender a instituição do sistema de conforto, é necessário entender o contexto histórico no qual ele se insere.

A anexação da península coreana pelo Japão imperial aconteceu, oficialmente, no ano de 1910 e foi uma consequência direta do imperialismo japonês, que teve início no século XIX, com a Restauração Meiji, período de intensas reformas econômicas e forte industrialização (LIMA, 2005), o que justificava o imperialismo japonês, que se mostrou ainda mais violento que o britânico (LIMA, 2005).

A Restauração tratou-se de uma cadeia de eventos que proporcionou ao Japão uma grande mudança sócio-política, transformando o país na maior potência econômica e militar da região à época (LIMA, 2005). Ela foi a responsável por derrubar o xogunato japonês⁴⁰ no ano de 1868, impondo prioridades máximas à segurança e defesa nacionais com o objetivo de alcançar as potências não asiáticas e maximizar seu poderio militar a fim de garantir sua existência como nação independente na região (LIMA FILHO, 2017).

O fim do período feudal teve início em 1863, quando o imperador deslegitimou as

⁴⁰ O xogunato era caracterizado por um governo militar feudal que era comandado pelo xogum, um ditador militar responsável por governar o país *de facto*, enquanto o Imperador era apenas o governante *de jure*. Além do xogum, o Japão era governado pelos chamados daimyos, que eram poderosos senhores feudais que possuíam pedaços de terra passados de maneira hereditária (DAIMYO, 2021). A Restauração Meiji, portanto, foi a responsável por colocar fim ao xogunato e dar início ao período imperial (XOGUNATO, 2021).

decisões tomadas pelo xogunato, ordenando a expulsão dos não asiáticos, que haviam se instaurado no país após a assinatura de diversos tratados iníquos que colocaram o Japão em uma situação de forte dependência com relação às novas tendências tecnológicas não asiáticas (SAITO, 2012; MAGNO, 2015).

Como reação houve uma revolta de parcela dos samurais, liderados pelo clã Satsuma, que se reuniram a favor do fortalecimento da figura do Imperador, a fim de derrubar o Xogum Tokugawa Yoshinobu. Sendo assim, no ano de 1868, o xogunato foi abolido e o poder concentrou-se nas mãos do Imperador, resultando na abertura do Japão para o mundo, o fim da classe samurai e a instauração de um governo monárquico constitucional parlamentar similar ao encontrado nos países não asiáticos (XOGUNATO, 2021).

Um exército organizado sob a bandeira do Imperador e liderado por uma pequena oligarquia, oriunda de quatro feudos do sul — Satsuma, Choshu, Hizen e Tosa — levantou-se contra as forças do xogunato Tokugawa. O resultado foi a deflagração de uma guerra civil, conhecida como guerra Boshin, e a derrubada do xogunato, dando início ao processo conhecido como Restauração Meiji em 1868. Sob o slogan “reverenciar o Imperador e expulsar os bárbaros”, os restauradores perseguiram a reversão dos tratados iníquos assinados com as potências ocidentais e a devolução dos poderes concedidos ao Xogum ao Imperador (MAGNO, 2015, p. 26).

O novo governo que se instaurou durante a Restauração Meiji deu início a uma ampla modernização econômico-militar com forte investimento em industrialização, infraestrutura de transportes e telecomunicações, assim como absorção tecnológica, colocando o país no caminho para o sistema capitalista não asiático (LIMA FILHO, 2017; SAITO, 2012).

Houve reformas de cunho não asiático, como a abolição do sistema de castas vigente na época, assim como dos privilégios dos samurais, ainda no ano de 1873 (MAGNO, 2015; LIMA FILHO, 2017). Uma Constituição foi promulgada em 1889 e o Parlamento Imperial inaugurado em 1890 (LIMA FILHO, 2017). Foram implementadas, ainda, reformas agrária e tributária, em que se eliminaram os privilégios dos antigos *daimyos* (NAMURA, 1962, apud. MAGNO 2015).

Houve grande incentivo governamental para o desenvolvimento da industrialização por meio de medidas como o estabelecimento do Ministério da Indústria no ano de 1870, assim como a importação de tecnologia do exterior e o desenvolvimento do processo de substituição de importações (MIYAZAKI, 2002). Este grande investimento na indústria nacional foi o responsável por colocar o Japão em uma posição vantajosa com relação aos demais países do

continente e fez com que surgissem os chamados *zaibatsus*⁴¹, grupos financeiros que começaram a se formar na década de 1880 e dominaram a indústria japonesa até o fim da Segunda Guerra Mundial, voltados para a manufatura de produtos industrializados feitos para a exportação (MAGNO, 2015; SAITO 2012).

Sendo assim, a modernização econômica pela qual o país passou faria com que, desde o início da Restauração até o começo da Primeira Guerra Mundial, o Japão se tornasse uma grande potência imperialista (SAITO, 2012).

Surge neste período a Doutrina Amau, similar à Doutrina Monroe, com o objetivo de justificar o expansionismo japonês ao transferir ao país a responsabilidade pela segurança e paz asiáticas (LIMA, 2005). A existência nacional japonesa teria motivação especial para proteger uma zona especial, livre do comunismo e pró-japonesa. Durante a Segunda Guerra, alguns líderes japoneses chegaram a falar de uma “Ásia para Asiáticos” e da necessidade de levar liberdade aos países da região (LIMA, 2005).

Dessa maneira, com base no crescente nacionalismo japonês e na ameaça de domínio por parte de nações imperialistas não asiáticas, o Japão deu início ao seu expansionismo no continente asiático, visando impedir que os países europeus dominassem a região. Havia a necessidade de que se garantisse o acesso aos recursos naturais para que o processo industrial se consolidasse e o país pudesse sobreviver às pressões externas (LIMA FILHO, 2017).

É nesse contexto imperialista da história japonesa que se insere a necessidade do país em obter acesso à península coreana (MAGNO, 2015).

A aproximação do Japão com a Coreia levou o país a se envolver em dois grandes conflitos: a Primeira Guerra Sino-Japonesa, com início no ano de 1895, na qual a China reivindicava sua influência na península; e a Guerra Russo-Japonesa, que ocorreu em 1904, motivada também pela presença japonesa em outras áreas de influência russas e pelo interesse econômico que a Rússia possuía na Coreia (MAGNO, 2015; SASAKI, 2008).

É essencial salientar que a Península Coreana constituía importante localização geoestratégica tanto para as sociedades políticas presentes no que se chama hoje como Japão e a China, por ser uma zona-vetor de comércio e fluxo dinâmico de pessoas e serviços entre os

⁴¹ Estes grupos receberam grandes subsídios do governo, assim como capitais e contratos para que pudessem realizar investimentos nas indústrias que o governo procurava fortalecer. O objetivo era diversificar as atividades industriais do país (MIYAZAKI, 2002). Os *zaibatsus*, muitas vezes gerenciados por família inteiras, tornaram-se grandes conglomerados industriais e foram essenciais para o desenvolvimento econômico do país, tornando-se impopulares apenas a partir dos anos 1930 por serem fortes apoiadores do militarismo japonês (TOWNSON, 1994, p. 935-936, apud. SAITO, 2012).

países da região. Por conta disso, a península já havia sido alvo de disputas entre as duas nações em outros momentos da história, como pode ser observado entre os anos de 1274 e 1281, nos quais o que se conhece hoje como a Coreia foi utilizada como base de apoio para as tropas chinesas em ofensivas contra o Japão (BRITES, 2014).

A Coreia era governada desde o século XIV pela Dinastia Joseon (1392-1910), governo que ficou marcado pelo baixo nível de interação com as nações vizinhas, fazendo com que o país ficasse conhecido como “o império eremita” (HARRISON, 2002, apud. BRITES, 2014). Dessa maneira, com exceção de sua relação econômica com a China, os coreanos tinham poucas relações políticas e econômicas com os demais países da região (BRITES, 2014).

Sendo assim, a Coreia possuía, para o Japão, não somente importância econômica, por suas reservas de carvão e de ferro, essenciais para o desenvolvimento industrial japonês, mas também importância geoestratégica, uma vez que sua conquista seria capaz de colocar o país em uma posição hegemônica no continente que possibilitaria frear o avanço não asiático na Ásia, fornecendo, assim, estabilidade na segurança nacional do Japão (BRITES, 2014). Por este motivo, o expansionismo tomou papel central na política externa japonesa (OLIVEIRA, 2018).

No entanto, a Coreia era, naquele período, área de influência chinesa e era parte importante do sistema tributário da China, fator que atrapalhava a aproximação japonesa com o Império Coreano. Para o Japão, era de suma importância garantir a independência da Coreia, visando tirar a região do domínio chinês e, conseqüentemente, abrir espaço para o seu próprio expansionismo (OLIVEIRA, 2018).

Desse modo, pressionado pela explosão demográfica e pela necessidade emergente de se obter insumos e matérias primas, o Japão passou a discutir o estabelecimento de uma zona de influência sobre a Península Coreana (MAGNO, 2015). O Parlamento Japonês optou, então, por estabelecer sua influência por meio da assinatura de tratados iníquos, por considerar que o estabelecimento de tratados facilitaria a negociação para que o Japão revisasse seus próprios tratados com as potências não asiáticas (NAKAMURA, 1962, apud. MAGNO, 2015).

A partir do ano de 1876, quando ocorreu a assinatura do Tratado Nipo-Coreano de Amizade, também conhecido como Tratado de Ganghwa (MAGNO, 2015; BRITES, 2020), o Japão buscou cada vez mais aumentar sua influência na região (OLIVEIRA, 2018; MAGNO 2018). Nos termos do tratado, uma representação diplomática mútua foi estabelecida entre os dois países, os portos foram abertos ao comércio e foram garantidos, ainda, os direitos de extraterritorialidade nos portos que haviam sido abertos (OLIVEIRA, 2018).

A China passou a sentir que seus interesses na Coreia poderiam estar ameaçados pela investida japonesa. No ano de 1884, como uma forma de tentar evitar a escalada de um conflito, o governo chinês estabeleceu com o Japão um sistema de coprotetorado sobre a Coreia, visando permitir que ambos os países obtivessem o que fosse de seus interesses nacionais na região (MAGNO, 2018). Entretanto, em pouco tempo o sistema de coprotetorado se mostrou insuficiente para impedir que as tensões entre os dois países aumentassem (OLIVEIRA, 2018).

No ano de 1894, a Coreia enfrentou uma forte rebelião liderada por camponeses, que ficaria conhecida como Rebelião Donghak, que tinha como objetivo destruir a oligarquia corrupta que estava no poder, bem como expulsar a comunidade japonesa que se encontrava no território (GARCÍA, 2010). Com a intenção de dar fim às manifestações, o rei da Coreia pediu apoio militar à China, que enviou cerca de 4 mil homens à Península. Temendo que a China retomasse seu domínio na região, o Japão também enviou tropas com cerca de 5 mil soldados para o país. Mesmo depois de a rebelião ter sido sufocada, ambos os países se recusaram a retirar suas tropas. Os atritos entre os dois países chegaram ao seu ápice no fim de julho daquele ano e a declaração de guerra ocorreu, oficialmente, no dia 1 de agosto de 1894 (OLIVEIRA, 2018).

A Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) foi o primeiro grande teste enfrentado pela marinha japonesa recém-criada e foi capaz de demonstrar a superioridade militar do Japão desenvolvida por meios dos *zaibatsus* frente à indústria chinesa da época (ROBERTS, 2011, apud. MAGNO, 2015). A guerra foi fruto do fracasso do sistema de coprotetorado que havia sido implementado na Coreia anos antes, e se tornou um marco nas disputas pela hegemonia regional do Leste Asiático, além de representar uma inversão nas relações entre a China e Japão, uma vez que o Japão veio a se consolidar como potência regional, ratificando a importância estratégica da Península Coreana para o equilíbrio de poder na região (BRITES, 2014).

Ao fim da guerra, em abril de 1895, a China foi obrigada a assinar o Tratado de Shimonoseki, no qual reconhecia a influência do Japão na Península, assim como concedia Liaodong ao país. Além disso, o governo japonês foi capaz de anexar Taiwan, a ilha de Pescadores e as Ilhas Senkaku, bem como tornar a Coreia uma zona de influência exclusiva japonesa, fazendo com que a mesma deixasse de fazer parte do sistema tributário chinês (BRITES, 2014; MAGNO, 2015).

Posteriormente, ainda motivados pela necessidade de obter os recursos necessários para seu desenvolvimento industrial, o Japão direcionou seus interesses para a Manchúria, por ser uma região rica em reservas de carvão, de modo que o país passou a investir em

empreendimentos ligados à infraestrutura ferroviária e à exploração deste mineral no local (MAGNO, 2015; MAGNO, 2018). Este fato colocou o Japão em rota de colisão com o Império Russo, que também tinha interesses naquela região. Sendo assim, a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) também se insere no contexto da disputa hegemônica no Leste Asiático, tendo o domínio da Coreia e da Manchúria como pano de fundo (BRITES, 2014; MAGNO, 2015).

Em 1895, o Império Russo, contando com o apoio da Alemanha e da França com a formação da chamada Intervenção Tripartida (OLIVEIRA, 2018), passou a pressionar o Japão para que o país liberasse os portos coreanos de Wei-Hai-Wei e Port Arthur e devolvesse a Península de Liaodong à China, para que a Rússia pudesse ter acesso a eles sem maiores complicações. A pressão surtiu efeito e o governo japonês cedeu ambos os portos ao domínio russo, de modo que, em 1903, a Transiberiana chegou até Port Arthur (MAFFEO, 2004).

Com a escalada da competição pela Península Coreana, as tensões entre Japão e Rússia cresceram e o conflito veio a eclodir no dia 5 de fevereiro de 1904, depois de o Império Russo demonstrar sua intenção de manter suas forças na Coreia e de exercer seu domínio sobre a Manchúria (MAFFEO, 2004).

Naquele mesmo dia, o governo japonês enviou um memorando à embaixada russa em Tóquio, no qual as relações diplomáticas foram rompidas. Naquele mesmo dia, o governo japonês enviou um memorando à embaixada russa em Tóquio, no qual as relações diplomáticas foram rompidas. No dia seguinte, o adido naval russo informou seu país do colapso das relações e anunciou que ações militares contra as forças russas poderiam ser esperadas a qualquer momento e sem aviso prévio, incluindo o desembarque de tropas na península coreana (MAFFEO, 2004, p. 3, tradução nossa)⁴².

A declaração oficial de guerra aconteceu no dia 10 de fevereiro de 1904, partindo do Japão, que já havia enviado tropas para a Coreia, onde o contingente russo estava estacionado. Os russos acreditavam que venceriam o conflito sem maiores dificuldades, contudo, todas as ações militares levaram a sucessivas derrotas do exército da Rússia. Em dezembro daquele mesmo ano, a frota russa do oriente já havia sido capturada ou afundada quase em sua totalidade, ao passo em que o domínio de Port Arthur havia sido retomado pelo Japão, sendo este fato um grande golpe à moral russa (MAFFEO, 2004).

⁴² Texto original: Ese mismo día el gobierno japonés envió un memorandum a la embajada rusa en Tokio, por el que se rompían relaciones diplomáticas. Ese mismo día el gobierno japonés envió un memorandum a la embajada rusa en Tokio, por el que se rompían relaciones diplomáticas. Al día siguiente, el agregado naval ruso informó a su país informó del rompimiento de relaciones, y anunció que podían esperarse acciones militares contra fuerzas rusas en cualquier momento y sin previo aviso, incluyendo el desembarco de tropas en la península de Corea (MAFFEO, 2004, p. 3).

No ano de 1905, o Império Russo passou por uma tentativa de Revolução⁴³, o que fez com que o país se enfraquecesse ainda mais no conflito, possibilitando que o Japão vencesse a guerra.

Em 25 de maio de 1905, Rojestvensky entrou no Estreito da Coréia, navegando perto da ilha de Tsushima, e se preparou para enfrentar o destino. Nas primeiras horas da manhã, os navios russos, com seu casco pintado de preto e chaminés amarelos, foram facilmente detectados pelos japoneses, que, em seus navios de casco cinza, se confundiam na névoa. Durante o dia e a noite de 26 de maio, seguiram-se batalhas navais que culminaram na derrota da frota russa, a última esperança do czar de recuperar o domínio dos territórios perdidos. Em 27 de maio, a frota russa foi totalmente aniquilada, apenas três navios conseguiram escapar (MAFFEO, 2004, p. 5, tradução nossa)⁴⁴.

Dessa forma, o Japão forçou o Império Russo a assinar o Tratado de Portsmouth, através do qual o governo japonês obteve a garantia de que poderia dominar tanto a Manchúria, quanto a Península Coreana, garantindo dessa forma o seu acesso a todos os recursos necessários para a consolidação de sua economia industrial. Através do tratado, ainda, o Japão passou a dominar a Península Liaodong, o Port Arthur e a porção austral das Sacalinas (BRITES, 2014).

Logo após o fim do conflito, o Japão voltou novamente seus interesses para a Coreia, buscando estabelecer ainda mais controle e influência sobre a região. Ainda em 1905, com o reconhecimento internacional de seu domínio sobre a Península, o governo japonês forçou o Reino Coreano a tornar-se seu protetorado, uma vez que o exército do país havia sido dissolvido pelos japoneses, o que, supostamente, faria com que a região necessitasse de proteção (SASAKI, 2008; OLIVEIRA, 2018).

Dessa maneira, no dia 17 de novembro de 1905, o Japão e a Coreia assinaram o Tratado de Eulsa, que cedia aos nipônicos a responsabilidade pelos assuntos exteriores da Península

⁴³ O Czar Nicolau II já sofria forte oposição no país devido a suas medidas autoritárias. O conflito com o Japão piorou sua imagem, de modo que, em janeiro de 1905, fortes manifestações foram feitas em São Petersburgo, visando pressionar o governante a desenvolver uma Constituição. As manifestações foram duramente reprimidas pelas forças do Czar, no que ficou conhecido como Domingo Sangrento (SOUSA, 2021).

⁴⁴ Texto original: El 25 de mayo de 1905, Rojestvensky entraba por los estrechos de Corea, navegando cerca de la isla de Tsushima, y se preparaba para enfrentar el destino. En horas de la mañana, los buques rusos, con su casco pintado de negro y sus chimeneas de amarillo, fueron fácilmente detectados por los japoneses, que, en sus buques de cascos grises, se confundían en la bruma. Durante el día y la noche del 26 de mayo, se sucedieron los combates navales que culminaron en la derrota de la flota rusa, última esperanza del zar de recuperar el dominio en los territorios perdidos. Para el 27 de mayo, la flota rusa estaba totalmente aniquilada, sólo tres buques pudieron escapar (MAFFEO, 2004, p. 5).

Coreana, e estabelecia a Regência Geral, que contava com um Governador Geral, figura que se subordinaria apenas ao Imperador Coreano. No entanto, mesmo que o tratado estabelecesse pouca autoridade ao Governador Geral, reduzindo sua atuação a assuntos diplomáticos, em pouco tempo toda a administração coreana passou a estar sob seu controle (GARCÍA, 2010).

Neste período, soldados japoneses invadiram o Palácio Real, substituindo funcionários coreanos por nipônicos e colocando Ito Hirobumi, figura política influente no Japão, como Governador Geral da Coreia. Hirobumi obrigou o imperador Gojong a abdicar o trono em favor de seu filho, que apoiava o Japão, dissolvendo o exército coreano e assumindo o controle total das funções judiciais e policiais, ao mesmo tempo em que desenvolveu leis com o objetivo de restringir a liberdade de imprensa e incluir livros que fossem pró-japoneses nas escolas coreanas (ROBINSON, 2007, apud. GARCÍA, 2010).

O exército japonês reprimiu violentamente diversas manifestações contrárias à forte ocupação do território coreano, sendo cerca de 1450 repressões entre 1908 e 1910. Em 1909, a situação se agravou, fazendo com que o Japão decidisse transformar a Coreia oficialmente em sua colônia e começou a se preparar para a anexação. Antes de oficializarem a anexação, as organizações patrióticas coreanas foram dissolvidas e suas principais lideranças foram presas. Sendo assim, em 29 de agosto de 1910, o imperador foi forçado a abrir mão do trono e o Japão anexou oficialmente a Coreia ao seu território, transformando-a em sua colônia (SASAKI, 2008; YOUNG, 1990, apud. GARCÍA, 2010; OLIVEIRA, 2018).

3.3.2 A Dominação Japonesa

O período colonial ficou conhecido na Coreia como Dominação Japonesa, no qual o Japão investiu fortemente no setor agrícola, de modo que este momento ficou caracterizado pela grande exportação de excedentes primários para suprir as necessidades econômicas da metrópole (XAVIER, 2016). A dominação japonesa também deixou profundas marcas negativas no povo coreano. A colonização promovida pelo Japão foi extremamente violenta e exploratória para a população, por meio de torturas e crimes. A política assimilacionista aplicada pela metrópole tentou substituir a cultura coreana pela japonesa, de modo que o idioma da população, os nomes, a religião e a história foram trocados por versões japonesas (WATANABE, 2011).

Logo no início da colonização, o Japão implementou linhas de telégrafo e telefone, construiu linhas ferroviárias e rotas, ampliando a infraestrutura terrestre e de comunicação com o objetivo de unificar os fortes aparatos de controle militar na Península.

E, embora os setores comerciais e de manufatura na Coreia começassem a se desenvolver rapidamente, não seria até a década de 1930 que o desenvolvimento econômico liderado pelo governo chegaria (embora o modelo de laços estreitos entre empresários privados e capitais, bancos estatais e o planejamento estratégico do Governo Geral da Coreia já existissem antes do final da década de 1920) (ROBINSON, 2007; CUMINGS, 2004; LEE KI-BAIK, 1984, apud. DUARTE, 2009, p. 3-4, tradução nossa)⁴⁵.

A primeira década da colonização, de 1910 a 1919, ficou conhecida como período do Governo Militar. Nesse momento, a Coreia foi convertida em uma grande organização burocrática que era controlada por oficiais japoneses e coreanos pró-Japão. O Governador Geral tinha liberdade total para exercer seu governo na Coreia e não estava condicionado a lei alguma, devendo apenas prestar contas diretamente ao Imperador Japonês (YU, 2008, apud. GARCÍA, 2010).

O governo tomou posse de terras de cultivo, bosques e montanhas coreanos, de modo que boa parte dessas terras foram vendidas a empresas privadas japonesas fazendo com que já em 1918 o Japão controlasse cerca de 40% de todas as terras cultiváveis do país. Além disso, diversas leis foram aplicadas com a intenção de regulamentar os registros familiares, a segurança social, a administração das cidades, as licenças de pesca, os direitos sobre as águas, entre outros, visando controlar a atividade econômica (ROBINSON, 2007, apud. GARCÍA, 2010).

Do ponto de vista policial, foram estabelecidas delegacias na maioria das cidades coreanas, com o objetivo de suprimir qualquer movimento antijaponês que pudesse surgir contrário à anexação. Dessa forma, a polícia militar estava presente em todos os aspectos do governo colonial, como, por exemplo, no recrutamento de pessoal encarregado de eliminar as guerrilhas contrárias ao governo, no arrecadamento de impostos, na proteção dos bosques, no controle das atividades econômicas, entre outros (KANG, 2005, p. 7, apud. GARCÍA, 2010).

Pode-se notar, portanto, que o objetivo central do Japão era minar qualquer possível tentativa de resistência contra a anexação, centrando suas atenções ao encarceramento de todas as principais figuras nacionalistas coreanas, bem como a destruição de todas as organizações políticas, a proibição da publicação de jornais nacionalistas e restrição a liberdade de expressão (KANG, 2005, apud. GARCÍA, 2010).

⁴⁵ Texto original: Y, si bien los sectores comerciales y manufactureros en Corea comenzaron a desarrollarse rápidamente, no sería hasta la década de 1930 cuando llegaría el desarrollo económico conducido por el gobierno (aunque el modelo de lazos cercanos entre empresarios privados y capital, bancos estatales, y la planificación económica y estratégica del Gobierno general de Corea estaba conformado desde antes de finales de los años 1920) ((ROBINSON, 2007; CUMINGS, 2004; LEE KI-BAIK, 1984, apud. DUARTE, 2009, p. 3-4).

Entretanto, apesar dos esforços do Governo Militar em suprimir os movimentos nacionalistas, ainda assim muitos dos líderes separatistas e seus apoiadores continuaram suas atividades de maneira encoberta (HAN, 2010, apud. GARCÍA, 2010).

Um dos movimentos independentistas mais fortes que ocorreu nesse período foi o Movimento de 1 de Março, que aconteceu no ano de 1919. Trinta e três representantes coreanos se reuniram na capital coreana com o objetivo de proclamar a Declaração de Independência da Coreia, fazendo com que protestos em massa acontecessem por todo o país durante os dois meses seguintes (CUMMINGS, 2004, apud. GARCÍA, 2010).

A declaração foi seguida por marchas pacíficas e manifestações não violentas a favor da independência que ocorreram simultaneamente em várias cidades do norte da península e se espalharam rapidamente para o sul, atingindo todas as cidades e todos os vilarejos. O movimento durou até maio do mesmo ano e estima-se que no total ocorreram cerca de 1.500 marchas que contaram com a participação de mais de 2 milhões de pessoas, entre as quais intelectuais, estudantes, líderes religiosos, operários, empresários e camponeses, transformando o movimento em uma verdadeira manifestação nacional em grande escala (KANG, 2005, apud. GARCÍA, 2010, p. 33, tradução nossa)⁴⁶.

O movimento foi reprimido com violência pelo governo japonês. Estima-se que cerca de 45.000 pessoas foram presas, 15.000 foram feridas e ao menos 7.500 foram mortas (LEE, 1984, apud. GARCÍA, 2010), ao mesmo tempo em que os líderes foram condenados à prisão, assim como qualquer manifestação que fosse entendida como anti-japonesa foi perseguida e toda forma de publicação em jornais foi proibida (HECHTER, 2009, apud. GARCÍA, 2010).

Embora o movimento tenha fracassado no seu objetivo de proclamar a independência do país e de conseguir o reconhecimento de sua soberania por parte das grandes potências mundiais (KANG, 2005, apud. GARCÍA, 2010), ainda assim foi capaz de obter mudanças substanciais na maneira como o Japão estava conduzindo a colonização na Coreia, que reconheceu a necessidade de reorganizar sua política devido ao evidente fracasso da repressão por parte do Governo Militar (KU, 2002, apud. GARCÍA, 2010).

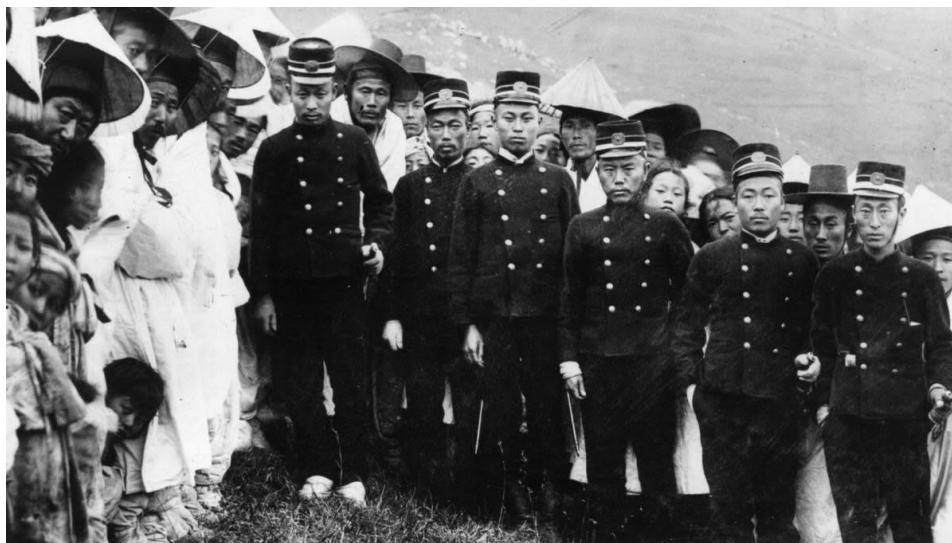
Sendo assim, o Japão optou por fazer uma drástica revisão da política aplicada na

⁴⁶ Texto original: A la declaración le siguieron marchas pacíficas y manifestaciones no violentas a favor de la independencia que tuvieron lugar de forma simultánea en varias ciudades del norte de la península y se extendieron rápidamente al sur, alcanzado cada pueblo y cada aldea. El movimiento duró hasta mayo de ese mismo año y se estima que en total hubo unas 1.500 marchas que contaron con la participación de más de 2 millones de personas, entre las que se encontraban intelectuales, estudiantes, líderes religiosos, trabajadores, empresarios y campesinos, haciendo del movimiento una auténtica manifestación nacional a gran escala (KANG, 2005, apud. GARCÍA, 2010, p. 33).

Península durante os dez primeiros anos da colonização, de maneira que, a partir de metade do ano de 1919, teve início o chamado Governo Cultural (Bunka seiji), que aplicou uma série de reformas administrativas com a pretensão de reduzir a discriminação entre os japoneses e coreanos, ao mesmo tempo em que oferecia certa liberdade de expressão, de imprensa e de associação (CUMMINGS, 2004; KANG, 2005, apud. GARCÍA, 2010). Esta mudança foi capaz de permitir que os movimentos nacionalistas voltassem a surgir dentro do território coreano (HWANG, 2000, apud. GARCÍA 2010).

Ainda assim, é importante notar que a liberdade de imprensa era limitada, de modo que os editores de jornais poderiam ser punidos e censurados caso o discurso presente em seus textos não fosse estritamente pró-japonês (ROBINSON, 1990, apud. GARCÍA, 2010). Além disso, com relação à liberdade de associação, o governo do Japão a utilizou como uma manobra para desenvolver organizações que fossem favoráveis ao governo, de maneira que qualquer associação de trabalhadores, campesina ou de caráter socialista foi severamente reprimida (ROBINSON, 2007, apud. GARCÍA, 2010).

Figura 1 – Soldados japoneses na Coreia, durante a Dominação Japonesa.



Fonte: BLAKEMORE (2018).

A última etapa da ocupação japonesa aconteceu a partir da década de 1930 e se estendeu até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e foi fortemente influenciada pela necessidade de suprir os preparativos para a guerra, levando novamente a um endurecimento das políticas de assimilação e ao fim das medidas aplicadas durante o período do Governo Cultural que haviam sido implementadas na década de 1920 (GARCÍA, 2010). Aqui insere-se o papel que as “mulheres de conforto” tinham para o exército imperial japonês.

Com relação à organização política, pode-se notar, portanto, que entre 1931 e 1945

houve mudanças significativas na forma como o Japão lidou com a Coreia, motivado pela escalada das tensões entre as grandes potências e, conseqüentemente, pela Segunda Guerra Mundial. Em novembro de 1930, o governo japonês, por meio do Governador Geral Ugaki Kazushige, emitiu a Ordem Imperial de número 234, que tinha o objetivo de revisar todo o sistema político coreano, provando alterações que aconteceriam entre 1931 e 1933. Foi um período de remilitarização da Península, no qual o país passou a preparar suas colônias para satisfazer suas necessidades relacionadas à guerra (YOLE, 2008, apud. DUARTE, 2009). A partir desse momento, teve início um regime autoritário que ficou caracterizado pela perseguição à imprensa, censurando qualquer publicação que fosse feita na língua nativa, assim como um fortalecimento das forças policiais e militares que voltaram a reprimir qualquer manifestação contrária ao governo (GARCÍA, 2010).

Foi a partir de 1937 que a Coreia se transformou em parte essencial do esforço de guerra japonês. Neste período, assumiu como Governador Geral o general Minami Jiro, que teve um governo muito mais repressivo e violento que Kazushige, fazendo com que a Coreia regressasse às mesmas condições de controle militar rígido no início da colonização. Ao fim de 1941, o Japão desenvolveu as Normas para a Preservação Providencial da Paz Coreana, que restringia fortemente a liberdade de imprensa e de expressão (YOLE, 2008, apud. DUARTE, 2009).

A colonização japonesa na Coreia foi, de um modo geral, extremamente violenta do ponto de vista social.

O Japão construiu fábricas no país para aproveitar a mão de obra barata e os recursos existentes. Forçou as pessoas a levarem uma vida de escravos, pagando-lhes um salário mesquinho por seu trabalho e reprimiu violentamente as manifestações de protesto contra a redução dos salários. A exploração também se intensificou no campesinato. Os japoneses percorreram os campos do território coreano, arrebatando seus jovens para levá-los para trabalhar em empresas japonesas (Asociación de Profesores de Historia, 2005, p. 122, apud. DUARTE, 2009, p. 13, tradução nossa)⁴⁷.

A partir da década de 1930, o Japão ampliou as medidas de assimilação cultural, legal e administrativa que vinham sendo aplicadas na Coreia desde o início da colonização. Neste momento, passou a obrigatório para os coreanos a participação nas cerimônias shintoístas,

⁴⁷ Texto original: Japón construyó fábricas en el país para aprovechar la mano de obra barata y los recursos existentes. Obligó a la gente a llevar una vida de esclavos pagándoles un mísero sueldo por su trabajo y reprimió violentamente las manifestaciones de protesta contra la reducción del salario. La explotación se intensificó también en el campesinado. Los japoneses recorrieron los campos del territorio coreano arrebatándoles a sus jóvenes para llevarlos a trabajar en las empresas niponas (Asociación de Profesores de Historia, 2005, p. 122, apud. DUARTE, 2009, p. 13).

religião oficial do Japão na época, a eliminação das diferenças existentes nas práticas legais e administrativas entre a Coreia e o Japão, e a utilização da língua japonesa em todos os âmbitos da vida em sociedade, principalmente nas escolas (ROBINSON, 2007, apud. DUARTE, 2009).

Este movimento de aceleração do processo de assimilação dos coreanos na vida cultural e política do Império Japonês teve início durante o governo de Ugaki Kazushige, que instruiu aos governadores das províncias na Península a pressionar todas as instâncias da sociedade a estabelecer um projeto de coeducação de japoneses e coreanos, assim como a abolir o sistema dualista de educação que existia na colônia (YOLE, 2008; LEE, 1984, apud. DUARTE, 2009).

O governo de Minami Jiro deu continuidade a este processo, com o objetivo de eliminar todas as diferenças possíveis entre os cidadãos japoneses e a população colonial. Para alcançar este objetivo, seria necessário, portanto, que os coreanos fossem completamente desconectados de sua identidade, tendo sido transformados em japoneses tanto em nome quanto em sentimento, aderindo ao espírito nacional japonês. Foi pensando nisso que Jiro reintroduziu o forte espírito militar na administração da Península e estabeleceu medidas que controlavam a liberdade de expressão a partir de 1936 (REW, 2007, apud. DUARTE, 2009).

A assimilação cultural buscava, portanto, construir uma narrativa que refletisse um suposto parentesco racial entre os povos do Japão e da Coreia, justificando a necessidade de união cultural entre os dois (ROBINSON, 2007, apud. GARCÍA, 2010). A origem dessa ideia pode ser vista nos anos anteriores à assinatura do Tratado de Ganghwa, primeiro tratado desigual assinado pela Coreia com o Japão, quando a elite japonesa defendia a ideia do asianismo, buscando justificar sua expansão territorial no continente, uma vez que ao argumentarem que os japoneses e coreanos (e outros povos asiáticos também, como os chineses por exemplo) tinham a mesma origem racial, justificavam também a necessidade de que todos estivessem sob a mesma nação, que seria regida pelo Japão. Esse projeto era parte essencial do plano japonês de fazer com que toda a Ásia Oriental ficasse sob comando do Império Japonês (ECKERT, 1990; REW, 2007, apud. DUARTE, 2009; GARCÍA, 2010).

A Teoria dos Ancestrais Comuns, entretanto, não explicava as diferenças contemporâneas entre o arquipélago e a península. No entanto, oferecia a possibilidade de justificar a colonização japonesa na Coreia: a separação de coreanos e japoneses era contra a natureza e a anexação da península era simplesmente a reunião de dois povos que haviam sido separados artificialmente há muito tempo. Com a ajuda do Japão, o povo coreano poderia superar séculos de mau governo, superar seu nível inferior de civilização e se tornar legítimo cidadão do Império Japonês (SHIN, 2006, apud.

O período da Segunda Guerra Mundial, no qual o Japão se envolveu em um conflito com a China, fez com que as políticas de assimilação se tornassem mais violentas. A partir desse momento, passou a ser obrigatório que os coreanos se alistassem para o exército japonês, ao mesmo tempo em que muitos cidadãos da Coreia foram enviados para campos de trabalho forçado como mão de obra barata, com o objetivo de suprir as necessidades do país na guerra.

Estima-se que até o final de 1945, quase toda a população coreana tenha sido mobilizada para os esforços de guerra (ROBINSON, 2007; LEE, KENNETH, 1997, apud. DUARTE, 2009). Dessa forma, o número de trabalhadores coreanos nas fábricas japonesas aumentou drasticamente ao passo em que as indústrias de guerra passaram a aumentar suas produções. Trabalhadores jovens e mulheres foram os mais visados neste processo, uma vez que eram mão de obra mais barata e isto permitiria que as fábricas economizassem nos salários. Assim, em 1943, cerca de 8% do corpo laboral das minas eram compostos por mulheres, assim como elas constituíam ao menos 30% dos trabalhadores nas fábricas. Ainda, 48% de todos os empregados eram jovens abaixo dos dezenove anos. Os salários eram muito baixos e a jornada de trabalho passava de dez horas por dia, podendo chegar até a doze horas por dia. Percebe-se que os grandes monopólios japoneses se aproveitaram dos trabalhadores coreanos como uma forma de obter o máximo lucro possível e colocar sobre eles todos os esforços para a guerra que o Japão estava envolvido (CHOI, 1995; LEE, 1984, apud. DUARTE, 2009).

Foi neste período, portanto, em que as mulheres coreanas passaram a ser enviadas para os bordéis militares de maneira forçada.

Depois disso, o governo japonês obrigou os coreanos a produzir materiais de guerra e construir instalações de combate. Por fim, chegou-se ao ponto de impor aos jovens o alistamento do exército japonês, voluntária ou obrigatoriamente, para que dessem suas vidas pelo império japonês. As mulheres não eram exceção. Muitas delas não foram apenas forçadas a trabalhar em fábricas [sic] ou outros locais de trabalho, mas também foram forçadas a denegrir-se como escravas sexuais de soldados japoneses (Asociación de Profesores de Historia, 2005, p. 122, apud. DUARTE, 2009, p. 15, tradução nossa)⁴⁹.

⁴⁸ Texto original: La Teoría del ancestro común, empero, no explicaba las diferencias contemporáneas entre el archipiélago y la península. Sin embargo, ofrecía la posibilidad de justificar la colonización japonesa de Corea: la separación de coreanos y japoneses iba contra natura y la anexión de la península era simplemente el reencuentro de dos pueblos que habían sido separados de forma artificial tiempo atrás. Con la ayuda de Japón, el pueblo coreano podía sobreponerse a siglos de mal gobierno, superar su nivel inferior de civilización y convertirse en ciudadanos legítimos del Imperio Japonés (SHIN, 2006, apud. GARCÍA, 2010, p. 45).

⁴⁹ Texto original: A partir de entonces, el gobierno nipón obligó a los coreanos a producir los materiales de guerra y a construir las instalaciones para el combate. Finalmente se llegó al punto de imponerle a los jóvenes el

Dessa maneira, pode-se perceber que o período da colonização japonesa na Coreia deixou profundas marcas para a sociedade coreana, sendo um momento de muita violência empreendida pelo governo japonês. O maior exemplo da exploração vivida pelo povo coreano pode ser visto através das chamadas “mulheres de conforto”, nome popular dado às mulheres coreanas que foram abusadas sexualmente pelo exército japonês, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial.

3.4 O histórico do Japão com relação à exploração sexual

Para que se possa compreender a prática de violência sexual empreendida pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial, é importante observar que a exploração de mulheres não era um fator desconhecido do governo japonês. Pelo contrário, o Japão tinha um histórico longo com relação à exploração sexual, prostituição e tráfico de mulheres, que culminaram no desenvolvimento do sistema de conforto.

Sendo assim, é essencial salientar que, embora o Japão tenha adotado medidas baseadas nas sociedades não asiáticas durante a Restauração Meiji, como visto anteriormente, suas práticas com relação às mulheres, fortemente influenciadas pelo confucionismo, permaneceram intactas (MIN, 2003), fator crucial para se compreender o sistema de escravidão sexual empreendido pelo país no caso das “mulheres de conforto”.

Durante o período Edo (1603-1867)⁵⁰, os ideais de patriarcalismo e primogenitura defendidos pela vertente confuciana foram fortemente instaurados na sociedade japonesa, dando ao homem da família uma autoridade inquestionável sobre sua esposa e filhos (MIN, 2003), constituindo a base cultural para o estabelecimento do chamado Código Civil, promulgado em 1898 pelo governo Meiji. O Código Civil ficou vigente no Japão até o ano de 1945 e instituiu legalmente a subordinação das mulheres com relação aos homens, além de ter restringido os direitos das mulheres com relação ao casamento, herança, divórcio, custódia de seus filhos e voto (KUMAGAI, 1996, apud. MIN, 2003; DAUER, 2006).

Os líderes Meiji do século 19 estavam bem cientes do impacto do confucionismo e, como resultado, introduziram o Código Civil Meiji de 1898, fortemente influenciado pelo confucianismo, com a intenção de aumentar o poder de produção e a população do Japão, a

alistamiento al ejército japonés, ya sea voluntaria u obligatoriamente, para que dieran su vida por el imperio nipón. Las mujeres no fueron una excepción. Muchas de ellas no sólo fueron forzadas a trabajar en las fábricas [sic] o en otros lugares de trabajo sino que también se les obligó a denigrarse como esclavas sexuales de los soldados japoneses (Asociación de Profesores de Historia, 2005, p. 122, apud. DUARTE, 2009, p. 15).

⁵⁰ O período Edo compreende o momento no qual o Xogunato foi instaurado no Japão.

fim de cumprir o objetivo imediato da nação de "fukoku kyohei "(富国強兵) ou (construa um país rico, construa um exército forte) (DAUER, 2006, p. 88, tradução nossa)⁵¹.

O governo Meiji aplicou o Código Civil, contendo diversas restrições à atuação das mulheres na sociedade, com o objetivo de utilizá-lo como apoio para o sistema político vigente. Como consequência, dessa forma, o fortalecimento dos ideais confucionistas provocado pelo Código fez com que a subjugação feminina com relação aos homens fosse concretizada, não apenas pelas leis, mas também pelos olhos da sociedade (DAUER, 2006).

Além disso, o Japão tinha um longo histórico de ligado à prostituição, que teve início ainda durante o período feudal e se estendeu até o ano de 1956 (SEIGLE, 1993, apud. MIN, 2003). O que se percebe é que, conforme o Japão se modernizava e se industrializava, o tráfico de mulheres para prostituição, tanto pública quanto privada, aumentou, chegando ao seu ápice durante o século XX (MIN, 2003).

A exploração japonesa com relação à prostituição no período era sistemática, muitas vezes sendo considerada por estudiosos como uma forma de escravidão. No ano de 718 d.C., foi instituída a lei que legalizava a escravização de mulheres baseando-se nos princípios feudais japoneses de mestre e servo. No início do período Edo, houve uma mudança neste sistema e a prostituição passou a ser administrada pelo próprio poder público do Japão (IGA, 1968; LIE, 1997). As prostitutas durante este período ficavam confinadas em regiões definidas pelo governo, onde era permitida a prática da prostituição, ao mesmo tempo em que o Estado também permitia que gangues locais organizassem seu próprio sistema de prostituição, de modo que era possível encontrar bordéis públicos e privados por todo o território (LIE, 1997).

Depois do colapso do regime Tokugawa gerado pela Restauração, o governo Meiji aderiu às mesmas políticas que o país adotava no período posterior. Como uma forma de livrar-se das críticas vindas das nações não asiáticas acerca da utilização que o Japão fazia da prostituição, por considerarem que se tratava de uma forma de escravidão feminina, o país tentou definir leis que restringiam a prática de prostituição (LIE, 1997). No ano de 1872, o Japão chegou a instituir a “lei de libertação das prostitutas”, que permitia que as mulheres que trabalhavam em bordéis pudessem deixar os locais sem pagar por sua liberdade. No entanto, a

⁵¹ Texto original: The Meiji leaders of the 19th century were well aware of the impact of Confucianism and as a result introduced the Confucian-like Meiji Civil Code of 1898 with the intention of increasing Japan's production power and population in order to meet the nations immediate goal of "fukoku kyohei" (富国強兵) or (build a rich country, build a strong army) (DAUER, 2006, p. 88).

lei não tinha o objetivo de colocar fim aos bordéis, e sim mascará-los, uma vez que não havia restrição alguma com relação a criação de casas de prostituição (BURNS, 1998). Na década de 1920, um movimento antiprostituição emergiu no Japão, que culminaria, posteriormente, na proibição oficial de sua prática no ano de 1956 (LIE, 1997).

A chamada “indústria do sexo” constituía fator importante para o país. O Japão, durante a Era Meiji, era conhecido por sua exportação de prostitutas, que eram conhecidas como kuruyukisun (traduzido como prostitutas japonesas que foram ao exterior), de modo que diversos empreendedores sexuais costumavam recrutar jovens mulheres rurais com o objetivo de enviá-las ao exterior como prostitutas (YOSHIMI, 1984, apud. LIE, 1997).

A exportação das kuruyukisun constituía uma das maiores parcelas de exportação do Japão, sendo comum o registro de donos de prostíbulos japoneses que ganharam divisas estrangeiras importantes no período da industrialização do país e enriqueceram (YAMAZAKI, 1972, apud. LIE, 1997). No começo do século XX, portanto, havia ao menos cinquenta mil prostitutas licenciadas, que operavam em mais de 550 áreas licenciadas pelo governo japonês, oitenta mil gueixas, que eram as profissionais do sexo mais tradicionais, e cinquenta mil garçonetes que serviam também como prostitutas. Havia, ainda, muitas prostitutas não registradas (GARON, 1993, apud. LIE, 1997).

É, ainda, essencial notar que, durante o período Meiji, as famílias eram subordinadas ao Imperador, de modo que a única importância que as mulheres japonesas possuíam na sociedade da época era sua capacidade de produzir futuros soldados para lutar pelo país em nome do Imperador (CHUNG, 1997, apud. MIN, 2003). A subordinação de todos os cidadãos à figura suprema imperial era um fator particular do sistema patriarcal japonês e foi essencial para o empreendimento do sistema de conforto, uma vez que havia o entendimento de que as mulheres poderiam ser utilizadas para servir os interesses do país e do Imperador (MIN, 2003).

O histórico do Japão com relação à prostituição e exploração sexual, aliado à forte ligação que os japoneses possuíam com o Imperador, forneceram o cenário ideal para o surgimento do sistema de conforto, que foi colocado em prática pelo Japão a partir de 1937.

3.5 Conclusão do capítulo

O sistema de conforto criado pelo Império Japonês durante a Segunda Guerra Mundial foi um sistema de escravidão sexual que possuía fortes influências vindas da cultura patriarcal modelada pelos ideais confucionistas que estruturaram, e em certa medida estruturam até os dias atuais, as sociedades asiáticas, em especial a chinesa, japonesa e coreana.

De acordo com esta vertente filosófica, as mulheres possuíam um papel de subserviência com relação aos homens com quem se relacionavam, sejam eles seus pais, maridos ou filhos, de modo que são criadas para servir aos seus interesses e cuidar da casa e da família. Ao mesmo tempo, a virgindade feminina nessas sociedades é altamente valorizada, ao passo em que mulheres que não são virgens, seja por qual motivo que for, são julgadas e vistas como mulheres sem valor.

Em adição, é importante salientar que, no período em que o Japão estava na Segunda Guerra Mundial, o país também colonizava a Península Coreana, momento histórico que ficou conhecido como Dominação Japonesa e foi um período de muita exploração por parte do governo japonês.

A tradição patriarcal advinda dos ideais confucionistas, em conjunto com a ideia de que todo os súditos do Império deveriam e poderiam ser utilizados nos esforços de guerra para que o Japão pudesse ganhar, propiciou um ambiente ideal para que as mulheres coreanas fossem exploradas sexualmente sem nenhum empecilho moral, como uma estratégia de guerra empreendida pelo próprio governo japonês.

O caso das “mulheres de conforto” constitui um dos muitos exemplos nos quais a violência sexual foi utilizada por líderes militares como uma estratégia para se obter vantagens em um conflito, nos termos que foram propostos por Wood, como será visto no próximo capítulo.

4. CAPÍTULO 3 – As “mulheres de conforto” como estratégia militar

4.1 Introdução do capítulo

Como foi visto, o caso das “mulheres de conforto” é parte do período da Dominação Japonesa, constituindo-se em um dos maiores exemplos do quão violenta e exploratória a colonização japonesa na Coreia foi. Além disso, é possível afirmar que o Exército Imperial Japonês fez, claramente, uso da violência sexual como uma estratégia de guerra, com o objetivo de alcançar vantagens táticas sobre seus oponentes, através do entendimento de que o grande sistema de escravidão sexual empreendido pelo governo seria favorável aos inúmeros interesses do Japão na Segunda Guerra Mundial.

Para que se possa afirmar a utilização da violência sexual como estratégia militar por parte do exército, será retomada brevemente o conceito proposto por Elizabeth Jean Wood de violência sexual estratégica, definida, entre outras formas, como a violência sexual que é praticada porque o grupo armado em questão entende que esta prática trará benefícios ao grupo e aos seus interesses militares.

A partir disso, será trabalhada a história por trás do desenvolvimento do sistema de conforto, visando demonstrar os motivos que levaram o Japão a estruturá-lo. Será apresentada a maneira como essas mulheres foram escolhidas e recrutadas, qual motivo levou o governo a priorizar mulheres coreanas e como era a situação das vítimas nos bordéis militares, com o objetivo de demonstrar que essas mulheres eram, de fato, escravas sexuais do exército.

Além disso, também serão discutidas as consequências que a escravidão sexual teve na vida das vítimas sobreviventes, evidenciando o sofrimento ao qual o Japão as submeteu, bem como todo o movimento de reparação empreendido pelos movimentos feministas sul-coreanos a partir da década de 1990, que exige do Japão o reconhecimento do crime de guerra cometido, bem como um pedido formal de desculpas.

4.2 O conceito de violência sexual estratégica por Wood

Para que seja possível compreender de que maneira o Japão se utilizou da violência sexual como uma estratégia de guerra, é importante retomar o conceito apresentado por Elisabeth Wood de violência sexual estratégica.

Como apresentado no primeiro capítulo, as primeiras pesquisas feministas que trabalhavam com o tema da violência sexual em períodos de guerra foram fortemente influenciadas pela Guerra da Bósnia e pelo genocídio de Ruanda, dois casos emblemáticos nos quais a violência sexual foi utilizada sistematicamente pelos grupos armados como uma forma

de limpeza étnica, exemplos claros de como a violência sexual pode ser utilizada por grupos armados como uma estratégia militar.

Por este motivo, as teorias clássicas do feminismo das Relações Internacionais, especialmente aquelas empreendidas durante os anos 1990 e início dos anos 2000, tiveram a tendência de considerar que a violência sexual é um fator inerente ao período belicoso, ou seja, de acordo com estas teorias, a violência sexual ocorreria inevitavelmente durante conflitos armados, ignorando a questão da variabilidade da ocorrência desta e outras formas de violências que pode ser observada quando se analisa inúmeros conflitos que ocorreram antes e depois da Guerra da Bósnia e do genocídio em Ruanda.

Como foi visto, recentemente há pesquisadoras que passaram a observar a questão da variação da violência sexual em conflitos armados, em uma tentativa de desmistificar a noção de que esta forma de violência ocorre de maneira inevitável em períodos de guerra. Uma vez que as teorias feministas contemporâneas têm tentado demonstrar que a violência sexual não ocorre de modo aleatório, essas autoras buscam, portanto, fornecer possíveis explicações para os motivos que levam a violência sexual a ocorrer ou não durante um conflito. Elisabeth Jean Wood se insere neste contexto.

Elisabeth Jean Wood, autora escolhida para a realização da presente pesquisa, é uma cientista política estadunidense, com estudos importantes sobre o surgimento de insurgências políticas e processos de democratização, assim como na área de gênero, especialmente acerca de violência sexual em conflitos armados.

A autora, portanto, empreendeu uma extensa análise com relação à variação da violência sexual em conflitos armados, levando em conta, especialmente, conflitos no continente africano e na América Latina. Wood argumenta que, ao contrário do que acreditavam as teorias feministas clássicas das Relações Internacionais, a violência sexual não é inevitável nem onipresente aos conflitos armados. De acordo com ela, a variação da ocorrência desta forma de violência fica evidente quando se observa a maneira como a violência sexual é, ou não, utilizada pelos grupos armados em diversos conflitos, sendo interessante notar que existem casos nos quais ela está ausente – aqui entendida como uma violência que ocorre de maneira esporádica.

Isto acontece porque os grupos armados possuem instituições e métodos de doutrinação que são fortes o suficiente para fazer com que os combatentes acatem as ordens que lhes são dadas sem maiores questionamentos, de modo que, caso seja do interesse do grupo, é possível que a violência sexual seja efetivamente proibida e sua prática punida. Por este motivo, de acordo com Wood, é necessário observar quais os motivos que levam um determinado grupo a

utilizar desta forma de violência.

Dito isto, percebe-se que Wood apresenta, a partir de suas observações acerca do tema, três formas através das quais a violência sexual pode aparecer em um conflito armado: a violência sexual oportunista, que é entendida como uma violência perpetrada por fatores pessoais e não organizacionais, ocorrendo de maneira esporádica; a violência sexual como prática, que pode ser definida como uma forma de violência que ocorre de maneira massiva, sem que seja ordenada pelos líderes militares e sem que o grupo armado receba algum benefício através de sua prática. Esta prática se origina de maneira espontânea, dentro das unidades de campo em combate como uma inovação ou imitação das unidades de outros grupos, se propagando aos poucos para outros grupos (WOOD, 2012a; WOOD, 2012b).

A terceira forma de violência apresentada pela autora é a violência sexual estratégica, conceito utilizado para a realização da presente pesquisa.

Compreende-se que a violência sexual como estratégia é uma forma de violência que é efetivamente ordenada pelos líderes militares, por observarem que podem obter determinados benefícios. A autora define que a violência sexual pode aparecer como tortura sexual a prisioneiros políticos, como violação pública dos membros de grupos rivais com o objetivo de limpeza étnica, como castigo coletivo, como escravidão sexual, ou como compensação aos soldados pelos esforços prestados ao exército (WOOD, 2012b; WOOD, 2016).

Para que a violência sexual ocorra como uma estratégia, portanto, os comandantes do exército devem notar que os benefícios que esta forma de violência traz ao grupo são maiores do que os possíveis custos que ela pode, eventualmente, trazer, tais como a falta de cooperação por parte dos civis, a violação de normas locais e internacionais e a imagem negativa do exército nas mídias. Neste caso, é possível observar que os combatentes não são punidos pela prática de violência sexual, existindo registros, ainda, de casos em que o castigo foi aplicado contra aqueles que se recusavam a praticá-la (WOOD, 2012a; WOOD, 2016).

De acordo com Wood, quando se observa que uma organização institucionalizou a escravidão sexual de maneira sistemática, ocorre uma adoção intencional da violência sexual em prol de objetivos organizacionais, de modo que esta forma de violência sexual é utilizada como uma estratégia militar (WOOD, 2016) que, como acreditam as lideranças militares, pode trazer inúmeros benefícios para o grupo, se tornando, assim, parte importante do funcionamento do exército na guerra.

Como pode-se perceber, a escravidão sexual se apresenta como uma das maneiras através das quais a violência sexual pode ser utilizada como uma estratégia, qualificando, desta

forma, como será melhor trabalhado posteriormente, o caso das “mulheres de conforto” como um exemplo no qual se pode notar a utilização da violência sexual como uma estratégia.

Um ponto importante que deve ser observado sobre a teoria de Wood é que, de acordo com ela, a violência sexual estratégica está ligada diretamente às escolhas e ordens que as lideranças do exército empreendem durante o conflito, ou seja, os soldados agem de modo a fazerem aquilo que os é ordenado, seja sob pena de punição, ou porque consideram que determinadas ordens são necessárias para o funcionamento do grupo.

Embora a autora não tenha a intenção de propor questões legais relacionadas à prática da violência sexual como uma estratégia, é evidente que, ao relacionar esta forma de violência com ordens dadas pelos líderes militares, torna-se possível afirmar que, caso a violência sexual seja, comprovadamente, utilizada como uma estratégia, há, portanto, provas para fazer com que os envolvidos neste crime sejam devidamente responsabilizados, seja por punições, por indenizações ou por retratações públicas.

É importante ter em mente estes pontos da teoria de Wood para que seja possível observar de maneira mais completa o caso das “mulheres de conforto”, que será apresentado neste capítulo, bem como para que se possa compreender como este caso pode ser entendido como um exemplo no qual a violência sexual foi utilizada de forma estratégica pelo grupo armado.

4.3 O sistema de conforto

O termo “mulher de conforto” é originário da palavra japonesa *ianfu*, que, por sua vez, deriva das palavras chinesas 慰安 (*i:an*), traduzida como conforto ou consolo, e 婦 (*fu*), traduzida como mulher ou esposa, evidenciando que, de acordo com o próprio exército japonês, a função dessas mulheres seria a de fornecer “conforto” às forças imperiais japonesas (ORREILL, 2007). Importante notar que há uma origem sexista no termo, uma vez que as mulheres são tratadas como as responsáveis por servir aos interesses sexuais dos homens como objetos.

Os ideais confucionistas, que influenciaram a formação das sociedades que deram origem à China, ao Japão e à Coreia durante séculos, defendiam a subserviência feminina com relação ao homem, tanto ao pai, quanto ao marido e ao filho, ou seja, o papel da mulher asiática no período da Segunda Guerra Mundial era o de servir seus homens sem questionamentos. A subordinação dos japoneses ao Imperador também influenciou fortemente no desenvolvimento da escravidão sexual empreendida pelo Japão, uma vez que as mulheres passaram a ser

utilizadas para servir aos interesses nacionais japoneses.

Sendo assim, percebe-se que existia um forte sentimento de superioridade masculina, reforçado pela estrutura patriarcal, tanto da sociedade japonesa quanto coreana, que transformava as mulheres em meros objetos sexuais que deveriam estar à disposição dos homens para satisfazer suas “demandas”, inclusive do ponto de vista sexual. O histórico de exploração sexual feminina praticado pelo Japão já demonstrava o modo como as mulheres eram vistas como servas, de maneira que o sistema de conforto tratou-se de uma expansão de uma prática já muito utilizada pelo governo e pelo Exército Imperial Japonês.

As “mulheres de conforto”, por serem em sua maioria de origem coreana, representam para a Coreia a degradação de seu povo, assim como a violação da soberania nacional e integridade do país (MOON, 1999, apud. ORREILL, 2007), fazendo com que as vítimas viessem a se tornar um forte símbolo da luta pelo nacionalismo coreano e pela reparação histórica que viria a ser pauta importante nas relações diplomáticas entre o Japão e a Coreia do Sul nas décadas seguintes ao fim do período colonial (ORREILL, 2007). O Japão, por sua vez, buscou excluir todas as menções às “ianfu” dos livros de história japoneses, por considerá-las parte de um passado conflituoso que deveriam esquecer (SOH, 1996, apud. ORREILL, 2007).

A história das “mulheres de conforto” tem início entre os anos de 1932 e 1945, quando o Japão esteve envolvido em uma guerra com diversos países asiáticos, conflito conhecido como Guerra do Pacífico ou Guerra da Ásia (MIN, 2003; WATANABE, 2011). Conforme se expandia pela Ásia, nos territórios em que ocupavam, os japoneses instituíram as chamadas “estações de conforto”, bordéis militares que tinham a finalidade de “satisfazer as necessidades sexuais” de seus soldados, elevando sua moral (SIKKA, 2009; OKAMOTO, 2013), em um empreendimento de clara dominação masculina, ao enxergarem as mulheres como objetos capazes de fornecer “conforto” aos militares e também como um instrumento capaz de impedir que os soldados praticassem violência sexual contra mulheres locais nas regiões dominadas (CHUNG, 1997; YOSHIMI, 1993, apud. MIN, 2003). É essencial notar, portanto, que a escravidão sexual empreendida pelo exército imperial japonês constituía parte importante da política de guerra e da estratégia militar do país durante a guerra (SORRENTI, 2015).

A escravidão sexual vivida por essas jovens foi licenciada e regulada pelo governo japonês, através da ordem imperial número 51952, que sancionou a criação do sistema de “mulheres de conforto” (LADINO, 2009), de modo que o fornecimento de “mulheres de conforto” para as forças armadas do país pode ser visto como “[...] um exemplo de controle estatal sobre o comportamento sexual dos soldados” (SOH, 1996, p. 1.228). Já no início da

década de 1940, existiam bordéis estabelecidos na Indonésia, Tailândia, Filipinas, Japão, Coreia e Taiwan (MIN, 2003).

O sistema de conforto foi legalizado pela autoridade do imperador japonês. Como imperador e comandante-em-chefe supremo do exército japonês, marinha e força aérea, o imperador Hirohito detinha a base legal para o poder absoluto sobre a soberania do Japão. Foi na qualidade de seu Escritório Real que o Imperador exerceu esses poderes quando promulgou a Portaria Imperial nº 51952. Esta portaria estabeleceu a base legal para o recrutamento de Mulheres de Conforto e detalhou como as mulheres seriam recrutadas e como seriam "empregadas." O artigo 6 afirmava que "governadores, prefeitos e presidentes de escolas poderiam ordenar o recrutamento de mulheres de conforto sempre que necessário", alistando assim a população civil e os formuladores de políticas públicas para a criação de bordéis (LAI, 2002, p. 34, tradução nossa)⁵².

O sistema de estações de conforto surgiu a partir do momento em que o Japão passou a ser criticado e mal visto devido aos inúmeros casos de estupros praticados pelos soldados japoneses nas regiões que eram ocupadas pelo exército. Além disso, existia a necessidade de se prevenir a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, muitas vezes adquiridas por eles ao frequentarem bordéis locais nos países em que dominavam (YAMASHITA, 2009).

Mulheres de diversos locais foram levadas a esses bordéis. Os números exatos são desconhecidos devido ao fato de o Japão ter destruído boa parte dos documentos deste período, mas é estimado que a quantidade de mulheres mobilizadas para estas localidades varia entre 80 mil e 200 mil, mas algumas organizações feministas estimam que este número pode ter chegado ao dobro (MIN, 2003; OKAMOTO, 2013; ÁLVAREZ, 2015), sendo que 80% delas eram mulheres jovens coreanas de classe baixa (SOH, 1996; ÁLVAREZ, 2015). Os outros 20% eram compostos por moças japonesas, filipinas, taiwanesas, tailandesas, algumas das Holanda, entre outras (MIN, 2003; OKAMOTO, 2013). Não há informações concretas sobre qual a porcentagem de mulheres que foram efetivamente forçadas a praticarem a prostituição, embora se saiba que foi a grande maioria delas (ÁLVAREZ, 2015).

⁵² Texto original: The Comfort Women system was legalized through the authority of the Japanese Emperor. As the Emperor and as the supreme commander in-chief of the Japanese army, navy, and airforce, Emperor Hirohito held the legal basis for absolute power over the sovereignty of Japan. It was in the capacity of his Royal Office that the Emperor exercised these powers when he enacted Imperial Ordinance No. 51952. This ordinance established the legal foundation for the recruitment of Comfort Women and detailed how the women would be recruited and how they would be "employed." Article 6 declared that "governors, mayors and school presidents could order recruitment of comfort women whenever needed," thus enlisting the civilian population and public policy-makers in the creation of brothels (LAI, 2002, p. 34).

É importante notar que, embora o sistema de conforto tenha sido instituído apenas durante o período em que o país esteve em guerra, o Japão já possuía um forte histórico relacionado à exploração sexual institucionalizada. Mesmo antes de entrarem em conflito com a China, o governo japonês possuía inúmeros bordéis espalhados por todo o território ocupado, de modo que, durante a guerra, a quantidade dos mesmos veio a aumentar significativamente (ÁLVAREZ, 2015).

A exploração de mulheres coreanas começou especificamente no ano de 1931, quando o exército imperial japonês invadiu a Manchúria e marchou pelo território chinês até a capital Nanquim, capturando a cidade, e seus soldados estupraram e assassinaram de 20 mil a 80 mil mulheres chinesas na região, incluindo grávidas, crianças e idosas (LAI, 2002; LADINO, 2009). A justificativa dada pelos líderes do exército foi que o “Massacre de Nanquim”, como o episódio ficou conhecido, era resultado da frustração sexual dos soldados japoneses (LADINO, 2009).

As ações dos soldados japoneses terminaram por atrair grande desaprovação internacional, fazendo com que os líderes militares, em conjunto com o governo japonês, buscassem alternativas para impedir que situações similares voltassem a ocorrer e evitar que a reputação do exército japonês ficasse manchada, motivo pelo qual o estupro de mulheres locais passou a ser proibido depois do episódio na capital chinesa (UENO, 2006; SIKKA, 2009). Dessa forma, surgiu a ideia de se construir bordéis militares nas regiões que o país dominava com o objetivo de “facilitar” o acesso dos soldados a “saídas sexuais”, tornando-os menos propensos a estuprar as mulheres locais (LAI, 2002). Essa foi uma das principais motivações que levaram o governo do Japão a criar o que ficaria conhecido como sistema de conforto.

Portanto, pode-se notar que o Japão possuía motivações e objetivos claros ao desenvolver o sistema de conforto.

Entende-se que o fato de o país ter empreendido um grande esquema de escravidão sexual com o objetivo de obter benefícios que poderiam auxiliar o desempenho dos soldados na guerra é um forte indício de que o Japão utilizou a violência sexual como uma estratégia de guerra, constituindo parte importante do empreendimento militar japonês à época.

Sendo assim, a justificativa fornecida pelo governo nipônico para a instituição do sistema de conforto pode ser vista através de quatro motivações distintas. A primeira delas, como dito acima, foi a necessidade de evitar que os soldados estupassem mulheres nas áreas ocupadas com o objetivo de manter a reputação internacional do Exército Japonês. Além disso, os estupros generalizados haviam feito com que as populações locais perdessem a confiança

nos militares japoneses, reduzindo sua colaboração com as autoridades, uma vez que um dos argumentos dados pelo Japão para seu expansionismo havia sido a importância de proteger a região contra a colonização não asiática (LAI, 2002).

Trata-se de uma tentativa clara de controlar a atividade sexual dos soldados, uma vez que o estupro de civis nos locais dominados era proibido sob pena de punição. Fica evidente que as “mulheres de conforto” funcionavam como uma forma dos líderes militares permitirem que os soldados japoneses pudessem “aliviar” suas necessidades sexuais sem que fosse necessário fazer uso da força para isto. A prática da violência sexual não foi proibida de um modo geral, uma vez que também havia a preocupação de que os soldados pudessem ter sua atuação reduzida durante os combates, devido aos poucos momentos de lazer que lhes eram permitidos.

Por este motivo, construir um sistema no qual seria possível que os combatentes pudessem manter sua atividade sexual em um ambiente relativamente controlado foi a decisão tomada pelos líderes militares, visando aumentar o desempenho do exército no conflito.

É interessante ainda notar que o problema para o governo japonês não eram os estupros em si, não havia qualquer preocupação ou remorso com relação à exploração sexual de milhares de mulheres que estava sendo implementada com a instituição do sistema de conforto. A grande questão que preocupava as lideranças político-militares do país era a imagem do Exército Imperial Japonês, que ficaria prejudicada caso os soldados agissem de maneira semelhante a que havia ocorrido durante o Massacre de Nanquim.

Sendo assim, as lideranças militares japonesas proibiram a prática de estupro em todo o território dominado, ao mesmo tempo em que a escravidão sexual desenvolvida pelo governo se expandia por todas as regiões que o país estava presente, evidenciando a pouca importância dada para a prática da violência sexual em si.

A segunda motivação que levou ao surgimento deste sistema foi a necessidade de prevenir que mulheres locais, com as quais os soldados pudessem possuir algum relacionamento, fossem utilizadas por inimigos para conseguir informações acerca do exército, ou seja, havia a preocupação de que mulheres viessem a agir como espiãs oferecendo serviços sexuais, por isso a organização de bordéis com mulheres consideradas confiáveis seria necessária (LAI, 2002).

Percebe-se que o sistema de conforto também tinha a função de controlar as pessoas com quem os combatentes tinham contato em seu tempo livre. As “mulheres de conforto” eram, em geral, mulheres que não pertenciam ao local no qual ficavam confinadas, em muitos casos

elas nem ao menos sabiam falar japonês, e os soldados tinham um tempo limitado para ficar com elas. Tratava-se de uma tentativa de controlar possíveis conversas ou relacionamentos entre os soldados japoneses e as mulheres que estavam nos bordéis.

Fica claro aqui o esforço empreendido pelo Japão para que os combatentes, ao mesmo tempo que pudessem ter atividades sexuais para que não tivessem o “ímpeto” de estuprar as mulheres locais, também não tivessem contato direto, nem com as nativas, nem com as próprias “mulheres de conforto”. Tendo em vista que a maioria delas não eram japonesas e não falavam japonês, era impossível para os soldados manterem conversas com elas. Este era o mecanismo utilizado pelo exército para impedir que os soldados pudessem, eventualmente, soltar alguma informação sobre as estratégias militares utilizadas na guerra que pudesse prejudicar o planejamento militar.

Ainda, pode-se perceber que as estações de conforto funcionavam como uma forma de “aliviar” o estresse que os soldados sentiam devido à incerteza sobre a duração da guerra (YAMASHITA, 2009), já que, conforme a guerra se estendia, os militares passaram a perder seu espírito de luta, trazendo graves consequências para seu estado mental, o que, por sua vez, dificultava a manutenção dos territórios ocupados. Os líderes militares viram nas “mulheres de conforto” a resposta para reduzir este problema (HOWARD, 1995, apud. SIKKA, 2009). Este fato ia ao encontro, também, com a crença japonesa de que a prática sexual era tão necessária quanto as próprias munições e a alimentação, devido à uma superstição extremamente difundida entre o exército de que, caso os soldados tivessem feito sexo antes da batalha, as chances de lesões seriam menores (LEE, 2014).

O que se nota, portanto, é que as “mulheres de conforto” funcionavam, de fato, como uma espécie de “conforto” ao exército. O próprio nome dado a elas pelos militares japoneses já indicava o papel que elas possuíam para o grupo. Fica clara aqui a importância que o sistema de conforto tinha para o exército, uma vez que não se tratava apenas de controlar as atividades sexuais dos soldados e as interações que eles tinham com pessoas de fora do grupo, mas também existia uma função estratégica no sentido de elevar a moral do exército no conflito. Tratava-se de uma forma de tentar potencializar o desempenho do grupo na guerra, possibilitando, dessa maneira, que o país tivesse vantagens táticas sobre os demais grupos armados envolvidos.

A crença de que homens são seres que possuem fortes impulsos sexuais que precisam ser supridos para que possam agir normalmente é anterior ao conflito, e parte da ideia de que mulheres devem servir como objetos sexuais para que os homens possam “aliviar-se” física e psicologicamente. Trata-se de uma noção sexista que reduz o corpo da mulher ao uso sexual,

ao mesmo tempo em que coloca o homem em uma posição de superioridade e supremacia, na qual ele se sente confortável para explorar sexualmente mulheres sem empecilhos morais reais.

A repressão sexual sofrida pela mulher, em contraste ao incentivo sexual que os homens recebem, é um fator que está presente em todas as sociedades ditas patriarcais, ou seja, não se trata de um fator único das sociedades do Leste Asiático. O confucionismo, portanto, apenas justificava e reforçava a ideia de que a mulher deveria servir sexualmente aos homens, ao mesmo tempo em que aquelas que não fossem capazes de manter-se “puras” eram estigmatizadas e marginalizadas.

Esta é a base da chamada “cultura do estupro”, que determina que a misoginia presente nas sociedades patriarcais é a maior responsável pelo desenvolvimento de relações de poder entre os gêneros, fazendo com que o estupro seja perpetuado, especialmente contra a mulher (SOUSA, 2017). Trata-se de uma cultura paradoxal, na qual o homem é incitado ao sexo, ao mesmo tempo em que as mulheres são reprimidas sexualmente (SOUSA, 2017), dividindo-as entre as mulheres que possuem valor e as que não possuem, baseando-se em suas atividades sexuais.

O que se pode notar, portanto, é que os ideais confucionistas que justificavam e regulamentavam legalmente a subjugação das mulheres na Ásia é, na verdade, a ampliação de uma cultura sexista e misógina que permeia todas as sociedades patriarcais do mundo, de modo que não se pode atribuir à cultura tradicional asiática influenciada pelo confucionismo a “culpa” pelo Japão ter optado por desenvolver o sistema de conforto.

E, por último, uma forte motivação também estava na urgência de se prevenir a propagação de doenças venéreas entre os soldados, uma das principais causas de baixas no exército japonês. Estudos realizados entre os soldados mostravam que aqueles que já haviam servido por cerca de quatro ou cinco anos possuíam até 40% mais chances de contrair alguma doença, o que os tornava fracos. Por isso, acreditava-se que, se o ambiente no qual os soldados tinham relações sexuais fosse controlado, as chances de contração de doenças venéreas seriam menores (ORREILL, 2007).

Neste sentido, os relatos e registros mostram que as “mulheres de conforto” passavam por *check-ups* completos com certa frequência, com o objetivo de mantê-las saudáveis, da mesma forma que os líderes militares exigiam que os soldados fizessem uso de preservativos, muito embora muitas sobreviventes tenham afirmado que grande parte se recusava a usar proteção (SIKKA, 2009; YAMASHITA, 2009).

As mulheres que fossem diagnosticadas com doenças venéreas eram, na maior parte das

vezes, tratadas com uma injeção conhecida como “No. 606”, que foi responsável por causar esterilidade em muitas delas, e, em seguida, elas eram expulsas das estações de conforto ao se recuperarem (SIKKA, 2009). Ahn Bup-soon relatou ter tomado tal injeção cerca de 3 a 6 vezes por dia durante semanas depois de ter sido diagnosticada com uma DST (TESTIMONIES, 2012). Uma vez por semana os soldados japoneses costumavam levar as mulheres para fazer uma bateria de exames em hospitais que ficavam próximos aos bordéis, como uma tentativa de impedir a proliferação dessas doenças (VIDDSEE, 2017).

É possível perceber aqui a forte noção de superioridade masculina que o Exército Imperial Japonês possuía com relação às mulheres, uma vez que este sistema refletia a ideia de que as responsáveis por proliferar doenças sexualmente transmissíveis eram as “mulheres de conforto” e, portanto, elas deveriam ser punidas caso ficassem doentes.

Além disso, acreditavam que mulheres que fossem virgens seriam incapazes de transmitir doenças, em uma demonstração clara de culpabilização das mulheres pela contaminação dos soldados. Portanto, o exército passou a recrutar jovens que fossem presumidamente virgens, por acreditarem que mulheres que ainda não haviam tido relações sexuais não poderiam transmitir doenças venéreas. Acreditavam que caso controlassem as mulheres com as quais os soldados mantinham relações sexuais, seriam bem sucedidos em impedir a proliferação de DSTs.

Esta estratégia militar ainda obteve papel importante na escolha das mulheres coreanas para serem levadas aos bordéis militares. Embora o fato de o Japão colonizar a Coreia tenha sido, também, decisivo para tal empreendimento, uma vez que ter acesso a essas jovens era mais fácil, é essencial notar que existia um fator étnico forte que envolveu a escolha das mulheres vindas da Península Coreana.

Até aquele momento, o exército japonês possuía “mulheres de conforto” japonesas, entretanto, elas eram, em sua maioria, ex-prostitutas e muitas delas tinham doenças venéreas. Sendo assim, a liderança militar sugeriu que mulheres coreanas jovens solteiras – e presumidamente virgens – fossem recrutadas para servir como “mulheres de conforto” aos membros do exército (LAI, 2002; OKAMOTO, 2013). Considerando os ideais confucionistas fortemente influentes na sociedade coreana que previam a castidade feminina, a maioria das jovens coreanas nunca haviam tido relações sexuais, e por isso o governo japonês passou a recrutar mulheres que nunca tivessem sido casadas (LAI, 2002).

A escolha pelas mulheres da Coreia se deu por quatro motivos: em primeiro lugar, devido à crença que os japoneses tinham de que o povo coreano era inferior, as moças seriam

mais adequadas para a exploração sexual (OKAMOTO, 2013), de modo que não havia impedimento moral para tal ação; o segundo ponto, derivando do primeiro, era que as jovens japonesas possuíam a “missão da maternidade”, ou seja, elas deveriam ser destinadas ao casamento e à criação das crianças (SOH, 1996) e, por isso, não poderiam ser recrutadas como “mulheres de conforto”.

Em terceiro lugar, para o Japão, era mais cômodo recrutar jovens coreanas, uma vez que a península coreana já estava sob seu comando (LADINO, 2009). Em adição, também havia a crença de que, caso mulheres japonesas fossem recrutadas como “mulheres de conforto”, os soldados poderiam se revoltar com o exército (LAI, 2002).

As mulheres japonesas "comuns" foram impedidas de se tornarem prostitutas militares, pois deveriam "gerar bons filhos japoneses que se tornariam súditos leais do imperador". A guerra estava sendo travada pelo bem da família e do país e "os homens deviam proteger as mulheres e crianças enquanto glorificavam a nação e o imperador". Assim, um soldado japonês tendo relações sexuais com outra mulher nacional minou os nobres propósitos da guerra. Embora algumas mulheres japonesas tenham sido recrutadas, seu número foi limitado. O Ministério do Interior japonês concluiu que enviar mulheres japonesas que não eram prostitutas no exterior para serem Mulheres Conforto teria sérias implicações para seus cidadãos. O Ministério considerou que a confiança de um soldado no estado e no exército seria destruída se suas irmãs, esposas ou conhecidas fossem levadas no exterior para servir como “Mulheres de Conforto” (LAI, 2002, p. 36, tradução nossa)⁵³.

Por último, um relatório escrito em 1939 pelo ginecologista oficial do exército japonês, Aso Tetsuo, que trabalhava em uma estação de conforto estabelecida em Shanghai, afirmava que, com base em estudos realizados sobre a incidência de doenças sexualmente transmissíveis, as mulheres coreanas possuíam menor número de ocorrências. Este estudo reflete a crença que existia entre os japoneses de que as mulheres coreanas seriam menos suscetíveis a contrair alguma doença e, portanto, sua exploração apresentaria menores riscos aos soldados (ORREILL, 2007).

⁵³ Texto original: "Ordinary" Japanese women were precluded from becoming military prostitutes as they were to be "bearing good Japanese children who would grow up to be loyal subjects of the emperor." The war was being fought for the sake of family and the country and "men were to protect women and children while glorifying the nation and the Emperor." Thus, a Japanese soldier having sexual intercourse with another female national undercut the noble purposes of the war. While some Japanese women were recruited, their numbers were limited. The Japanese Home Ministry concluded that sending Japanese women who were not prostitutes abroad to be Comfort Women would have serious implications for its citizens. The Ministry considered how a soldier's trust in the state and the army would be destroyed should their sisters, wives, or female acquaintances be stationed overseas to serve as Comfort Women (LAI, 2002, p. 36).

Neste sentido, percebe-se que o sistema de conforto reflete uma política que era enraizada na superioridade racial, o próprio fato de que a maior parte das mulheres de conforto vieram de colônias sob domínio do Japão evidencia esse pensamento. Pode-se notar que os japoneses sempre haviam se sentido superiores com relação às demais populações asiáticas, sentimento que foi potencializado pelo esforço japonês de impedir que o Ocidente dominasse o continente, colocando-se como os responsáveis por salvar os povos asiáticos e, conseqüentemente, entendendo-se como mais fortes e preparados para tal empreitada (LAI, 2002).

Entende-se, portanto, que a estratégia japonesa não dependia apenas do controle do ambiente no qual os soldados praticavam sexo, mas também de com quem o faziam. O exército japonês, neste sentido, atuava ativamente no controle das relações sexuais que eram mantidas nos bordéis, em uma tentativa de manter os soldados o mais saudáveis possível e potencializar, dessa forma, sua atuação durante a guerra.

O fato de o Japão ter tido objetivos claros para o desenvolvimento do sistema de conforto evidencia a utilização da violência sexual como uma estratégia de guerra, que tomou a forma de escravidão sexual. É possível notar que as lideranças militares japonesas, em conjunto com o próprio governo do país, acreditavam que a escravidão sexual empreendida ali era de suma importância para o melhor desempenho do exército na guerra, seja por meio do controle de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, seja para impedir que os soldados estupassem as mulheres nos locais de dominação. Sendo assim, percebe-se aqui a contribuição da teoria de Wood para o caso.

Como foi dito, para que a violência sexual ocorra como uma estratégia militar, é necessário que o grupo armado possua objetivos claros para sua aplicação, de modo a obter benefícios por meio desta forma de violência. Sendo assim, fica evidente que os militares japoneses se utilizaram da escravidão sexual para alcançar metas, por meio de motivações claras. Tratava-se de uma tentativa de melhorar a atuação dos soldados na guerra, bem como mantê-los saudáveis e melhorar a própria imagem do grupo, fator importante para as lideranças do exército.

É essencial salientar, ainda, o fato de que havia um fator étnico forte que regia a estruturação do sistema de conforto, uma vez que a escravização sexual massiva de mulheres coreanas, motivada por questões raciais, pode, também, ser entendido como uma forma de genocídio praticado pelo Japão, reforçando a hipótese de que o sistema de conforto foi uma estratégia militar empreendida pelo exército japonês. Como a própria Wood argumenta, a

limpeza étnica pode ser um dos indícios de que a violência sexual foi utilizada de maneira estratégica pelos grupos armados.

Sendo assim, em 1938, o Japão aprovou o chamado Ato Geral Nacional de Mobilização, que permitia que o país utilizasse matéria-prima e trabalho humano para o empreendimento bélico. A nova lei, portanto, possibilitou que o Japão recrutasse mulheres coreanas com o pretexto de se utilizarem de seus trabalhos para auxiliar o país no conflito (ORREILL, 2007). Contudo, foi somente a partir de 1941 que o recrutamento se tornou sistemático e compulsório, se tornando legalizado em 1942 (SIKKA, 2009).

Não existem registros documentais que demonstrem a maneira com a qual as mulheres eram levadas até as estações de conforto. Contudo, Yoshida Seiji, membro do exército japonês e escritor encarregado de recrutar as jovens coreanas para levá-las aos bordéis entre 1943 e 1944, afirmou que o exército imperial costumava fornecer caminhões e soldados especializados para lidar com as vítimas (HOWARD, 1995, apud SIKKA, 2009).

As mulheres coreanas foram recrutadas de diversas formas, como rapto, coerção ou falsas promessas de emprego, sendo essa última forma especialmente efetiva. A apropriação das terras coreanas forçou milhares de agricultores a se deslocar e deixou muitas famílias pobres. Por conta disso, as garotas estavam dispostas a ir trabalhar em outros países, a fim de conseguir dinheiro para seus familiares (OKAMOTO, 2013).

Algumas das mulheres foram raptadas pelos soldados em frente de seus familiares, amigos ou nas escolas que frequentavam, há relatos de algumas mulheres que foram entregues ou vendidas pela própria família, assim como casos de raptos massivos em todos os territórios ocupados, especialmente entre os anos de 1942 e 1945 (ÁLVAREZ, 2015). Desta forma, o Japão invadia vilas e pequenas cidades, com a intenção de abduzir as garotas da região. Algumas famílias as davam sem resistência, porém registros mostram que, caso as famílias tentassem impedir, eram punidas. Em muitos casos, os soldados estupravam as mulheres em frente de seus familiares, uma vez que, na cultura coreana, mulheres que não fossem virgens não tinham mais valor e, portanto, eram abandonadas pela família para serem levadas aos bordéis (LEE, 2014).

De acordo com as entrevistas realizadas e os depoimentos no arquivo oral do Conselho da Coreia, houve diferentes tipos de recrutamento. Por um lado, os oficiais das brigadas e regimentos pediram aos líderes locais várias mulheres. Nesse caso, a população civil local esteve diretamente envolvida no recrutamento dessas mulheres que, em tese, deveriam ser prostitutas. Por outro lado, o exército selecionou agentes (donos de bordéis) para a seleção dessas mulheres. Sem a colaboração civil de certos

setores da população dos territórios ocupados, o sistema não poderia ter funcionado em tal escala (ÁLVAREZ, 2015, p. 17, tradução nossa)⁵⁴.

De acordo com os relatos de Lee YongSoo, uma das sobreviventes, seu rapto aconteceu de maneira forçada em outubro do ano de 1943, quando soldados japoneses apareceram em sua casa, com outras meninas que haviam sido abduzidas, e forçaram sua mãe a entregá-la para o exército. Ainda sobre o dia de seu recrutamento, Lee afirma que os soldados a colocaram em um trem que levou as garotas até a cidade de Dalian, na China. Todos os homens ali as chamavam de *josenpi*, uma gíria coreana referente a escrava sexual, e as agrediram violentamente para impedir que fugissem (KOREA NOW, 2018). O relato de Lee vai ao encontro com o de Kim Bok-dong no que diz respeito à violência física que elas sofriam, uma vez que eram comuns as agressões nos bordéis em que elas ficavam confinadas (ASIAN BOSS, 2018).

Lee afirmou que depois de chegar à China, ela e as outras recrutas foram mandadas a Taiwan por meio de um navio, ao passo que os soldados japoneses diziam a elas que iriam levá-las de volta para casa logo caso cooperassem. Depois de chegarem na ilha, um caminhão já estava esperando para mandá-las ao bordel no qual viriam a servir (KOREA NOW, 2018).

Kim Hak-soon, a primeira vítima a falar em público sobre o ocorrido, afirmou que aos 17 anos, oficiais do exército a abordaram, argumentando que ela deveria ir com os militares, uma vez que se tratava de uma ordem direta do Imperador do Japão. Ela e outra garota que vivia perto de sua casa foram levadas à força pelos soldados até uma estação de conforto na China (TESTIMONY, 2020).

É importante notar que o exército japonês escolheu recrutar jovens que vinham de famílias de classes mais baixas, o que as tornava mais vulneráveis e suscetíveis a serem manipuladas e enganadas. A maioria das mulheres que foram escravizadas eram de famílias rurais pobres, de modo que, embora fossem ainda muito jovens, precisavam trabalhar fora de casa para apoiar suas famílias financeiramente (DOLGOPOL, 2003; LEE, 2014).

Apesar das inúmeras formas de recrutamento implementadas pelo exército, as promessas falsas de emprego constituem a maior parte dos recrutamentos (ÁLVAREZ, 2015).

⁵⁴ Texto original: De acuerdo con las entrevistas realizadas y los testimonios del archivo oral del Consejo Coreano, hubo distintos tipos de reclutamiento. Por un lado, los oficiales de las brigadas y regimientos les solicitaban a los líderes locales cierto número de mujeres. En este caso la población local civil estaba involucrada de manera directa en el reclutamiento de estas mujeres que, en teoría, debían ser prostitutas. Por otro lado, el ejército seleccionaba agentes (dueños de burdeles) para la selección de estas mujeres. Sin la colaboración civil de ciertos sectores de la población de los territorios ocupados, el sistema no podría haber funcionado a tal escala (ÁLVAREZ, 2015, p. 17).

Chung Seo-woon, uma das vítimas sobreviventes, afirmou que, quando completou 15 anos, seu pai terminou por ser preso pelo exército japonês por se recusar a fornecer produtos feitos de latão – que eram utilizados para a produção de armamentos de guerra – e, após alguns dias desde a prisão, um oficial japonês foi até sua casa propondo a ela que, caso ela trabalhasse em uma fábrica têxtil no Japão por cerca de 2 a 3 anos, o exército libertaria seu pai. Chung aceitou a oferta, mas, em vez disso, foi enviada à Indonésia, juntamente com mais 13 outras garotas, e seu pai não foi solto, falecendo pouco depois na prisão (VIDDSEE, 2017).

Todas essas formas de recrutamento para levar as mulheres aos bordéis eram, de fato, vistas com receio pelo governo japonês, uma vez que consideravam que, caso as estações de conforto fossem descobertas, a opinião pública acabaria se voltando contra o país. Desse modo, percebe-se que existia um entendimento de que o sistema de conforto era ilegal, mas o exército não possuía intenção alguma de proibir sua prática, apenas de escondê-la, uma vez que a ordem dada aos militares era a de que deveriam agir de maneira discreta para impedir que algo fosse descoberto (LEE, 2014).

O Corpo de Serviço Laboral Voluntário – *Jeongsindae*, em coreano – era o órgão responsável por fornecer trabalho aos jovens coreanos, levando-os para o Japão e suas áreas de influência, objetivando o preenchimento do vácuo de mão de obra ocasionado pela expansão japonesa (OKAMOTO, 2013). Além disso, com a guerra se tornando mais abrangente, o Japão passou a recrutar jovens da Coreia, tanto homens quanto mulheres, como soldados para auxiliar o exército do país. Estima-se que cerca de 20% da população coreana foi recrutada para trabalhar como soldados ou em campos de trabalho forçado (SOH, 1996). De acordo com a sobrevivente Kim Bok-dong, durante a guerra o Japão chegou a tirar jovens garotos das escolas para enviá-los ao exército (ASIAN BOSS, 2018).

Foi através desse órgão que as mulheres coreanas passaram a ser levadas para os bordéis. Muitas dessas mulheres estavam no início de sua adolescência, a maioria estava na faixa dos 14 aos 18, sendo que as mais jovens tinham entre 12 e 14 anos (OKAMOTO, 2013; LEE, 2014). É importante notar que, na maioria dos casos, portanto, as jovens foram recrutadas de maneira voluntária, acreditando que seriam enviadas para trabalhar em indústrias ou hospitais, mas, ao invés disso, eram levadas até às estações de conforto (SOH, 1996), nome popular dado aos bordéis construídos pelo exército nas regiões que eram dominadas pelo Japão. Dessa forma, percebe-se que essas mulheres não eram prostitutas, como o governo japonês viria a caracterizá-las na década de 1990, mas sim escravas sexuais que eram forçadas a “satisfazer” as vontades sexuais dos soldados japoneses (SOH, 1996).

Kim Bok-dong afirmou que foi recrutada com a promessa de que seria mandada para uma fábrica que era responsável por produzir uniformes dos soldados, de modo que o exército a forçou a aceitar o trabalho, ameaçando tirar todos os bens da família e mandá-los ao exílio, com a premissa de que todos os coreanos deveriam auxiliar o Japão na guerra. Ela também disse que os oficiais japoneses haviam prometido a sua mãe que a mandariam de volta para casa quando ela atingisse idade suficiente para se casar. Em vez disso, o exército a enviou a um bordel no território chinês, quando tinha apenas 14 anos (ASIAN BOSS, 2018).

Nesses locais, as jovens ficavam confinadas em quartos minúsculos, de cerca de 1,85 m, e eram obrigadas a manter relações sexuais com soldados japoneses, sendo em média de 10 a 30 vezes por dia, mas em certos casos podendo chegar a até 60. Além disso, essas moças também sofriam outros tipos de violência, como tortura, espancamento, queimaduras de cigarro e até mesmo esfaqueamento (OKAMOTO, 2013). Cada soldado tinha direito a trinta minutos com as mulheres e, frequentemente, após esse período, as moças eram encontradas machucadas.

A construção de uma estação de conforto ocorria a partir da escolha do local no qual o bordel iria ser desenvolvido, comumente sendo usados hotéis, escolas, mercados ou templos abandonados, por possuírem grande número de cômodos. Os locais eram reformulados, de maneira que cada quarto construído era mobiliado com uma cama e cobertores para as mulheres. Há relatos que indicam que em alguns bordéis as mulheres não tinham quartos, sendo colocadas em barracas que eram montadas com lençóis (ORREILL, 2007; SIKKA, 2009).

De acordo com os testemunhos de ex-soldados e médicos, cada estação de conforto tinha cerca de 5 ou 6 casas e em cada uma delas havia entre 5 e 6 mulheres que eram responsáveis por servir aos soldados. Ao dar seu testemunho, Lee YongSoo afirmou que o bordel no qual ficou confinada possuía 5 quartos pequenos que eram divididos apenas por cobertas (KOREA NOW, 2018). Havia dias nos quais os bordéis chegavam a atender de 500 a 600 soldados, que eram atendidos por essas 5 ou 6 mulheres, de modo que, em certos casos, cada uma delas poderia ser obrigada a manter relações sexuais com 100 ou mais soldados por dia (ÁLVAREZ, 2015).

Há relatos, como os de Chung, que afirmam que os soldados costumavam fazer filas enormes esperando sua vez de serem atendidos, de modo que era difícil de se ter noção de quantas relações sexuais elas tinham diariamente. Sabe-se ainda que aos finais de semana a situação piorava (VIDDSEE, 2017).

Kim Bok-dong afirmou que, na estação em que ela estava confinada, aos sábados os atendimentos costumavam começar por volta do meio-dia, estendendo-se até às 18 horas, de

modo que os soldados vinham continuamente um atrás do outro, esperando em filas únicas. Kim disse ainda que ela tinha tantas relações sexuais por dia que mal conseguia andar depois, de maneira que depois do fim do dia médicos eram enviados para tratar das garotas. Aos domingos, os atendimentos se iniciavam às 8 horas e duravam o dia inteiro, até cerca de 17 horas (ASIAN BOSS, 2018).

Kim Hak-soon afirmou que no local onde estava confinada era comum que as filas fossem maiores logo depois dos soldados voltarem de uma batalha, de modo que ela e as outras mulheres que estavam ali eram obrigadas a manter relações sexuais com ao menos 20 homens por dia (TESTIMONY, 2020).

Figura 2 – Soldados japoneses esperando em fila em uma estação de conforto.



Fonte: KIM; BISLAND; SHIN (2019, p. 59).

Kim Soon-deok afirmou que foi a escolhida entre suas irmãs, uma vez que sua irmã mais velha já era casada, enquanto a mais nova ainda era criança. Sendo assim, os oficiais que foram até sua casa prometeram que a enviariam para o Japão para trabalhar como enfermeira temporária. No entanto, foi enviada até uma estação de conforto em Shangai (TESTIMONIES, 2012).

Sabe-se que existiam três tipos de estações de conforto. As chamadas de permanentes, que funcionavam principalmente em cidades grandes e eram os maiores bordéis de que se tem registro. Os bordéis conhecidos como semipermanentes, que costumavam ser construídos perto de unidades militares e em sua maioria eram comandados por proprietários privados que obedeciam às ordens das autoridades militares japonesas. E, por último, as estações não-permanentes, menores, que ficavam nas linhas de confronto, de modo que cada unidade militar ficava responsável por gerenciá-las conforme as necessidades de seus soldados (TANAKA,

2002, apud. ÁLVAREZ, 2015).

É importante notar que a hierarquia racial e a superioridade sentida pelos japoneses com relação aos demais povos também se observava na organização dos bordéis militares, resultando em uma estratificação das “mulheres de conforto”. Mesmo que o Japão afirmasse que coreanos eram cidadãos japoneses, este sistema tratava as mulheres de maneiras diferentes dependendo de sua nacionalidade (LAI, 2002).

Existiam algumas mulheres japonesas presentes nos bordéis, mas, diferentemente das mulheres vindas das colônias, elas eram, de fato, prostitutas, o que fazia com que o exército as tratasse com maiores benefícios, por serem consideradas “profissionais”. Por este motivo, as mulheres vindas do Japão costumavam ser mantidas em áreas que fossem consideradas mais seguras, enquanto as mulheres coreanas e de outras colônias eram enviadas para locais de alto risco, uma vez que, por não considerarem que elas possuíam o mesmo status que as mulheres japonesas, não havia preocupação em protegê-las (LAI, 2002).

As mulheres japonesas eram designadas para servir aos oficiais do alto escalão e ficavam em quartos grandes, enquanto as demais atendiam soldados de escalão inferior em cubículos de um metro por um metro e meio. Além disso, as taxas pagas pelos serviços das “mulheres de conforto” variavam conforme a nacionalidade, sendo “[...] um iene por uma mulher chinesa, um e meio para uma mulher coreana e dois ienes para uma mulher japonesa” (LAI, 2002, p. 38, tradução nossa)⁵⁵.

Relatos de sobreviventes indicam que algumas delas ficaram grávidas, mas a maioria sofreu aborto espontâneo devido à violência que sofriam diariamente (LADINO, 2009). Lee YongSoo foi uma das jovens que acredita ter ficado grávida, muito embora não tenha certeza (KOREA NOW, 2018). Muitas das mulheres que engravidaram optaram também por abortar, por sentirem vergonha de terem um filho com seus violentadores (LADINO, 2009). Há também relatos, como o de Park Soon-hee, que mostram que em alguns casos os próprios soldados forçavam as mulheres que haviam engravidado a abortar (TESTIMONIES, 2012).

Em alguns depoimentos dados por soldados que serviram durante a guerra, a justificativa que era dada pelo abuso que essas mulheres sofreram foi que muitos deles se encontravam em estado “dormente”, de maneira que não possuíam sentimentos com relação às atrocidades que eram cometidas por eles (OKAMOTO, 2013).

Muitas das mulheres confinadas nas estações tinham a intenção de fugir, devido às

⁵⁵ Texto original: ... one yen for a Chinese woman, one and half for a Korean woman and two yen for a Japanese Woman (LAI, 2002, p. 38)

condições precárias com as quais tinham que lidar. Contudo, fugir era praticamente impossível, uma vez que o exército costumava vigiar todas elas de perto, ao mesmo tempo em que suas atividades eram monitoradas, com a intenção de impedir qualquer tentativa de fuga (SIKKA, 2009). Além disso, as punições aplicadas às jovens que fossem pegas tentando fugir eram severas. Há relatos de mulheres que foram torturadas, violentadas e algumas chegaram a ser assassinadas (ORREILL, 2007).

Por ser difícil de escapar desses locais, portanto, muitas dessas mulheres se tornaram viciadas em narcóticos, em sua maioria o ópio, assim como em bebidas alcoólicas, como uma maneira de alcançar um alívio mental que permitisse que aguentassem a violência que sofriam. Esse vício, em muitos casos, também era explorado e incentivados pelos próprios soldados, uma vez que os mesmos ofereciam drogas a elas caso obedecessem às suas ordens como uma forma de recompensa por sua obediência, de modo que a dependência delas passou a ser uma forma de impedir tentativas de rebelião (ORREILL, 2007).

O suicídio também se converteu em uma forma que as mulheres encontraram de se verem livres do exército japonês. Essa prática, contudo, não era aceita pelos soldados, de modo que aquelas que falhavam eram fortemente punidas (LEE, 2014). Muitos dos relatos coletados das sobreviventes falam sobre tentativas de suicídio.

Chung afirmou em seu testemunho que, por resistir demais às relações sexuais, os soldados japoneses passaram a injetar ópio nela, para fazer com que ela se calasse, fazendo com que ela viesse a se tornar dependente da droga (VIDDSEE, 2017). Além disso, de acordo com ela, o exército fornecia pílulas diárias contra malária, de modo que, depois de guardar cerca de 40 comprimidos, ela tomou todos de uma vez, em uma tentativa falha de suicídio (VIDDSEE, 2017).

Kim Bok-dong disse ao Asian Boss (2018) que ela e mais duas garotas, logo depois de sofrerem a primeira violação sexual na estação de conforto, decidiram buscar meios de cometer suicídio. Conseguiram comprar uma garrafa grande de bebida alcóolica com uma mulher responsável pela limpeza do local e chegaram a ficar inconscientes depois de beber a garrafa inteira. No entanto, oficiais do exército as encontraram e foram capazes de salvá-las ao bombear seus estômagos. Kim afirmou que este ocorrido havia deixado consequências permanentes, uma vez que nunca mais conseguiu digerir alimentos corretamente (ASIAN BOSS, 2018).

No ano de 1945, com as duas bombas nucleares utilizadas pelos Estados Unidos em Hiroshima e Nagasaki, o Japão se rende oficialmente e a Coreia se torna independente, quando então as jovens presas sobreviventes foram libertadas. A grande maioria dessas mulheres não

sobreviveram – estima-se que apenas 30% delas saiu com vida –, sendo as causas da morte mais comuns: doenças venéreas, muito embora houvesse a preocupação do exército japonês em preveni-las; assassinato, sendo que muitas foram assassinadas no momento da derrota japonesa no conflito; e suicídio, por não aguentar a exploração a qual estavam sendo submetidas (OKAMOTO, 2013).

Confinadas em barracos imundos, as escravas sexuais eram obrigadas a ter relações sexuais com soldados japoneses, de 10 a 30 vezes por dia. Elas eram regularmente submetidas a torturas, espancamentos, queimaduras e, às vezes, esfaqueamento. Algumas mulheres morreram de doenças venéreas em bordéis militares, enquanto outras mulheres cometeram suicídio. Depoimentos de vítimas e testemunhas japonesas revelam que os soldados japoneses abandonaram as mulheres de conforto, em alguns casos matando-as, quando o Japão foi derrotado na Segunda Guerra Mundial (YUN, 1997, apud. MIN, 2003, p. 941, tradução nossa)⁵⁶.

Com medo de sofrer retaliação pela violação dos direitos dessas mulheres, o Japão manteve os documentos que comprovavam sua participação no desenvolvimento do sistema de conforto escondidos da comunidade internacional e, ao final da guerra, a maioria dessas evidências foram destruídas, fazendo com que a questão fosse deixada de lado pela agenda internacional e pelos tratados de paz assinados em 1945 (LADINO, 2009).

Chung afirmou que viu os soldados japoneses queimando documentos e outros objetos no bordel em que ela estava confinada, ao mesmo tempo em que percebeu que algumas das jovens lá estavam sendo levadas para porões onde eram assassinadas. Posteriormente ela descobriu que aquele tinha sido o dia em que o Japão se rendeu. Ela também afirmou que os Aliados chegaram no local em pouco tempo, libertando as sobreviventes, por meio da denúncia anônima de um dos soldados que servia lá (VIDDSEE, 2017).

Há ainda relatos que mostram que, em alguns casos, o Japão tentou camuflar a utilidade que estas mulheres tinham para o exército. Kim Bok-song afirmou que, no caso dela e das demais mulheres que ficaram confinadas na mesma estação de conforto que ela, assim que o país perdeu a guerra elas foram enviadas a um hospital, em uma tentativa de fazer parecer que elas trabalhavam como enfermeiras (ASIAN BOSS, 2018).

⁵⁶ Texto original: Confined to filthy shanties, the sexual slaves were forced to have intercourse with Japanese soldiers, from 10 to 30 times per day. They were regularly subjected to torture, beating, burning, and sometimes stabbing. Some women died of venereal disease in military brothels, while other women committed suicide. Testimonies by both the victims and Japanese witnesses reveal that Japanese soldiers abandoned the comfort women, in some cases killing them, when Japan was defeated in World War II (YUN, 1997, apud. MIN, 2003, p. 941).

Figura 3 – Quatro “mulheres de conforto” encontradas pelas forças aliadas em Songshan, na província de Yunnan, China, no dia 7 de setembro de 1944.



Fonte: KIM; BISLAND; SHIN (2019, p. 58).

No entanto, embora existam poucos documentos oficiais sobre o ocorrido, é possível perceber que as “mulheres de conforto” constituíam parte importante da organização do Exército Imperial Japonês, motivo pelo qual, posteriormente, surgiria o movimento de reparação sul-coreano, que teve início na década de 1990. É possível perceber que, como Wood afirma, o Japão se utilizou da violência sexual como uma estratégia de guerra, que trazia ao exército benefícios práticos para ajudá-los no desenvolvimento de sua política de guerra.

Entende-se, portanto, que o Japão fez uso da violência visando não apenas obter benefícios que pudessem tornar o exército mais forte, mas também como uma forma de subjugar o povo coreano, que estava sob sua colonização desde o ano de 1910, em uma tentativa de fazer com que a população coreana se “rompesse” diante da violência sexual que as mulheres sofreram.

O sistema de conforto pode ser visto, dessa forma, como um exemplo no qual a violência sexual massiva de mulheres atuou como parte de uma política militar, desenvolvida pelas próprias lideranças militares em conjunto com o governo japonês, na qual um grupo específico foi o principal alvo. Tratou-se de uma clara estratégia de dominação e subjugação do povo coreano, que já vinha sendo implementada durante todo o período da Dominação Japonesa e atingiu seu ápice com a exploração sexual vivida pelas jovens coreanas.

As estações de conforto permaneceram desconhecidas e abandonadas por anos, principalmente devido ao silêncio das vítimas sobre o que havia ocorrido (SIKKA, 2009).

4.4 Os 50 anos de silêncio

As vítimas que foram capazes de sobreviver à violência que foi imposta a elas terminaram por serem abandonadas logo depois do fim da guerra, não conseguindo retornar às suas casas. De acordo com alguns relatos, muitas mulheres que haviam servido em áreas instáveis tiveram dificuldades para retornar aos seus países, de modo que acreditada-se que a maioria não tenha conseguido repatriamento (CHIN, 1995, apud. ORREILL, 2007). Aquelas que tiveram a chance de retornar, foram tratadas como mulheres desonradas depois que as sociedades em que estavam inseridas descobriram o que havia acontecido com elas (YAMASHITA, 2009). Sendo assim, demorou muito tempo até que as atrocidades sofridas por essas mulheres fossem reconhecidas.

Embora a falta de documentos sobre o ocorrido seja uma justificativa para o silêncio das “mulheres de conforto”, entende-se que, devido à cultura patriarcal da sociedade coreana, na qual há um controle rígido sobre a sexualidade feminina e a perda da castidade, independentemente das circunstâncias, ocorre que as mulheres que são solteiras e não são virgens passam a ser consideradas maculadas e sem valor, motivo que fez com que as sobreviventes ficassem condenadas a viver no ostracismo, sendo que muitas foram abandonadas pela própria família (OKAMOTO, 2013).

Este problema surge, entre outros, através do fato da cultura coreana ser fortemente influenciada pelo confucionismo, sendo baseada, portanto, em um patriarcalismo que envolve instituições ideológicas muito fortalecidas (CHANG; KIM 2005). Foi durante o período da Dinastia Joseon (1392 – 1910) que os ideais confucionistas foram aplicados na Coreia, sob a influência da China na região, e que continuam sendo a base da sociedade coreana contemporânea (CHANG; KIM, 2005). Neste período em que os ideais confucionistas foram aplicados na Coreia, a família veio a se tornar a principal via de perpetuação dos princípios patriarcais, colocando os homens em posição de superioridade na organização social do país (CHANG; KIM, 2005).

Como dito anteriormente, o confucionismo pressupõe a submissão da mulher com relação ao homem, ao mesmo tempo em que há forte controle da sexualidade feminina, de modo que mulheres que não sejam casadas e percam sua virgindade, por qualquer motivo que seja, são consideradas sem valor pela sociedade. Mesmo em casos nos quais a mulher tenha sido

violada sexualmente, uma sociedade baseada em valores confucionistas considera que ela é a culpada por não ter sido capaz de preservar sua virgindade.

A sociedade coreana no momento da libertação ao fim da guerra era fortemente dependente de ideais patriarcais que limitavam o papel da mulher à pureza. Por este motivo, ainda, o nacionalismo coreano que havia se desenvolvido no período da colonização era inerentemente patriarcal, alimentando a segregação presente entre homens e mulheres na sociedade e reforçando os papéis de gênero (CHO, 2020).

O sistema patriarcal coreano era, inclusive, definido por leis, uma vez que a Constituição que foi feita após o fim do período colonial previa que “[...] todos os cidadãos sul-coreanos pertenciam a uma família em que (1) a esposa pertence à família do marido, (2) os filhos pertencem à família do pai e (3) o filho mais velho assume a responsabilidade da chefia da família” (CHO, 2020, p. 4)⁵⁷.

É importante notar que estas leis eram baseadas nos valores milenares coreanos que definiam a mulher como propriedade do homem. É possível observar este fato, inclusive, na língua coreana. Em coreano, avó e avô paternos são, respectivamente, 할머니 e 할아버지 (*halmeoni* e *harabeoji*, na romanização respectivamente), enquanto avó e avô maternos correspondem a 외할머니 e 외할아버지 (*oehalmeoni* e *oeharabeoji*, respectivamente). O prefixo “외-“, adicionado à frente da maioria das palavras relacionadas a parentesco por parte de mãe, é derivado do radical chinês “外”, que significa exterior. Esta diferença na forma de se referir aos membros da família da mãe está diretamente ligada à ideia de que a família paterna era considerada a família principal, de modo que parentes por parte de mãe eram alguém de fora dessa família, ou seja, a mulher ao casar passava a pertencer à família do marido, assim como seus filhos, enquanto seus pais e demais familiares se transformavam na “família de fora”.

O tradicionalismo coreano acerca da sexualidade feminina é tão forte na sociedade da Coreia do Sul, mesmo atualmente, que existem casos nos quais criminosos se utilizam do estupro em assaltos como uma maneira de impedir que as vítimas os denunciem, por conta do impacto que o estupro ocasiona à estrutura familiar (SOH, 1996).

Por estes motivos, percebe-se que os coreanos, fortemente influenciados pelos ideais do confucionismo, interpretaram a questão das “mulheres de conforto” como um caso de humilhação das vítimas, não como um crime cometido por parte do Japão, de modo que essas

⁵⁷ Texto original: ... all South Korean citizens belonged to a family in which (1) the wife belongs to the husband's family, (2) the children belong to the father's family, and (3) the eldest son presumes responsibility of the family-headship (CHO, 2020, p. 4).

mulheres foram criticadas por “não protegerem sua virgindade”. Esta perspectiva fez com que o problema das estações de conforto desestruturasse a sociedade, ligando o caso à honra do Estado coreano, que, por sua vez, não poderia ser manchada (NAM, 2018).

Sendo assim, as mulheres, ao serem soltas das estações de conforto, retornaram a uma sociedade que as julgava por terem perdido sua virgindade, de modo que ficaram envergonhadas e amedrontadas, optando por silenciar-se devido à percepção que a sociedade possuía de que elas eram as culpadas pela violência que sofreram. A dificuldade que estas mulheres encontraram para falarem sobre o que haviam vivenciado durou cerca de 50 anos. Durante esse tempo, muitas delas optaram por sair de casa e viver sozinhas, por saberem que dificilmente seriam aceitas em casamento; outras, mesmo tendo casados, terminaram por se divorciarem depois que seus maridos descobriram o que lhes aconteceu; por último, algumas se tornaram viúvas precocemente por somente terem conseguido se casar com homens que eram muito mais velhos (OKAMOTO, 2013).

O relato dado por Lee ao Korea Now (2018) deixa isto claro, uma vez que ela afirma ter sido incapaz de contar aos pais o que havia acontecido com ela durante os três anos em que serviu como “mulher de conforto”. Segundo ela, seu sentimento era de que deveria apenas esquecer o que aconteceu, sensação esta que, mesmo depois de falar abertamente sobre a violência que sofreu, ela ainda diz sentir, uma vez que é algo que a envergonhava (KOREA NOW, 2018).

Kim Bok-dong, ao ser questionada sobre o reencontro com sua família pelo Asian Boss (2018), respondeu que

Portanto, embora eu tivesse me reunido com eles, eles não tinham ideia do que eu havia passado. Como eu poderia contar a eles sobre minhas experiências? Como mulher, coisas foram feitas para mim que eram incompreensíveis. Então eu não pude dizer nada a ninguém. Todos pensaram que eu tinha ido trabalhar em uma fábrica. Mas porque eu não queria me casar mesmo estando mais velha, minha mãe queria descobrir por que eu não queria me casar. Ela me pressionou a ser honesta com ela, então confessei que, dado todo o abuso feito ao meu corpo, eu não queria estragar a vida de outro homem. Deveria ser problema meu. Então, eu disse a ela que não poderia me casar. Depois que descobriu, minha mãe também não conseguiu falar sobre isso com ninguém e ficou muito angustiada. Ao final, ela sofreu um ataque cardíaco e faleceu como resultado (ASIAN BOSS, 2018)⁵⁸.

⁵⁸ Texto original: So although I had reunited with them, They had no idea what I had gone through. How could I told them about my experiences? As a woman, I had things done to me that were unfathomable. So I couldn't say anything to anybody. They all thought I had gone to work at a factory. But because I didn't want to get married

Outro problema enfrentado por elas era que, devido ao tradicionalismo coreano, as mulheres eram totalmente dependentes de seus maridos, o que fez com que as ex-“mulheres de conforto” fossem incapazes de se manterem sozinhas, de modo que, mesmo que trabalhassem arduamente, o que recebiam não era suficiente para que elas sobrevivessem economicamente. Outra consequência do abuso ao qual foram submetidas foram os inúmeros problemas de saúde, tanto psicológicos, como medo de homens, depressão e dependência alcoólica, como físicos, sendo eles doenças venéreas graves e infertilidade (OKAMOTO, 2013).

Neste sentido, pode-se perceber que os registros mostram que as consequências mais comuns com as quais as ex-“mulheres de conforto” passaram a lidar após sua libertação envolvem (1) sequelas físicas, uma vez que há relatos de mulheres que sofrem com dores crônicas devido às agressões que sofriram, algumas desenvolveram problemas digestivos; (2) danos reprodutivos, devido principalmente aos casos de infecção por doenças sexualmente transmissíveis que elas sofreram, fazendo com que muitas delas ficassem estéreis, além do fato de que muitas tiveram sequelas por conta do alto número de relações sexuais que elas eram obrigadas a manter nas estações de conforto; (3) problemas psicológicos, ao passo que muitas delas desenvolveram crises de pânico, estresse, ansiedade e depressão, o que levou uma boa parcela delas a se envolverem com drogas e bebidas alcoólicas; (4) dificuldades para estabelecer relações íntimas e sociais, de modo que muitas não foram capazes de se casar, principalmente por não serem mulheres virgens, e mesmo as que conseguiram um marido, em muitos casos se envolveram em relacionamentos abusivos; (5) pobreza, problema gerado pela dificuldade em se conseguir um casamento, uma vez que na sociedade coreana uma mulher era incapaz de se manter financeiramente sozinha, por receber salários inferiores; (6) e, por último, como dito anteriormente, o medo de falar sobre a violência que haviam sofrido, o que fez com que permanecessem em silêncio por décadas (DOLGOPOL, 2003).

4.5 O movimento de reparação

É importante notar que, embora as sobreviventes só tenham quebrado seu silêncio a partir da década de 1990, a história delas começou a vir à tona no Japão e na Coreia do Sul a

even though I was getting older, my mother wanted to find out why I didn't want to get married. She pushed me to be honest with her, so I confessed that, given all the abuse done to my body, I didn't want to screw up another man's life. It should be just my problem. So I told her I couldn't get married. Once she found out, my mother also couldn't talk about it to anyone and became very distressed. Eventually, she suffered a heart attack and passed away as a result.

partir de 1962, quando um jornalista japonês, Senda Kako, encontrou uma fotografia que mostrava mulheres coreanas no Rio Amarelo durante a Guerra do Pacífico, descobrindo posteriormente que elas eram conhecidas como “mulheres P”, gíria japonesa referente às “mulheres de conforto” e que deriva da palavra “piya”, que significa “casa da vagina” (SIKKA, 2009). 11 anos depois, Kako publicou um livro intitulado *Jyugun Ianfu: Koenaki Onnna Hachimannin no Kokuhatsu* (As mulheres de conforto: As acusações de 80.000 “mulheres sem voz”) sobre a história dessas mulheres, desempenhando importante papel na mudança da maneira como a qual as vítimas eram vistas pela sociedade japonesa (SIKKA, 2009; KIMURA, 2015).

Já na década de 1980, diversos documentários, artigos e biografias foram lançados sobre a questão, como o livro lançado por Yun Chongmo, em 1982, que contava a história fictícia de uma mulher que havia sido recrutada pelo Japão e mandada às Filipinas para servir como “mulher de conforto”, ou a biografia lançada sobre uma mulher de pseudônimo Yin Namnim, também de 1982, que contava suas experiências nas estações de conforto. Houve ainda o relato de uma mulher coreana na Tailândia contando sobre o que presenciou durante a Segunda Guerra Mundial (HOWARD, 1995, apud. SIKKA, 2009).

No entanto, o interesse pelo caso das “mulheres de conforto” somente cresceu na Coreia do Sul devido ao fortalecimento dos movimentos feministas sul-coreanos, que tiveram a iniciativa de, finalmente, quebrar o silêncio que percorria o ocorrido.

O catalisador direto foi fornecido em maio de 1990, quando uma organização de mulheres dirigiu-se ao governo japonês em um pedido formal para trazer a questão à luz. Isso fez com que as mulheres da Ásia entrassem em ação. Na década de 1990, mulheres sobreviventes de todos os países afetados, exceto o Japão, apareceram e se identificaram (YAMASHITA, 2009, p. 210, tradução nossa)⁵⁹.

Foi assim que, no ano de 1991, pela primeira vez, uma das vítimas, Kim Hak-Sol, viúva de 67 anos, deu um testemunho sobre a situação das “mulheres de conforto” durante a Guerra do Pacífico. É importante notar que seu testemunho apenas foi possível porque ela já não possuía familiares próximos, de modo que se sentiu confortável por saber que não seria julgado por seu passado (LEE, 2014), evidenciando mais uma vez o caráter patriarcal que envolvia o

⁵⁹ Texto original: The direct catalyst was provided in May 1990, when a women’s organization addressed the Japanese government in a formal request to bring the issue to light. This stirred women throughout Asia into action. By the 1990s, comfort women survivors from all the affected countries except Japan had come forth and identified themselves (YAMASHITA, 2009, p. 210).

caso.

O relato de Kim deu início ao processo contra o governo japonês, que exigia um pedido de desculpas e uma compensação financeira, e que iria caracterizar todo o movimento de reparação posterior (UENO, 2006). A partir disso, outras mulheres sobreviventes, apoiadas por movimentos feministas coreanos, começaram a testemunhar sobre as experiências que viveram, quebrando as cinco décadas de profundo silêncio (OKAMOTO, 2013; LEE, 2014).

A primeira ação foi movida perante os tribunais de Tóquio em 4 de agosto de 1991 por Hak Sol Kim, uma sobrevivente coreana. Apoiada pela Associação de Vítimas e Parentes Feridos da Guerra do Pacífico, ela se tornou a primeira vítima a dar testemunho público. Com significativa cobertura da mídia, sua história ativou o debate na região e levou outras vítimas a se aproximarem espontaneamente de ONGs para expressar seu desejo de testemunhar (SOH, 1996, apud. ÁLVAREZ, 2016, p. 100, tradução nossa)⁶⁰.

Muitas das mulheres que testemunharam, o fizeram de maneira anônima, temendo alguma forma de represália. Surge daí a importância de que pesquisadores que lidam com questões relacionadas a violência sexual mantenham a confiança e protejam a identidade das vítimas, sendo esta a maior fundamentação metodológica de pesquisas que possuem este tópico (PARKINSON; WOOD, 2015). A transparência é essencial para que a vítima sinta confiança ao fazer seu testemunho, de modo que o pesquisador pode, inclusive, fazer uso de precauções que mantenham as identidades protegidas, como não gravar entrevistas, encriptar anotações ou usar pseudônimos (PARKINSON; WOOD, 2015).

A importância dos primeiros relatos é imensa, uma vez que inúmeras mulheres que haviam passado pelas estações de conforto puderam perceber que não eram as únicas vítimas. Lee afirmou que tomou coragem para ir aos jornais relatar suas experiências e passar a frequentar manifestações para exigir um posicionamento do governo japonês depois de ter visto uma ex-“mulher de conforto” dar seu relato na televisão (KOREA NOW, 2018).

É importante salientar que o modo como a violência sexual era vista na sociedade coreana passou por uma mudança substancial que possibilitou a explosão de testemunhos de ex-“mulheres de conforto” na década de 1990. Embora boa parte da população tivesse

⁶⁰ Texto original: La primera demanda judicial fue realizada frente a los Tribunales de Tokio el 4 de agosto de 1991 por Hak Soon Kim, una sobreviviente coreana. Apoyada por la Asociación de Víctimas y Familiares Dolidos de la Guerra del Pacífico, se convirtió en la primera víctima en dar testimonio público. Con una cobertura mediática significativa, su relato activó el debate en la región y dio lugar a que otras víctimas se acercaran espontáneamente a las ONG para manifestar su deseo de testimoniar (SOH, 1996, apud. ÁLVAREZ, 2016, p. 100).

conhecimento sobre elas, as vítimas ainda assim eram consideradas culpadas, fazendo com que os coreanos não considerassem este um assunto digno de atenção (KIMURA, 2015).

Contudo, a ascensão do feminismo internacional nos anos 1980 fez com que o movimento feminista trouxesse o caso à tona, problematizando a violência sexual empreendida pelo governo japonês durante a colonização (UENO, 2006). Este fato ajuda a explicar porque o Japão não havia sido pressionado nem julgado pelo ocorrido até aquele momento.

Sendo assim, partindo-se destes testemunhos, observa-se que a primeira resposta dada pelo governo sul-coreano, no entanto, foi de ignorá-las (SOH, 1996). A justificativa que se deu foi que não havia provas concretas para que se desse início a uma acusação formal contra o Japão, além do tratado de normalização assinado pelos dois países em 1965 impedir que o governo da Coreia do Sul pedisse uma reparação pelo ocorrido no período colonial (OKAMOTO, 2013).

Entretanto, o descaso do governo também pode ser entendido pelo fato de que, além da cultura patriarcal já mencionada anteriormente, a maioria das vítimas eram de origem pobre, o que impedia que elas pudessem fazer pressão para que o caso fosse investigado (SOH, 1996). Além disso, pressionar o governo japonês significaria prejudicar as relações diplomáticas que ambos haviam estabelecido a partir da década de 1960, de modo que a Coreia do Sul optou por não cobrar uma posição do Japão com relação ao caso.

Um outro dado importante a ser considerado é que as políticas econômicas sul-coreanas incluíam a exploração de mulheres jovens, voltadas ao turismo sexual internacional, sendo esse tipo de comércio usufruído, principalmente, por turistas japoneses e estadunidenses (SOH, 1996).

Assim como ocorreu no Japão, ao fim da Segunda Guerra Mundial, tropas estadunidenses ocuparam o território da Coreia⁶¹, fazendo com que o governo determinasse a construção de bordéis militares para servir aos combatentes. É importante notar, inclusive, que o exército dos Estados Unidos descobriu sobre o sistema de conforto, mas não teve interesse em denunciá-lo, tendo em vista que tanto o Japão quanto a Coreia haviam construído bordéis para que os soldados estadunidenses tivessem acesso a prostitutas (YOON, 2010, apud. RIBAI, 2021).

A Guerra da Coreia, responsável por dividir o país entre Norte e Sul, fez com que a influência estadunidense na região crescesse, ao passo em que a Coreia do Sul havia se tornado

⁶¹ A Guerra da Coreia, que dividiu a península entre Coreia do Sul e Coreia do Norte, ocorreu apenas na década de 1950.

um país rural empobrecido, o que estimulou a expansão da prostituição no país, uma vez que um grande número de mulheres pobres foram atraídas por homens com dinheiro, especialmente homens estadunidenses que residiam na região. Além disso, o conflito fez com que milhares de pessoas deixassem suas casas, aumentando a pobreza no país (LIE, 1995). A prostituição passou a ser parte importante das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e a Coreia do Sul neste período, embora as análises e narrativas hegemônicas nas Relações Internacionais não admitam tal ponto.

Alguns anos após a separação da Península, no ano de 1961, a Coreia do Sul entrou em um período ditatorial, com o governo de Park Chung Hee, que possuía um projeto de “milagre econômico”. Tal milagre se baseava na criação do Sistema Kisaeng⁶² de Turismo Sexual, responsável por sustentar as divisas de dólares do país na época (RIBAIS, 2021).

Os homens que passaram a trabalhar na indústria do sexo possuíam um número variado de instituições, como bares, baladas, e cafeterias, todos localizados próximos às bases militares dos Estados Unidos, com o objetivo de facilitar o acesso dos soldados às prostitutas (LIE, 1995). Em 1962, o governo sul-coreano estabeleceu os chamados “distritos especiais”, um sistema público de certificação e licenciamento de prostitutas, que efetivamente institucionalizaram a prostituição no país como um trabalho (LIE, 1995).

Já na década de 1970, teve início a organização do turismo sexual, que passou a funcionar como parte da política nacional da Coreia do Sul, sendo um dos pilares da economia do país neste período. A assinatura do Tratado de Relações Básicas, que normalizou as relações entre a Coreia do Sul e o Japão, possibilitou que um grande número de japoneses passasse a viajar para a península coreana, fazendo com que o turismo sexual se fortalecesse no país (LIE, 1995). A própria embaixada sul-coreana fornecia panfletos aos turistas com números e endereços de bordéis licenciados (MATSUI, 1984, apud. LIE, 1995).

Sendo assim, o que se pode perceber é que a exploração sexual, especialmente de mulheres das camadas mais pobres da população, constituiu parte importante da política internacional e da economia da Coreia do Sul, sendo uma das bases para o crescimento econômico que o país vivenciou a partir da década de 1960. Por este motivo, o governo do país não via motivos para pressionar o governo japonês por uma posição pelo caso das “mulheres de conforto”, tendo em vista que o país havia se desenvolvido fazendo uso dos corpos femininos

⁶² Kisaeng era o nome dado às prostitutas na Coreia do Sul e o nome remonta ao período anterior à Dominação Japonesa, quando o país era apenas uma nação agrária fechada. No entanto, neste período, as kisaengs eram mulheres que trabalhavam como servas, fornecendo os mais variados serviços, muitas se tornavam uma segunda esposa de homens poderosos (LIE, 1995).

como uma política.

Foi a partir disso que surgiu, então, o movimento *Jeongsindae* de reparação – tendo ficado conhecido com esse nome por ter sido através dessa organização que as “mulheres de conforto” foram recrutadas –, apoiado pelas líderes feministas sul-coreanas. Percebe-se que o ativismo feminista coreano, em defesa da justiça das mulheres que sofreram abusos durante a guerra, foi essencial para aumentar a consciência pública acerca dos problemas da exploração sexual de mulheres em conflitos, uma vez que, até então, pouco havia sido discutido sobre o assunto em âmbito mundial (OKAMOTO, 2013).

No final da década de 1980, inúmeras mulheres do movimento feminista coreano apresentaram, na Conferência Internacional sobre Mulheres e Turismo, suas pesquisas sobre as mulheres sul-coreanas exploradas sexualmente pelo exército japonês no período da colonização. Yun Chung-ok, professora da Universidade Feminina de Ewha, foi a principal pesquisadora a apresentar evidências sobre a existência das “mulheres de conforto” e uma das responsáveis por dar início ao movimento *Jeongsindae* de reparação (SOH, 1996). Foi a partir deste momento que a sociedade internacional passou a apresentar uma posição mais severa contra o governo japonês, exigindo que se responsabilizasse pela criação do sistema de conforto (KIMURA, 2015).

Pode-se notar que essa atitude internacional com relação ao caso das “mulheres de conforto” estava ligada ao problema referente aos direitos humanos das mulheres, uma vez que o Japão já vinha sendo criticado pela mídia internacional pela violação dos direitos humanos femininos, desde a década de 1980, devido ao tráfico de mulheres asiáticas para a indústria do turismo sexual que o Japão empreendia na época, de modo que o caso passou a ser tratado como um exemplo de como o país já praticava o tráfico de mulheres há muito tempo (THE TORONTO STAR, 1989, apud. KIMURA, 2015).

Em novembro de 1990, foi criado o Conselho Coreano para as Mulheres Vítimas da Escravidão Sexual pelo Japão⁶³, que tinha como objetivo tomar uma ação contra o governo japonês, exigindo dele o reconhecimento do crime cometido pelo exército e, também, a compensação das vítimas (ÁLVAREZ, 2016). Mais de 200 vítimas foram ouvidas pelo

⁶³ O Conselho Coreano é uma organização não-governamental que surgiu dos esforços de grupos feministas sul-coreanos que advogavam pela causa das “mulheres de conforto”. Foi criado com o objetivo de exigir uma posição do governo japonês sobre o caso e, até o momento do desenvolvimento da pesquisa, o Conselho Coreano continua trabalhando no sentido de solucionar a questão. Toda quarta-feira, em frente à Embaixada Japonesa em Seul, as representantes do Conselho se reúnem para uma manifestação com o objetivo de pressionar o Japão; há esforços para a anulação do tratado assinado em 2015 entre o Japão e a Coreia do Sul; o Conselho também levanta fundos para a prevenção de violência sexual em conflitos armados, assim como fornece auxílio a mulheres vítimas de violência sexual, especialmente da Ásia e da África.

Conselho Coreano, fato que ajudou a acelerar o processo de reparação. Além disso, ainda nesse mesmo ano, algumas mulheres entraram com ações formais contra o governo do Japão, pedindo não somente a admissão de culpa pelo ocorrido e a compensação financeira das sobreviventes, mas também um pedido formal de desculpas, a construção de um monumento em memória das vítimas e a correção de livros de história do Japão para ensinar aos japoneses sobre as “mulheres de conforto”.

Desde então, uma das políticas do Conselho, em conjunto com outros atores sociais, tem sido a apresentação de ações judiciais de vítimas de diversos países aos tribunais japoneses. De acordo com relatório do Conselho, até 2010 haviam sido ajuizadas 10 ações judiciais, todas elas indeferidas como processos que não pertencem aos tribunais, mas sim ao Congresso Nacional. Até à data, a única exceção foi a decisão do tribunal de Shimoniseki (Yamaguchi) que reconhece a ilegalidade da atividade e obriga à concessão de uma compensação financeira. Isso foi rejeitado pela Suprema Corte do Japão em 2003 (ÁLVAREZ, 2016, p. 100, tradução nossa)⁶⁴.

O governo do Japão, por sua vez, não admitiu envolvimento na gestão das estações de conforto inicialmente, uma vez que inúmeros historiadores e membros do governo negavam a existência das “mulheres de conforto”, argumentando que as acusações feitas por estas mulheres de que o Japão havia desenvolvido um sistema de escravidão sexual eram infundadas, baseando-se no fato de que não existiam, até aquele momento, provas documentais do ocorrido e invalidando os testemunhos dados pelas vítimas (OH, ISHIZAWA-GRBIĆ, 2000).

Mesmo que naquele período o país estivesse sofrendo forte pressão internacional para se responsabilizar pelo caso, existia uma grande parcela de políticos japoneses, da tradição liberal, que insistiam em negar a participação do Japão na organização do sistema de conforto. O Partido Liberal Democrático Japonês negava fortemente a prática de crimes de guerra pelo país durante o conflito, e reforçava a ideia de que o governo japonês havia se envolvido na guerra por questões de defesa nacional (SAND, 1999).

A negativa do governo japonês com relação à sua participação na organização do sistema de conforto era um argumento difícil de ser rebatido, uma vez que, ao fim da guerra, o

⁶⁴ Texto original: Desde entonces, una de las políticas del Consejo junto a otros actores sociales es la presentación de demandas judiciales de víctimas de diferentes países frente a tribunales en Japón. De acuerdo a un informe del Consejo (ver Cuadro 1), hasta el año 2010 se habían presentado 10 demandas todas desestimadas por ser casos que no le competen a los tribunales sino al congreso de la nación. A la fecha, la única excepción fue el fallo de la corte de Shimoniseki (Yamaguchi) que reconoce la ilegalidad de la actividad y obliga a otorgar compensación económica. Este fue desestimado por la Corte Suprema de Japón en 2003 (ÁLVAREZ, 2016, p. 100).

exército havia destruído a imensa maioria dos documentos que pudessem comprovar a participação do país no recrutamento das jovens para as estações de conforto. Desse modo, o Japão declarou que as estações eram bordéis privados que não possuíam ligação com o exército ou com o governo (SIKKA, 2009; LEE, 2014).

O Japão manteve este posicionamento até início de 1992, quando Yoshiaki Yoshimi, professor de história, afirmou ter encontrado provas concretas, a partir da descoberta de documentos oficiais, que comprovavam o envolvimento do Estado japonês no sistema que escravizou milhares de mulheres, além de ter conseguido testemunhos de soldados japoneses que iam de encontro com os depoimentos feitos pelas ex-“mulheres de conforto” (LADINO, 2009).

Yoshimi divulgou o seguinte documento, que estava presente na seção de arquivos da Força de Autodefesa japonesa:

De: Administração Militar, Ministério do Exército
Re: Sobre o recrutamento de consoladoras nos bordéis militares.
Para: Comandantes de divisão estacionados no norte e centro da China
Ao recrutar mulheres para a criação de bordéis militares na frente chinesa, [. . .] o método de recrutamento é semelhante ao sequestro. Portanto, alguns dos recrutadores tiveram problemas com a polícia local [japonesa]. O ministério pede o máximo cuidado na questão do recrutamento. Cada divisão militar enviada para a frente chinesa deve ter cuidado ao selecionar recrutadores. Ao manter relações estreitas com a polícia militar local e departamentos de polícia, esses recrutadores devem evitar causar danos à reputação do exército imperial japonês e à estabilidade social (YOSHIMI, 1992, p. 134-135 apud. OH, ISHIZAWA-GRBIĆ, 2000, p. 51, tradução nossa)⁶⁵.

Mesmo assim, o Japão negou até 1993 que tenha recrutado jovens coreanas através de coerção e negou a possibilidade de compensação material para as sobreviventes. O país continuou sustentando o argumento de que as mulheres que trabalhavam nas estações eram prostitutas que haviam se voluntariado, assim como negava a participação do exército no

⁶⁵ Texto original: From: Military Administration, Ministry of Army

Re: On the recruitment of comforters in the military brothels.

To: Division commanders stationed in North and Central China

In recruiting women for the creation of military brothels in the Chinese front, [. . .] the recruiting method is similar to kidnapping. Hence, some of the recruiters had trouble with the local [Japanese] police. The ministry asks for utmost care in the matter of recruitment. Each military division sent to the Chinese front must use caution in selecting recruiters. By maintaining close relationships with local military police and police departments, these recruiters must avoid causing harm to the reputation of the Japanese imperial army and social stability (YOSHIMI, 1992, p. 134-135 apud. OH, ISHIZAWA-GRBIĆ, 2000, p. 51)

recrutamento dessas jovens (LEE, 2014).

O próprio nome “mulher de conforto” tem a intenção de retirar a responsabilidade do Japão, uma vez que esta nomenclatura foi dada pelo próprio exército japonês como uma forma de afirmar que as mulheres que serviam nos bordéis tinham escolhido ir trabalhar nestes locais. Por este motivo, algumas sobreviventes, como Lee, optam por não se autodenominarem desta maneira (KOREA NOW, 2018).

Era possível notar que o problema era tratado pelos formadores de opinião e membros do governo japoneses como uma questão puramente de compensação econômica, ignorando as graves violações dos direitos humanos dessas mulheres (OKAMOTO, 2013).

Percebe-se, ainda, que havia uma necessidade de fazer parecer que as mulheres foram aos bordéis de maneira voluntária como uma forma de manter a base ideológica do nacionalismo japonês, uma vez que, ao assumir sua responsabilidade no ocorrido, o Japão estaria comprovando que seu espírito nacionalista, sob o qual o país havia conquistado diversas áreas durante o Império, não tinha sido capaz de proteger mulheres que não fossem japonesas (OH, ISHIZAWA-GRBIĆ, 2000).

O Conselho Coreano apresentou, em março de 1992, uma petição à Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, pedindo que as atrocidades cometidas pelo Estado japonês contra as mulheres sul-coreanas fossem investigadas e solicitando que a instituição ajudasse a pressionar o Japão a pagar indenizações individuais às vítimas. O sistema de “mulheres de conforto” foi considerado pela ONU um crime contra a humanidade, porém nada foi feito no sentido de reparação das sobreviventes (SOH, 1996).

Ainda em 1993, o então presidente coreano Kim Young Sam adotou uma postura de não exigência para que o Japão recompensasse as vítimas. Depois de forte pressão dos movimentos feministas e do Conselho Coreano, o governo coreano decidiu fornecer uma pensão mensal para todas as vítimas sobreviventes, e levantou o equivalente a 6.250 dólares para cada uma delas (OKAMOTO, 2013; AZENHA, 2018).

Pouco tempo depois, no mesmo ano, o governo japonês assumiu ter violado leis humanitárias internacionais e ter feito uso de coerção para atrair as jovens coreanas para as estações de conforto, culpabilizando recrutadores privados no desenvolvimento das estações (OKAMOTO, 2013).

No entanto, o Japão insistia que os problemas existentes entre o governo japonês e o governo sul-coreano gerados pelo período colonial haviam sido completamente resolvidos

através do Tratado de Relações Básicas, assinado em 1965⁶⁶, e que tinha sido o responsável por formalizar as relações diplomáticas entre os dois países, mesmo sem levar em consideração o caso das “mulheres de conforto” (YAMASHITA, 2009).

Após as fortes pressões internacionais para que o Japão tomasse uma atitude com relação ao caso, o Secretário Chefe do Gabinete do governo japonês, no ano de 1993, emitiu uma declaração assumindo, pela primeira vez, o envolvimento do exército imperial japonês na organização do sistema de conforto, confirmando a utilização de coerção para o recrutamento das jovens que trabalhavam nos bordéis. No documento, ainda, o Secretário fez um pedido de desculpas às vítimas (SAND, 1999; ROBINSON, 2007, apud SIKKA, 2009; LEE, 2014).

Pode-se notar, contudo, que o Japão não considerava a possibilidade de compensar financeiramente as vítimas, utilizando-se do argumento de que os acordos assinados com a Coreia do Sul impossibilitavam a reparação por crimes que haviam sido cometidos durante o período da colonização (LEE, 2014).

Além disso, é importante notar que parte da relutância japonesa em assumir plenamente a responsabilidade sobre o caso vem do fato de que o sistema de conforto foi desenvolvido e colocado em prática antes do estabelecimento da tipificação da violência sexual em larga escala como uma forma de genocídio.

Como foi visto no primeiro capítulo, o reconhecimento da violência sexual como uma questão de Direito Internacional e Política Externa é recente. Anteriormente, o estupro era considerado como um subproduto de períodos conflituosos, mas a partir da década de 1990 passou a ser visto como uma estratégia militar, mudança de perspectiva considerada como um importante salto no pensamento contemporâneo acerca da violência sexual em guerras (MORAES; COIMBRA, 2015).

Embora, no contexto da Segunda Guerra Mundial, existam inúmeros exemplos da utilização da violência sexual como estratégia militar – não apenas empreendida pelo Japão, mas também como ocorreu na União Soviética e na Alemanha Nazista – é importante salientar que os Tribunais de Nuremberg e de Tóquio não trataram da questão, apesar de serem tribunais importantes para o Direito Internacional (HALLEY, 2008).

As primeiras regras que surgiram acerca dos direitos das mulheres ocorreram nas Convenções de Genebra de 1949, que previam a proteção das mulheres e a proibição de estupro,

⁶⁶ O tratado foi mediado pelos Estados Unidos e constituiu a primeira vez que o Japão assumiu a responsabilidade pela exploração a qual submeteu o povo coreano durante o período da Dominação Japonesa. Por meio do tratado, o Japão e a Coreia do Sul restabeleceram suas relações diplomáticas, dando como encerrados os problemas que haviam ocorrido na época da colonização (CHA, 1996). No entanto, o caso das “mulheres de conforto” não foi tratado nas negociações.

prostituição forçada e assédio. No entanto, não havia uma determinação clara de possíveis punições à sua prática. Sendo assim, um dos pontos de luta das feministas era combater a impunidade à prática da violência sexual durante períodos de guerra (MORAES; COIMBRA, 2015).

Atualmente, esta forma de violência é reconhecida pelos principais órgãos de Direito Internacional como um ato de genocídio ou crime de guerra, sendo possível notar que houve um forte movimento de criminalização internacional do estupro (ENGLE, 2005; BERGOFFEN, 2009; BUSS, 2009, apud. MORAES; COIMBRA, 2015). O Conselho de Segurança da ONU travou discussões sobre a prática de estupros durante conflitos armados e condenou o uso de violência sexual como uma tática de guerra (ONU, 2008, apud. MORAES; COIMBRA, 2015).

O estupro passou a ser reconhecido como um crime de guerra através dos tribunais criminais internacionais da ex-Iugoslávia e de Ruanda (BUSS, 2009, apud. MORAES; COIMBRA, 2015). A conceituação da violência sexual como arma de guerra tornou-se fator essencial para que, posteriormente, teóricas feministas questionassem a ideia de que o estupro é um efeito inevitável da guerra que seria apenas desencadeado por impulsos sexuais masculinos (BAAZ; STERN, 2010, apud. MORAES; COIMBRA, 2015). Entende-se, a partir daí, que o estupro como arma de guerra acontece como parte de uma campanha política sistemática que possua objetivos estratégicos para o grupo armado (SKJELSBAEK, 2001, apud. MORAES; COIMBRA, 2015).

Portanto, reconhecer estupro enquanto crime contra a humanidade requer a demonstração de que o ato de estupro ocorreu como parte de um ataque generalizado e sistemático contra qualquer população civil por razões nacionais, políticas, étnicas, raciais ou religiosas. Por outro lado, para que o estupro seja equiparado ao genocídio, ele deverá ter sido praticado com o propósito de destruir parcial ou inteiramente grupos nacionais, étnicos, raciais ou religiosos. Em ambos os casos, estupro é considerado um crime contra a coletividade. Ainda que haja uma vítima individualizada, torna-se crime contra a humanidade ou genocídio por ser direcionado contra uma comunidade através da prática de um ato isolado de violência sexual (BUSS, 2009, apud. MORAES; COIMBRA, 2015, p. 358-359).

Este marco histórico é essencial para entender os motivos que levaram o Japão a se negar a acatar as exigências das sobreviventes dos bordéis militares construídos durante a Segunda Guerra Mundial, bem como levam a diversos crimes de guerra permanecerem sem resolução.

É evidente que inúmeros casos de violações sexuais e outros crimes de guerra que ocorreram no período anterior à criação da Organização das Nações Unidas e do desenvolvimento das leis internacionais que versam sobre o assunto são difíceis de serem solucionados, devido ao argumento de que, como o crime ocorreu antes de sua proibição, seria impossível julgar seus autores.

Um dos argumentos utilizados pelo governo japonês para não ceder às exigências feitas pelas ex-“mulheres de conforto” era justamente esse, uma vez que o caso havia acontecido anos antes das Convenções de Genebra, e muitas décadas antes do reconhecimento da violência sexual como um crime de guerra.

É importante, no entanto, pontuar que, embora as leis acerca da proibição da violência sexual durante períodos de guerra tenham surgido posteriormente ao desenvolvimento do sistema de conforto pelo Japão, existiam alguns tratados que haviam sido firmados anos antes da Segunda Guerra Mundial e dos quais o governo japonês era signatário.

O Japão havia assinado quatro tratados no período anterior à criação dos bordéis militares e do recrutamento de mulheres coreanas para servirem nestes locais. Eram eles:

O Acordo Internacional para a Supressão do Tráfico de Escravos Brancos (1904), A Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Escravos Brancos (1910), A Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças (1921) e A Convenção Internacional para a Supressão de Tráfico de Mulheres Adultas e Crianças (1933) (SIKKA, 2009, p. 20, tradução nossa)⁶⁷.

Antes do início do conflito com a China, o Japão era signatário dos três primeiros tratados, enquanto o quarto não foi oficialmente ratificado. Ainda assim, pode-se perceber que, à época do desenvolvimento do sistema de conforto, forçar mulheres, especialmente menores de idade, a se deslocar de seus locais de origem para servir como escravas sexuais era proibido como consequências destes tratados (SIKKA, 2009).

Os tratados que definiam a proibição de tráfico de crianças estipulavam de maneiras distintas a definição de mulheres menores de idade. O segundo tratado considerava a maioria a partir dos 20 anos, enquanto o terceiro definia que a maioria começava a partir dos 21 anos (SIKKA, 2009). Como foi apresentado, grande parte das mulheres que frequentaram as estações de conforto tinham entre 14 e 18 anos, e o exército japonês escolhia

⁶⁷ Texto original: The International Agreement for the Suppression for White Slave Traffic (1904), The International Convention for the Suppression for White Slave Traffic (1910), The International Convention for the Suppression of Traffic in Women and Children (1921) and The International Convention for the Suppression of Traffic in Adult Women and Girls (1933) (SIKKA, 2009, p. 20).

deliberadamente mulheres que eram menores de idade por presumirem que eram mulheres virgens.

Sendo assim, o que é possível perceber é que o Japão agiu contrariamente ao que estava disposto nos tratados dos quais era signatário, podendo-se concluir que, embora as leis internacionais acerca da proibição do estupro sejam recentes, o país ainda assim agiu de forma criminosa ao escravizar sexualmente mulheres menores de idade e ao realizar um forte sistema de tráfico de mulheres entre suas colônias. Por este motivo, o argumento usado pelo argumento japonês de que não haveria obrigação de fornecer às vítimas aquilo que elas exigem por não existirem leis internacionais que versassem sobre a violência sexual não se aplica ao caso.

Mesmo assim, no ano de 1994, ao ser questionado pela comunidade internacional sobre uma possível compensação financeira às sobreviventes devido às violações de direitos humanos ocorridas, o Japão tratou do assunto em âmbito não-governamental, propondo a angariação de fundos privados, por meio da criação do Fundo de Mulheres Asiáticas, que previa assistência médica e financeira às vítimas (SOH, 1996; YAMASHITA, 2009).

O Fundo foi classificado como uma organização não-governamental e os funcionários não eram membros ligados ao governo japonês. Os fundos arrecadados seriam doados por organizações financeiras, assim como pela população civil, e seriam usados para auxiliar as ex-“mulheres de conforto”. O Fundo seria controlado pelo governo japonês e deveria durar por cinco anos. Os objetivos eram, além do pagamento de indenizações, a criação de programas de bem-estar para as vítimas, pesquisas para a produção de registros históricos das “estações de conforto” e o incentivo a programas de prevenção à violência contra a mulher (LADINO, 2009). No entanto, o Fundo sofreu grande pressão negativa de grupos feministas de diversos países asiáticos, além de ter sido mal visto por parte do setor financeiro japonês (SOH, 2003).

O Conselho Coreano negou a proposta, alegando que esse era um plano dos japoneses para retirar sua responsabilidade sobre o ocorrido, uma vez que o Fundo possuía um caráter não oficial e não receberia fundos do governo japonês, dependendo apenas de arrecadação privada (YAMASHITA, 2009; OKAMOTO, 2013).

Entre os motivos que levaram o Conselho a negar o Fundo estavam, em primeiro lugar, o fato de que o dinheiro dado pelo governo japonês cobria somente a administração do Fundo, de modo que as indenizações seriam feitas com dinheiro vindo de doativos privados; em segundo lugar, porque o Japão não havia fornecido nenhum pedido de desculpas formal às “mulheres de conforto”, nem admitido a culpa pelo ocorrido. As organizações de mulheres envolvidas no movimento *Jeongsindae* de reparação afirmaram que esse dinheiro serviria como

uma maneira de comprar o silêncio das vítimas, de modo que a grande maioria delas não aceitou o pagamento e apenas sete delas receberam o dinheiro (OKAMOTO, 2013).

O Fundo foi oficialmente encerrado apenas no ano de 2007, depois de ter falhado em obter os resultados que o governo esperava (YAMASHITA, 2009).

No dia 06 de fevereiro de 1996, a ONU condenou, oficialmente, o Japão pela escravidão sexual de milhares de mulheres durante o período da Segunda Guerra Mundial, prolatando que o governo japonês deveria identificar e punir os culpados, compensar as vítimas e ensinar aos jovens japoneses sobre a história das “mulheres de conforto” (SOH, 1996). Vale ressaltar que essas são algumas das principais reivindicações feitas pelo Movimento *Jeongsindae*.

Embora o governo japonês tenha sido capaz de prevenir que ações mais sérias fossem tomadas (LADINO, 2009), a condenação por parte da ONU deu força para outra ação promovida pelo Conselho Coreano em nome das vítimas.

Entre abril de 1998 e dezembro de 2000, em Tóquio, foi realizado o Tribunal Internacional de Crimes de Guerra contra Mulheres, que tinha como objetivo investigar e julgar a participação do Japão no sistema de “estações de conforto” (LADINO, 2009). O Tribunal foi organizado por atores sociais de países como Coreia do Sul, Japão, Filipinas, Indonésia, China, Holanda e Taiwan, assim como ONGs especializadas em direitos humanos e grupos feministas, de modo que se tratou de um Tribunal organizado pela sociedade civil (DOLGOPOL, 2003; ÁLVAREZ, 2016).

A contínua ausência de respostas que pudessem ajudar as sobreviventes do SC incentivou à organização do primeiro Tribunal Internacional de Mulheres sobre a Escravidão Sexual Japonesa em Tóquio⁵⁶(cf. Kim, 2006). Organizado num consórcio de organizações não-governamentais (NGO) ⁵⁷ contou com a presença do Korean Council que participou na discussão, através da partilha dos resultados da investigação sobre o SC. Com o objetivo de corrigir as falhas do Tribunal de Guerra de Tóquio, neste tribunal marcaram presença as sobreviventes de várias nacionalidades que prestaram o seu contributo através da partilha dos seus testemunhos enquanto MC (KIM, 2006, apud. AZENHA, 2018, p. 47).

Tratou-se, portanto, da culminação dos esforços empreendidos pelas ex-“mulheres de conforto”, organizações não governamentais e indivíduos da sociedade civil que tinham a intenção de pressionar o Japão a fornecer uma resposta contundente acerca das violações de guerra e crimes contra a humanidade cometidos durante a Segunda Guerra Mundial. Importante notar que o Japão foi convidado a participar das discussões, mas não enviou nenhum representante (DOLGOPOL, 2003), deixando evidente a pouca importância que dava ao caso.

O Tribunal foi resultado dos trabalhos de três organizações não-governamentais ligadas às “mulheres de conforto”: o Conselho Coreano, que funciona na Coreia do Sul e atua diretamente com as ex-“mulheres de conforto”; o Centro Asiático de Direitos Humanos da Mulher (ASCENT, em inglês), grupo feminista que tem sede nas Filipinas; e a Rede contra Violência contra Mulheres em Guerra (VAWW-NET Japan, em inglês), grupo japonês que advoga pela causa das “mulheres de conforto” no Japão (DOLGOPOL, 2003; DOLGOPOL, 2006).

Quatro juízes, reconhecidos internacionalmente por sua integridade e seu comprometimento com os direitos humanos, foram escolhidos para ouvir os testemunhos. Ficou decidido que o julgamento aconteceria com base nas leis internacionais desenvolvidas em 1946, com o Tribunal de Tóquio, para reforçar que o país deveria ter sido julgado pelo crime logo ao fim da guerra (DOLGOPOL, 2006).

Inúmeras vítimas de diversos países, assim como soldados japoneses, foram ouvidas, totalizando cerca de 500 pessoas estrangeiras e 600 pessoas do Japão (ÁLVAREZ, 2016).

As discussões foram realizadas com as sobreviventes durante a fase preparatória. Ficou claro que eles queriam que o Tribunal se concentrasse, em parte, na responsabilidade criminal do governo e dos oficiais militares pelo que lhes havia acontecido. É uma fonte contínua de pesar para as mulheres que nenhum funcionário jamais tenha sido levado a julgamento pelos crimes cometidos contra elas. Embora reconhecendo que o julgamento do Tribunal não seria executável no sentido de que nenhum dos réus nomeados seria punido se fosse considerado culpado de um crime, as mulheres sentiram fortemente que uma decisão pública de responsabilidade criminal por parte dos funcionários japoneses as ajudaria a encontrar paz dentro de si (DOLGOPOL, 2003, p. 243, tradução nossa)⁶⁸.

Ao final das discussões, o veredito estabelecido pelo Tribunal foi que o governo japonês é responsável por ter recrutado de maneira forçada as escravas sexuais militares, da mesma forma que o Imperador Hirohito tinha conhecimento da existência deste sistema de escravidão sexual que esteve em funcionamento entre 1937 e 1945. De acordo com o relatório do Tribunal, o Japão violou a Convenção Internacional para Supressão de Tráfico de Mulheres e Crianças

⁶⁸ Texto original: Discussions were held with the survivors throughout the preparatory phase. It became apparent that they wanted the Tribunal to focus, in part, on the criminal responsibility of government and military officials for what had happened to them. It is a continuing source of regret to the women that no official has ever been brought to trial for the crimes committed against them. Although recognising that the judgment of the Tribunal would not be enforceable in the sense that none of the named defendants would be punished if found guilty of an offence, the women felt strongly that a public finding of criminal responsibility on the part of Japanese officials would assist in helping them to find peace within themselves (DOLGOPOL, 2003, p. 243).

(1925), a Convenção Internacional da Organização do Trabalho (1932) e a Convenção de Haia (1911). Além disso, houve a definição de que o sistema de conforto, promovido pelo governo japonês, se enquadraria em um crime contra a humanidade, que pode ser entendido como atos que ocorrem de maneira generalizada ou sistemática, no qual o caso das “mulheres de conforto” pode ser visto como exemplo (DOLGOPOL, 2003; LADINO, 2009; ÁLVAREZ, 2016).

Embora o Tribunal não tivesse jurisprudência para julgar judicialmente o Japão, os juízes que foram escolhidos para ouvir aos relatos, ao fazerem seu julgamento, levaram em consideração as leis dispostas no Tribunal de Tóquio, que ocorreu em 1946. Em adição, o Tribunal também se utilizou de conceitos de crimes contra a humanidade, assim como conceitos anteriores aos Tribunais de Nuremberg e de Tóquio que consideravam estupro como um crime. Além disso, também se utilizaram de disposições presentes no julgamento de Nuremberg que versavam sobre escravidão e violência sexual (DOLGOPOL, 2006).

Pode-se perceber que houve um esforço por parte dos juízes presentes no Tribunal para demonstrar que o Japão não só era culpado e havia cometido um crime de guerra ao desenvolver o sistema de conforto, mas também deveria ter sido julgado logo após ao fim do conflito. O resultado final do Tribunal não deixa dúvidas de que o país deve assumir a responsabilidade que tem sobre o caso.

Apesar disso e da repercussão regional e internacional da decisão, o Tribunal não possuía jurisdição legal, por ser constituído por civis. De fato, o Tribunal não se tratava de um produto estatal, de maneira que seu próprio estatuto reafirmava que o objetivo central do Tribunal não era substituir o papel de tribunais estatais, e sim construir um registro histórico que pudesse ser utilizado como base para os pedidos de reparação (JAYASIMHA, 2001). Sendo assim, não se observaram consequências significativas para o governo japonês, de modo que o problema não foi solucionado (LADINO, 2009; ÁLVAREZ, 2016).

Embora muitos esforços tenham sido feitos em busca de um pedido formal de desculpas vindo do Japão, até os dias atuais, a questão permanece sem uma resolução, uma vez que o Japão ainda não forneceu as demandas exigidas pelas vítimas. Por este motivo, o Conselho Coreano, em conjunto com movimentos feministas sul-coreanos, permanece pressionando o governo japonês, assim como organiza projetos a fim de dar auxílio para as ex-“mulheres de conforto” e outras vítimas de abusos sexuais em conflitos armados.

Um bom exemplo disso são as manifestações semanais organizadas pelo Conselho. Toda semana às quartas-feiras ao meio-dia, desde o dia 8 de janeiro de 1992, as vítimas se reúnem ao lado de representantes do Conselho Coreano e de outros grupos sociais e marcham

até a frente da Embaixada do Japão em Seul, com o objetivo de pressionar o governo japonês e exigir justiça pelo ocorrido (ÁLVAREZ, 2016; AZENHA, 2018).

As manifestações semanais contam com uma estrutura pré-definida que é, atualmente, publicada nas redes sociais do Conselho Coreano, e ocorrem atividades como dança e discursos de voluntários e sobreviventes (AZENHA, 2018).

Em geral, os ativistas lembram ao governo do Japão suas demandas e, muitas vezes, as próprias vítimas falam sobre o horror sofrido e a dor causada pela indiferença do Japão. De acordo com o material de arquivo (fotografias e vídeos), nos primeiros anos, um pequeno grupo de militantes participou: membros do Conselho e vários grupos religiosos (cristãos e budistas) que também tiveram um papel muito ativo na luta dessas mulheres. Atualmente, existem mais voluntários e ativistas, embora haja menos e menos vítimas vivas e em condições físicas de marchamento (ÁLVAREZ, 2016, p. 100-101, tradução nossa)⁶⁹.

Esta manifestação constitui um dos principais emblemas da luta das ex-“mulheres de conforto” sul-coreanas. No ano de 2011, quando a marcha de número 1000 aconteceu, uma estátua conhecida como “Monumento da Paz” de uma jovem mulher sentada com uma bacia vazia ao seu lado representando a espera pela paz foi doada ao Conselho Coreano por uma artista do país. A estátua foi feita a partir de relatos das sobreviventes e retrata a imagem da jovem com um traje tradicional coreano, conhecido como Hanbok. A estátua veio a se tornar um símbolo das reivindicações dessas mulheres, sendo utilizada em outras manifestações mesmo em outros países (ÁLVAREZ, 2016; AZENHA, 2018).

Na fase final de cada manifestação, são lembrados os pedidos das sobreviventes, os quais se encontram incorporados pelo Korean Council nos seus objetivos: (1) reconhecimento dos crimes de guerra; (2) revelar a verdade sobre a mobilização militar através do SC; (3) realização de um pedido de desculpas oficial; (4) efetuar compensações às vítimas sobreviventes; (5) punir os perpetradores pelos crimes de guerra; (6) registro fiel do crime nos livros de história e (7) erigir um monumento e museu pelas vítimas (AZENHA, 2018, p. 51).

⁶⁹ Texto original: En general, los activistas le recuerdan al gobierno de Japón sus demandas y, muchas veces, las propias víctimas cuentan el horror sufrido y el dolor causado por la indiferencia de Japón. De acuerdo al material de archivo (fotografías y videos), en los primeros años participaba un grupo reducido de militantes: miembros del Consejo y varios grupos religiosos (cristianos y budistas) que han tenido también un rol muy activo en la lucha de estas mujeres. En la actualidad, concurren más voluntarios y activistas, aunque hay cada vez menos víctimas vivas y en condiciones físicas de marchar (ÁLVAREZ, 2016, p. 100-101)

Figura 4 – Estátua em Seul, Coreia do Sul, simbolizando as “mulheres de conforto”.



Fonte: JAPAN... (2021).

Outro exemplo dos projetos promovidos pelo Conselho Coreano é a chama House of Sharing, ou *Nanum Hui-jib*.

A House of Sharing é um alojamento gratuito construído pelo Conselho Coreano, com o apoio do Comitê de Direitos Humanos Budista, no dia 3 de outubro de 1992 com o objetivo de fornecer moradia permanente para as vítimas do sistema de conforto que estivessem na Coreia do Sul. No ano de 1995, foi construída uma nova unidade na cidade de Gwanju, visando suprir a alta procura pela moradia. Pouco tempo depois, em 1998, o Conselho Coreano inaugurou o “Museum of Sexual Slavery by Japanese Military” com a intenção de contar a histórias das ex-“mulheres de conforto”, assim como expor as pinturas e obras de arte que foram produzidas pelas vítimas residentes da casa (AZENHA, 2018).

No ano de 2016, a House of Sharing abrigava entre 10 e 12 sobreviventes, duas delas sendo residentes não-permanentes. As atividades promovidas na casa incluem aulas de pintura, leitura e escrita, visitas guiadas pelo museu e alojamento social no qual é possível ter contato direto com as vítimas, através de marcação prévia, assim como a participação das residentes nas manifestações semanais (AZENHA, 2018).

O Conselho, buscando atuar de maneira mais ampla com relação aos casos de violência sexual em conflitos armados, criou em março de 2012 o “Butterfly Fund”, com participação direta de Kim Bok-dong e Gil Won-ok, duas ex-“mulheres de conforto”, tendo como objetivo

apoiar vítimas de violência sexual em diversos conflitos armados em outros países, com foco principal no continente africano (LEE, 2020).

O Conselho Coreano, portanto, continua promovendo campanhas com o objetivo de aumentar a visibilidade da causa das ex-“mulheres de conforto”.

Por exemplo, em janeiro de 2010, eles realizaram uma campanha em rede para coletar assinaturas e, assim, endossar a apresentação de uma petição para resolver a questão na Assembleia do Japão. Isso começou na Coreia do Sul e no Japão e se espalhou para países como Estados Unidos, Alemanha, Canadá, Tailândia e Polônia. Depois de coletar mais de 610.000 assinaturas, a petição foi enviada em 25 de novembro de 2011, dia internacional pela eliminação da violência contra as mulheres (CONSEJO COREANO, 2013, apud. ÁLVAREZ, 2016, p. 102, tradução nossa)⁷⁰.

Figura 5 – Jovens sul-coreanas protestando em Seul, em frente às estátuas de “mulheres de conforto”.



Fonte: GERSEN (2021).

No dia 28 de dezembro de 2015, contudo, os governos da Coreia do Sul e do Japão chegaram a um acordo considerado histórico acerca da questão das “mulheres de conforto”. Na

⁷⁰ Texto original: Por ejemplo, en enero de 2010 realizaron en red una campaña para juntar firmas y así avalar la presentación de una petición para resolver el tema en la Asamblea de Japón. Esta se inició en Corea del Sur y Japón, y se extendió a países como los Estados Unidos, Alemania, Canadá, Tailandia y Polonia. Luego de juntar más de 610.000 firmas, la petición fue enviada el 25 de noviembre de 2011, día internacional para la eliminación de la violencia contra la mujer (CONSEJO COREANO, 2013, apud. ÁLVAREZ, 2016, p. 102).

ocasião, o ministro das Relações Exteriores japonês, Fumio Kishida, afirmou que o país estava ciente de que o ocorrido constituía grave afronta à honra e à dignidade das milhares de mulheres que passaram pelas estações de conforto, reconhecendo assim a responsabilidade do governo japonês. Foi anunciado, assim, a criação de um novo fundo, gerido pelo Japão e pela Coreia do Sul⁷¹, que tinha como objetivo compensar financeiramente às vítimas (YASUNAGA, 2016).

No entanto, o acordo não foi bem recebido pelas vítimas e demais movimentos feministas de apoio à causa. O Conselho Coreano afirmou que o assunto não poderia ter fim sem que as sobreviventes fossem ouvidas, caracterizando o acordo como mais uma tentativa dos líderes de Estado para silenciar a questão (YASUNAGA, 2016).

Lee, uma das vítimas, afirmou que chegou a conversar com o Ministro das Relações Exteriores sul-coreano, Kang KyungHwa, pedindo que o país devolvesse o dinheiro ao Japão, uma vez que o que ela e as demais mulheres que haviam passado pelos bordéis queriam era que o governo japonês apresentasse um pedido sincero de perdão, o que ainda não tinha sido feito (KOREA NOW, 2018).

Kim Bok-dong, em seu depoimento para o Asian Boss (2018), reforçou o descontentamento das vítimas com relação ao acordo, afirmando que se tratava de um acordo unilateral no qual suas opiniões não haviam sido ouvidas, de modo que o governo parecia estar apenas tentando livrar-se do problema (ASIAN BOSS, 2018). Quando perguntada sobre o que realmente queria, Kim respondeu:

O que eu quero é um pedido de desculpas do Japão por ter nos arrastado e nos feito sofrer. Eu quero um pedido formal de desculpas. Eles deveriam dizer “o que fizemos foi completamente errado, e vamos corrigir nossos livros de história”. E dizer-nos “pedimos desculpas sinceramente”. Se eles escrevessem esse tipo de pedido de desculpas formal, então podemos perdoá-los. Não se trata de dinheiro. Eles continuam tentando fazer com que esse problema desapareça. E somos nós que estamos constantemente lutando para que isso não aconteça. É história (ASIAN BOSS, 2018, s.p., tradução nossa)⁷².

A questão permanece sem solução, de modo que fica evidente que, sem procedimentos

⁷¹ Através do acordo, o Japão se comprometeu a fornecer 1 bilhão de ienes à uma fundação do governo sul-coreano que tem como objetivo auxiliar as ex-“mulheres de conforto” (KUMAGAI, 2016).

⁷² Texto original: What I want is an apology from Japan for having dragged us away and making us suffer. I want a formal apology. They should say “what we did was completely wrong, and we’ll correct our history textbooks”. And say to us “we sincerely apologize”. If they wrote that kind of formal apology, then we can forgive them. This is not about the money. They keep trying to make this issue go away. And we are the ones who are constantly fighting so that it doesn’t happen. It’s history (ASIAN BOSS, 2018, s.p.).

legais suficientemente fortes, o Japão não irá assumir a culpa pelo ocorrido. As mulheres que foram abusadas sexualmente durante a Segunda Guerra Mundial responsabilizam o Estado japonês pelas atrocidades às quais foram submetidas e, para elas, é importante que o Japão tome medidas para se redimir e recompensar as vítimas que fez o mais rápido possível.

É evidente que o governo japonês se apoia no fato de que as vítimas são mulheres em idade avançada e a cada ano que passa há menos delas vivas. O país, desta forma, tem tentado adiar a resolução do problema, em uma tentativa de fazer com que as reivindicações percam força à medida em que as sobreviventes falecem. O Japão não tem interesse em reconhecer a culpa que tem no ocorrido.

Como Kim Bok-dong disse ao Asian Boss (2018), o que as mulheres sobreviventes querem é que o governo japonês assuma totalmente sua responsabilidade e admita o crime que foi cometido, se comprometendo a modificar os livros de história japoneses para que a verdadeira história das “mulheres de conforto” seja conhecida.

Para elas, não se trata apenas de uma questão financeira, como muitos políticos japoneses tentaram fazer parecer para minimizar a problemática. As sobreviventes olham para o reconhecimento do Japão acerca da problemática e o consequente pedido de desculpas formal como uma forma de obter novamente sua dignidade, que foi retirada por meio da violação que sofreram no período.

De acordo com o que foi visto acerca da teoria de Wood, a utilização da violência sexual como uma estratégia é um fator decisivo para que líderes militares e grupos armados sejam responsabilizados por crimes de guerra e crimes contra a humanidade, em conformidade com as leis internacionais desenvolvidas depois da Guerra da Bósnia e do genocídio de Ruanda, que definiram a violência sexual em larga escala como uma forma de genocídio e, portanto, a transformou em crime.

A partir disso, o que se pode concluir é que o governo japonês tem responsabilidade sobre o desenvolvimento das estações de conforto, por ter utilizado a violência sexual como uma estratégia de guerra, devendo, portanto, acatar as exigências feitas pelas vítimas. Embora juridicamente seja problemático responsabilizar o Estado japonês, não há dúvidas de que o país cometeu um crime contra essas mulheres e, por isso, deve agir no sentido de tentar minimizar as consequências que suas ações durante o período de guerra tiveram para as vidas das ex-“mulheres de conforto”.

Nesse sentido, de acordo com o que foi exposto acerca da teoria de Wood, pode-se afirmar que o sistema de “mulheres de conforto” implementado pelo exército imperial japonês

durante a Segunda Guerra Mundial consiste num caso no qual a violência sexual foi utilizada como estratégia pelos comandantes, justificado pelo fato de que as jovens eram feitas de escravas sexuais, a mando dos líderes do exército e do Estado japonês, com o intuito de compensar os soldados, de modo a “satisfazer suas necessidades sexuais”. Além disso, esse sistema funcionava como forma de controlar as tropas do exército, com o objetivo de impedir que algo parecido com o Massacre de Nanquim, em que os soldados japoneses estupraram milhares de mulheres, voltasse a ocorrer.

Por este motivo, a pesquisa em questão constitui importante relevância. Não há, em nível nacional e internacional, qualquer estudo aprofundado sobre o caso das “mulheres de conforto” partindo da teoria de Wood. A autora permite um entendimento pouco comum do caso, que corrobora em muito com as reivindicações das vítimas, de que o exército imperial japonês organizou e implementou bordéis militares visando benefícios militares, possibilitando a exigência feita por elas de que o governo do Japão deve se responsabilizar pelo que fez.

Sendo assim, estudo desse caso a partir da hipótese teórica de Elisabeth Jean Wood da violência sexual como estratégia se mostra de grande importância teórica e empírica, tanto em nível internacional, acompanhando uma tendência bibliográfica altamente relevante, quanto em termos nacionais, considerando os raros estudos seja sobre essa grande teórica feminista das Relações Internacionais seja desse caso paradigmático de violência sexual em conflitos armados na academia brasileira.

Dessa forma, pode-se entender, então, que o exército imperial japonês deve ser considerado culpado pelas violações sofridas pelas ex-“mulheres de conforto”, de modo que é importante que o governo japonês seja julgado e responsabilizado pelas leis internacionais por crime contra a humanidade e pela violação dos direitos humanos de milhares de mulheres, fornecendo às sobreviventes as recompensas exigidas por elas.

De acordo com o que foi apresentado, portanto, pode-se entender o motivo pelo qual a teoria de Wood foi escolhida para o desenvolvimento da pesquisa. É evidente que o exército imperial japonês, sob ordens do governo do Japão, foi o responsável por desenvolver o sistema de “mulheres de conforto”, como uma forma de obter benefícios e fornecer recompensas aos soldados japoneses. Além disso, os relatos ouvidos destes soldados demonstram a forte relação entre as ordens fornecidas pelos líderes militares e as violações empreendidas durante as guerras. Devido a isso, a autora possui importante contribuição para o entendimento do caso, em uma análise inédita, tanto a nível nacional, quanto internacional.

4.6 Conclusão do capítulo

Neste capítulo foi demonstrada de maneira clara o modo como o Japão fez uso da violência sexual como uma estratégia político-militar com o objetivo de trazer benefícios ao Exército Imperial durante a Segunda Guerra Mundial, visando levando o moral do grupo, assim como controlar a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, evitar que os soldados estuprassem as mulheres locais, e impedir o contato deles com pessoas não pertencentes ao exército. Este sistema foi a maneira encontrada pelo governo japonês de fazer com que os soldados se mantivessem ativos na guerra.

Como foi visto, de acordo com Wood, a violência sexual estratégica é utilizada para que um determinado grupo armado possa obter vantagens táticas, sejam elas quais forem, em um conflito, de modo que fica evidente que o sistema de conforto desenvolvido pelo Japão é um exemplo claro no qual houve a utilização desta forma de violência sexual.

Sendo assim, embora não seja o objetivo do presente trabalho, é necessário que se compreenda que o Japão cometeu um crime de guerra, nos termos propostos pela Organização das Nações Unidas, assim como o Tribunal Penal Internacional, criado na década de 1990, de maneira que o país deve se responsabilizar ativamente por este crime e fornecer às vítimas sobreviventes aquilo que elas exigem.

A questão permanece sem uma resolução satisfatória até o momento em que este trabalho foi escrito, fazendo com que seja de grande urgência que o Japão tome a responsabilidade necessária, uma vez que restam poucas sobreviventes ainda vivas. O Conselho Coreano, em conjunto com os movimentos feministas sul-coreanos continua exigindo que o Japão faça um pedido formal de desculpas às vítimas, em busca de restaurar a dignidade dessas mulheres, e reconstruir a história para que mais pessoas possam conhecer a maneira como o Japão agiu durante a Segunda Guerra Mundial.

5. Considerações finais e propostas de análises

O caso das “mulheres de conforto” coreanas é um dos mais emblemáticos exemplos de como a violência sexual é utilizada por grupos armados com objetivos estratégicos claros, visando obter vantagens táticas em períodos de guerra e evidenciando a vulnerabilidade da mulher em regiões de conflito.

O Exército Japonês Imperial, durante a Segunda Guerra Mundial, desenvolveu um sistema de escravidão sexual que foi aplicado em toda a região dominada pelo Império durante a guerra, como uma estratégia militar bem definida em prol de um objetivo militar também bem definido.

Como foi possível notar, as “mulheres de conforto” tinham uma importância estratégica para os militares japoneses, considerando a crença de que, ao permitir que os soldados tivessem acesso irrestrito a elas, isso faria com que os casos de estupro nas regiões dominadas diminuíssem, permitindo que a imagem do Exército ficasse intacta perante a comunidade internacional e os grupos dominados.

A teoria da autora Elisabeth Jean Wood trabalha diretamente com o conceito de violência sexual estratégica, definindo que se trata de uma forma de violência sexual aplicada pelos grupos armados, sendo eles estatais ou não, com um objetivo claro, uma vez que as lideranças militares observam que é possível obter vantagens por meio da exploração sexual, em especial, de mulheres. Essas vantagens podem ser das mais variadas. Há grupos que se utilizam da violência sexual como uma forma de limpeza étnica, alguns se utilizam dela como uma recompensa para seus soldados. Há alguns que a utilizam como um instrumento de terror contra o grupo que se pretende dominar, entre outras motivações.

Sendo assim, a teoria desenvolvida pela autora é de suma importância para que se possa compreender a forma como a violência sexual aparece em cada conflito armado, possibilitando, ainda, entender as diferenças nos padrões de violência aplicados por cada grupo armado envolvido no conflito a ser analisado. No caso das “mulheres de conforto”, a teoria da autora foi especialmente importante para que se pudesse compreender o modo como o exército do Japão se utilizou da violência sexual como uma estratégia político-militar, com o objetivo de obter vantagens táticas durante o conflito.

Como foi visto, o sistema de conforto, desenvolvido pelo exército japonês em conjunto com o governo do país foi parte essencial da política e estratégia de guerra aplicada pelo Japão durante o conflito, de modo que estas mulheres funcionavam como uma forma de impedir que

os soldados japoneses estuprassem as mulheres locais das regiões dominadas, impedindo que a imagem do exército ficasse prejudicada perante as populações que o exército visava dominar. Para o exército, os corpos femininos funcionaram como objetos com função estritamente sexual que deveriam estar à disposição para quando os soldados quisessem, evidenciando a visão sexista da sociedade japonesa naquele período.

Por meio do conceito proposto por ela de violência sexual estratégica, foi possível analisar a fundo as motivações que levaram o exército japonês a desenvolver um amplo sistema de escravidão sexual, bem como compreender quais eram os benefícios que os militares japoneses acreditavam que conseguiriam obter utilizando tal forma de violência.

A imensa maioria das “mulheres de conforto” era mulheres da península coreana devido à crença de que o povo coreano era inferior ao japonês, de modo que as mulheres coreanas seriam ideais para a exploração sexual, diferente das mulheres japonesas, que possuíam a função materna. Este fato abre espaço para uma possível análise, feita a partir do fator étnico evidente na estruturação do sistema de conforto.

Embora não fosse o objetivo da presente pesquisa, é possível notar que, analisando o contexto da criação do sistema de conforto, este caso se trata de um caso no qual ocorreu violência sexual como uma forma de genocídio.

A violência sexual como genocídio se caracteriza como uma forma de violência que é direcionada à uma população específica, com objetivo de desestruturar e de inferiorizá-la. Considerando o fator étnico inerente à estruturação do sistema de conforto e as consequências que a violência sexual teve na vida das vítimas e na sociedade sul-coreana, pode-se observar que trata-se de uma forma de genocídio aplicada pelo Exército Imperial Japonês, o que poderia reforçar a necessidade que o Japão seja responsabilizado pelo desenvolvimento das estações de conforto.

Outro ponto que pode ser visto a partir da pesquisa desenvolvida até o presente momento está relacionado à teoria trabalhada de Wood.

A teoria da autora visa encontrar uma explicação teórica para a variação da violência sexual em conflitos armados, argumentando que os objetivos dos líderes militares são o ponto chave para compreender porque há grupos que fazem uso desta forma de violência e outros que não o fazem.

No entanto, o que se pode notar na teoria de Wood é que, apesar de a autora ter sido capaz de desenvolver uma explicação coerente para se entender a prática da violência sexual em conflitos armados, sua teoria termina por centrar-se fortemente em questões

organizacionais, ou seja, questões que envolvam o funcionamento do próprio grupo armado.

A grande problemática disso está no fato de que, ao olhar para as justificativas e motivações do grupo armado, a perspectiva das vítimas dessa violência é deixada de lado.

É evidente que as motivações militares são essenciais para que se possa compreender os padrões de violência que são apresentados por um grupo armado, porém focar a análise apenas nos objetivos que o exército pretende alcançar para entender a prática ou não da violência sexual significa, também, focar a análise apenas nas visões dos líderes militares. Trata-se, portanto, de uma análise que é feita de cima para baixo, sem que a visão dos indivíduos que são violentados seja levada em consideração.

Por este motivo, pesquisas futuras poderiam ser produzidas visando a possível lacuna deixada pela teoria apresentada pela autora, buscando formas de evitar que os estudos dos casos escolhidos sejam feitos somente a partir da perspectiva masculina militarizada.

A presente pesquisa buscou, neste sentido, dar voz às vítimas do Exército Imperial Japonês por meio de relatos e de outras pesquisas anteriores que evidenciaram a visão destas mulheres, como uma forma de evitar que elas fossem de alguma forma silenciadas no decorrer do trabalho.

O que se pôde concluir através dos estudos apresentados, portanto, é que o Japão Imperial fez uso da violência sexual contra mulheres majoritariamente coreanas como uma estratégia militar, visando obter vantagens táticas durante a Segunda Guerra Mundial, gerando inúmeras consequências práticas para a vida posterior das vítimas, que ficaram marginalizadas e com sequelas físicas e psicológicas.

Por esta razão, é essencial que os governantes japoneses, busquem acatar as exigências das vítimas e de suas representantes do Conselho Coreano, tendo em vista o crime de guerra cometido pelo Império durante o período, visando restaurar a dignidade que lhes foi tirada quando foram enviadas às estações de conforto.

6. Referências bibliográficas

- AHMED, Sara. **Living a feminist life**. Duke University Press, 2016.
- ÁLVAREZ, María del Pilar. **La sociedad civil transnacional contra-ataca: El rol del Consejo Coreano para las mujeres raptadas por Japón como esclavas sexuales en la rectificación del pasado agresor de Japón en la región. 1991-2015**. Miríada: Investigación en Ciencias Sociales, v. 8, n. 12, p. 95-118, 2016.
- ÁLVAREZ, María Del Pilar. **Poscolonialismo y derechos humanos en el este de asia. El caso de las ex esclavas sexuales de la armada imperial japonesa: de la prostitución forzada al feminismo humanitario**. Revista Pilquen-Sección Ciencias Sociales, v. 18, n. 1, p. 14-24, 2015.
- ASIAN BOSS. Life as a “comfort woman”: story of Kim Bok-dong. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qsT97ax_Xb0&list=LL&index=5. Acesso em: 12 out. 2021.
- AZENHA, Tatiana Sofia Fonseca. **Para além do silêncio: o sistema de conforto e o papel dos movimentos feministas na questão das Mulheres de Conforto na Coreia do Sul: 1905-2015**. 2018. Tese de Doutorado.
- BARNABÉ, Israel Roberto. Edward Carr: o embate Idealismo/Realismo nos dias atuais. **BARNABÉ, IR; ALVES DO CARMO, C.; WINAND, ECA**, 2013, p. 25-46.
- BARROS, Mariana de Oliveira. “Contribuições feministas para as relações internacionais”. **Cena Internacional**, v. 09, n. 01, 2007, pp. 166-181. [Disponível em: <http://132.248.9.34/hevila/CENAInternacional/2007/vol9/no1/8.pdf>]
- BEZERRA, Juliana. **G7 - Grupo dos Sete**. [S. l.], [201-]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/g7-grupo-dos-sete/>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- BRITES, Alessandra Scangarelli. **IMPERIALISMO E COLONIZAÇÃO: A REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES INTRÍNSECAS E DÚBIAS ENTRE AS ELITES JAPONESA E COREANA ATRAVÉS DO CINEMA**. **André Bueno• Edelson Parnov Mateus Nascimento• Vanessa Ferreira**. 2020.
- BRITES, Pedro Vinícius Pereira. **A crise na península coreana e a segurança regional do leste asiático**. Dissertação de Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/103904>. Acesso em: 07 jul. 2021.
- BRITTO, João Matheus Ribeiro Costa. " A hora mais escura": a mulher, a defesa e a segurança nas relações internacionais. 2016.

- BÜKI, Sára Dorottya. **Gender & war: Wartime sexual and gender-based violence The case of Rwanda**. 2019. Tese de Doutorado. BCE Társadalomtudományi és Nemzetközi Kapcsolatok Kar.
- BURNS, Susan. **Bodies and borders: syphilis, prostitution, and the nation in Japan, 1860–1890**. *US-Japan Women's Journal. English Supplement*, p. 3-30, 1998.
- CESAR, William Carmo. De como a Rússia chegou aos Mares. **Ano XI-Nº 27**, p. 20, 2020. [Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/64815907/Pax_assyriaca.pdf?1604143790=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DPax_assyriaca_sem_vitoria_nao_ha_paz.pdf&Expires=1625257156&Signature=Q4iQtp4ZaPLzDd9noHW9KLBYYftvDUiPtOfwrwSiNtEy3d1xs3wAGMcA6ZRVZuZcyy3VDOHrwaZ9t9pkm22Qu8ZioZHcl6PZOyTSUPcu351xUmzg6Gs46lnYfy7TS~MdxW0TkI2uOFGJQ9xw2fyI3sqZvKFKOP~ldp6B756TVZMwVarujhLGt~UnnDddX0wYuybVI2oWji6VFctziVwcub74dSDQnSdlIdX8vL5IP5aXRG--e105th5Je6tYI0REJN9F4KqixyRQIIF5keXFUDzSp7iA4qrAn4m~sc~w4gOR~~I3MutpsaPfeWzAHF1uu20zKmBIEGPsO1fvje~A__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=20]
- CHA, Victor D. Bridging the gap: The strategic context of the 1965 Korea-Japan normalization treaty. **Korean Studies**, v. 20, n. 1, p. 123-160, 1996.
- CHANG, Pil-wha; KIM, Eun-Shil (Ed.). **Women's experiences and feminist practices in South Korea**. Ewha Womans University Press, 2005. [Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=ianCNxq591oC&oi=fnd&pg=PA67&dq=confucianism+in+korea&ots=QqHoZVjwmC&sig=IU6Rg12ohYwnvopCEtCDAFYc8oI#v=onepage&q&f=false>]
- CHO, MiJin. **Victim Silencing, Sexual Violence Culture, Social Healing: Inherited Collective Trauma of World War II South Korean Military “Comfort Women”**. 2020.
- CONNELL, Raewyn W. On hegemonic masculinity and violence: Response to Jefferson and Hall. **Theoretical criminology**, v. 6, n. 1, p. 89-99, 2002.
- CYNTHIA Enloe: Faculty Biography. Worcester, Massachusetts, Estados Unidos: Clark University, [201-]. Disponível em: <https://www2.clarku.edu/faculty/facultybio.cfm?id=343>. Acesso em: 8 abr. 2021.

- DAIMYO – Os senhores feudais do Japão. **Suki Desu**, [s. l.], s.d. Disponível em: <https://skdesu.com/daimyo-os-senhores-feudais-do-japao/>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- DAUER, Harry. **Confucianism and its Influence on Marriage in Japan under the Meiji Civil Code and the Post-War Constitution**. 2006.
- DOLGOPOL, Tina. Civil society and the search for justice: the Tokyo women's tribunal. 2006.
- DOLGOPOL, Tina. **The Judgment of the Tokyo Women's Tribunal**. *Alternative Law Journal*, v. 28, n. 5, p. 242-249, 2003.
- DUARTE, Patricia Noemí. “**El Estado Colonial Japonés en Corea. Su alcance y sus consecuencias, 1931-1945**”. XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche. [Disponível em: <http://cdsa.aacademica.org/000-008/404.Pdf>]
- ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches and Base: Making Feminist Sense of International Politics*, 2nd edn (Berkeley, CA. 2000).
- ESTATUTO de Roma: Tratado que instituiu o Tribunal Penal Internacional completa 12 anos: O Estatuto de Roma, tratado que estabeleceu o Tribunal Penal Internacional (TPI), completa 12 anos de existência. **Migalhas**, [s. l.], 16 jul. 2010. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI111307,91041-Estatuto+de+Roma+Tratado+que+instituiu+o+Tribunal+Penal+Internacional>. Acesso em: 27 nov. 2019.
- FOIATTO, Jordana. **Representação de gênero nos conflitos armados: Uma análise da produção teórica feminista em Relações Internacionais a partir de 1980**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Pelotas. 2017. (25 fs.) [Disponível em: http://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1496062018_ARQUIVO_TCC_Jordana.pdf]
- GALHERA, Katiúscia Moreno & MASO, Tchella. “Entrevista com J. Ann Tickner”. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 06. n. 11, jan./jun. 2017, pp. 15-23. [Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6901/3924>]
- GAO, Xiongya. **Women existing for men: Confucianism and social injustice against women in China**. *Race, gender & class*, p. 114-125, 2003.
- GARCÍA, Mariano Sánchez. *Nacionalismo e identidad nacional en Corea, 1876-1945*. Dissertação de Mestrado em Ásia Oriental Contemporânea. Universidade Autônoma de Barcelona. 2010. [Disponível em: <https://www.recercat.cat/handle/2072/97245>]

- GARCÍA, Mariano Sánchez. **Nacionalismo e identidade nacional enCorea, 1876-1945**. Dissertação de Mestrado em Ásia Oriental Contemporânea. Universidade Autônoma de Barcelona. 2010. [Disponível em: <https://www.recercat.cat/handle/2072/97245>]
- GERSEN, Jeannie Suk. **Seeking the True Story of the Comfort Women: How a Harvard professor's dubious scholarship reignited a history of mistrust between South Korea and Japan**. [S. l.]: The New Yorker, 25 fev. 2021. Disponível em: <https://www.newyorker.com/culture/annals-of-inquiry/seeking-the-true-story-of-the-comfort-women-j-mark-ramseyer>. Acesso em: 21 dez. 2021.
- GONÇALVES, Williams. **Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- HALLEY, Janet. Rape at Rome: Feminist interventions in the criminalization of sex-related violence in positive international criminal law. **Mich. J. Int'l L.**, v. 30, p. 1, 2008.
- IGA, Mamoru. **Sociocultural factors in Japanese prostitution and the "prostitution prevention law"**. Journal of Sex Research, v. 4, n. 2, p. 127-146, 1968.
- JAPAN urges South Korea to 'immediately' act after 'comfort women' ruling is finalized**. Kyodo: The Japan Times, 23 jan. 2021. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2021/01/23/national/japan-south-korea-comfort-women-ruling/>. Acesso em: 21 dez. 2021.
- JAYASIMHA, Shreyas. **Victor's Justice, Crime of Silence and the Burden of Listening: Judgement of the Tokyo Tribunal 1948, Women's International War Crimes Tribunal 2000 and Beyond', 2001 (1)**. Law, Social Justice and Global Development (LGD), p. 2001-1, 2001.
- JESUS, Diego Santos Vieira de. Mundo macho: homens, masculinidades e relações internacionais. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 109, p. 309-364, 2014.
- KIM, Jimin; BISLAND, Beverly Milner Lee; SHIN, Sunhee. **Teaching about the Comfort Women during World War II and the Use of Personal Stories of the Victims**. Education About ASIA, v. 24, n. 3, 2019.
- KIMURA, Kan. **"Discourses about comfort women in Japan, South Korea, and international society"**. International Relations and Diplomacy, december 2015, v. 03, n. 12, pp. 809-817. [Disponível em: <http://www.davidpublisher.org/Public/uploads/Contribute/568238bd9d2d4.pdf>]
- KOREA NOW. EP1. [Interview] The story of Lee Yong-soo, victim of Japanese wartime sexual enslavement. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q9GBaAtCewk>. Acesso em: 11 out. 2021.

- KUMAGAI, Naoko. The background to the Japan-Republic of Korea Agreement: Compromises concerning the understanding of the comfort women issue. **Asia-Pacific Review**, v. 23, n. 1, p. 65-99, 2016.
- LADINO, James. “Ianfu: No comfort yet for Korean comfort women and the impact of house resolution 121”. **Cardozo Journal of Law & Gender**, v. 15, 2009, pp. 338-339.
- LAI, Grace. **Comfort Women in Japan and Korea**. Dalhousie J. Legal Stud., v. 11, p. 32, 2002.
- LASSANCE, Antonio E. Charles Tilly-Democracy. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 1, p. 372, 2009.
- LEE, Jerry Won. “**Legacies of Japanese colonialism in the rhetorical constitution of South Korean national identity**”. *NationalIdentities*, v. 16, v. 01, 2014, pp. 01-13. [Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14608944.2013.843516>]
- LEE, Na-Young. The Korean Women’s Movement of Japanese Military “Comfort Women”: Navigating Between Nationalism and Feminism. In: **Feminist Theory Reader**. Routledge, 2020. p. 452-459.
- LEE, Sue R. “**Comforting the comfort women: Who can make Japan pay**”. *University of Pennsylvania Journal of International Law*, v. 24, n. 02, 2014, pp. 509-547. [Disponível em: <https://scholarship.law.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1256&context=jil>]
- LIE, John. **The state as pimp: prostitution and the patriarchal state in Japan in the 1940s**. *The Sociological Quarterly*, v. 38, n. 2, p. 251-263, 1997.
- LIE, John. The transformation of sexual work in 20th-century Korea. **Gender & Society**, v. 9, n. 3, p. 310-327, 1995.
- LIE, John. The transformation of sexual work in 20th-century Korea. **Gender & Society**, v. 9, n. 3, p. 310-327, 1995.
- LIMA FILHO, José Floriano Pereira. **Questões estratégicas na relação Japão-China: Uma análise qualitativa sobre a economia política da cooperação, desenvolvimento pragmático após a Segunda Guerra Mundial e seus antecedentes**. 2017. [Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/24782>]
- LIMA, Diogo Shimizu. “O expansionismo territorial nipônico”. 2005, pp. 01-15. (mimeo)
- MAFFEO, Aníbal José. La Guerra Ruso Japonesa de 1904-1905. *Revista Relaciones Internacionales*, [s. l.], ano 2004, v. N° 26, Primeiro semestre 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/10091456/La_Guerra_Ruso-Japonesa_de_1904-1905.

Acesso em: 13 jul. 2021.

- MAGNO, Bruno. **Revolução nacional e guerra prolongada na China: Análise estratégica e operacional da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2018.
- MAGNO, Bruno. **Segunda Guerra sino-japonesa: Gênese de um modo asiático de fazer a guerra?** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. (123 fs.)
- MARIA Eriksson Baaz. [S. l.]: Uppsala University, s.d. Disponível em: <https://katalog.uu.se/profile/?id=N9-1696>. Acesso em: 27 nov. 2019.
- MARIUTTI, Eduardo Barros. “**Política internacional, relações internacionais e economia política internacional: Possibilidades de diálogo**”. Texto para Discussão, n. 218, abr 2013, pp. 01-48.
- Mehra, Nishta J. “**Sara Ahmed: Notes from a Feminist Killjoy**”. *Guernica*, 17 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.guernicamag.com/sara-ahmed-the-personal-is-institutional/>>. Acesso em 13 de dez. 2021.
- MIN, Pyong Gap. Korean “**Comfort Women**” the intersection of colonial power, gender, and class”. *Gender & Society*, v. 17, n. 6, p. 938-957, 2003.
- MIYAZAKI, Silvio Yoshiro Mizuguchi. **Economia evolucionária e path dependence do investimento externo japonês: Um estudo do Leste Asiático no período pré Segunda Guerra Mundial**. Tese de Doutorado. 2002.
- MORAES, Thaís Guedes Alcoforado de & COIMBRA, Bruna Dias. “Estupro como arma de guerra no Direito Internacional: Uma análise crítica a partir do conflito na República Democrática do Congo”. In: SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; LOPES, Ana Maria D’Ávila; SPOSATO, Karyna Batista (orgs.). XXIV Encontro Nacional do CONPEDI – UFS: Direito Internacional dos Direitos Humanos. Florianópolis: CONPEDI, 2015, pp. 349-367.
- MORAES, Thaís Guedes Alcoforado de & COIMBRA, Bruna Dias. “Estupro como arma de guerra no Direito Internacional: Uma análise crítica a partir do conflito na República Democrática do Congo”. In: SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; LOPES, Ana Maria D’Ávila; SPOSATO, Karyna Batista (orgs.). XXIV Encontro Nacional do CONPEDI – UFS: Direito Internacional dos Direitos Humanos. Florianópolis: CONPEDI, 2015, pp. 349-367.
- MUNRO, André. Robert O. Keohane: American political scientist and educator. **Encyclopedia**

- Britannica**, [s. l.], 29 set. 2019. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Nannerl-Overholser-Keohane>. Acesso em: 6 abr. 2021.
- MURPHY, Leola. **Intersectional feminisms: Reflections on theory and activism in Sara Ahmed's living a feminist life (2017)**. *Women's Studies Journal*, v. 31, n. 2, p. 4-17, 2017.
- NAM, Sun Young. **As relações diplomáticas entre a Coreia do Sul e o Japão: o caso das ‘Mulheres de Conforto’ da Coreia**. 2018. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- NO BRASIL, Representação da UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1998.
- OH, Ingyu; ISHIZAWA-GRBIĆ, Douglas. Forgiving the culprits: Japanese historical revisionism in a post-Cold War context. **International Journal of Peace Studies**, p. 45-59, 2000.
- OKAMOTO, Julia Yuri. **As Mulheres de Conforto na Guerra do Pacífico**. *Revista de Iniciação Científica de Relações Internacionais*, v. 1, n. 1, 2013.
- OLIVEIRA, Gabriella Carvalho de. **O expansionismo japonês: Do isolamento a potência (1854–1912)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História. 2018. [Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/21699>]
- OLIVEIRA, Maria Odete Batista de. Relações internacionais ea exclusão de gênero os direitos humanos das mulheres em questão. In: **Reflexões sobre cidadania e direitos humanos na nova ordem mundial:[e-book]**. Editora Karywa, 2016. p. 167-192.
- ORREILL, Kirsten. “**Who are the Ianfu (comfort women)?**” *New Voices*, v. 02, 2007, pp. 128-152. [Disponível em: http://newvoices.org.au/newvoices/media/JPF-New-Voices-Vol-2-07-ianfu_orreill.pdf]
- PAIVA, Isadora Campregher. O trauma da primeira guerra e a construção de masculinidades hegemônicas no cinema alemão e britânico de 1919 a 1933. 2018.
- PARKINSON, Sarah Elizabeth; WOOD, Elisabeth Jean. Transparency in intensive research on violence: Ethical dilemmas and unforeseen consequences. **Qualitative & Multi-Method Research**, v. 13, n. 1, p. 22-27, 2015.
- PARRILHA, Ariel da Silva. “ESTUDO DA HIPÓTESE DE USO DE VIOLAÇÕES SEXUAIS COMO ESTRATÉGIA EM CONFLITOS ARMADOS DE ELISABETH JEAN WOOD NO CASO DAS “MULHERES DE CONFORTO” COREANAS”. **Universidade Estadual Paulista**, Marília, São Paulo. 2019.

- PEIXOTO, Mariana Raia; LOPES, Nadini de Almeida. **O Amor Sul-Coreano: A Conquista do Ocidente**. XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. 2018, pp. 1-15. [Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2018/resumos/R63-0290-1.pdf>]
- PERES, Andréa Carolina Schvartz. “Campos de estupro: As mulheres e a guerra na Bósnia”. **Cadernos Pagu**, n. 37, 2011, pp. 117-162. [Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a05n37.pdf>]
- PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. **A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva**. In: Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP). 2020.
- PUREZA, José Manuel; MOURA, Tatiana. Violência (s) e guerra (s): do triângulo ao continuum. **Revista Portuguesa de História**, n. 37, p. 45-63, 2005.
- RIBAI, Natasha Paris de. Desconfortável silêncio: dando voz às “mulheres de conforto” por meio dos movimentos feministas sul-coreanos. **Reflexões Internacionalistas**, p. 43, 2021.
- RIBAI, Natasha Paris de. Desconfortável silêncio: dando voz às “mulheres de conforto” por meio dos movimentos feministas sul-coreanos. **Reflexões Internacionalistas**, p. 43, 2021.
- ROSA, Karen Susan Silva Pitinga da. **Perspectivas Feministas e de Gênero nas Relações Internacionais: ponderações sobre a trajetória destas abordagens nos estudos de paz e segurança**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso.
- SAITO, Nádia. **A formação do fascismo no Japão de 1929 a 1940**. Tese de Doutorado em História. Universidade de São Paulo. 2012. [Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-29082012-092205/en.php>]
- SAND, Jordan. “**Historians and public memory in Japan: The ‘comfort women’ controversy: introduction**”. *History & Memory*, v. 11, n. 02, 1999, pp. 117-126. [Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/178925/pdf>]
- SASAKI, Daniella Matsunaga. **A tentativa de remilitarização do Japão no século XXI: Antecedentes históricos e implicações contemporâneas**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília, 2008. (64 fs.)
- SCHILLING, Voltaire. **A China e a Destruição do Palácio de Verão**. [S. l.], 2 jul. 2021. [Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/historia/a-china-e-a-destruicao-do-palacio-de->

- verao,0208c438bb1ea310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html. Acesso em: 2 jul. 2021].
- SHORTER, Edward. On writing the history of rape. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 3, n. 2, p. 471-482, 1977.
- SIKKA, Nisha. **The official marginalization of comfort women**. Honours Thesis. Communications 498. Simon Fraser University. December 11, 2009. (33 fls.) [Disponível em: <http://summit.sfu.ca/item/15225>]
- SOH, C. Sarah. Japan's National/Asian Women's Fund for " Comfort Women". **Pacific Affairs**, v. 76, n. 2, p. 209-233, 2003.
- SOH, Chunghee Sarah. "The Korean 'comfort women': Movement for redress". **Asian Survey**, v. 36, n. 12, dec. 1996, pp. 1226-1240.
- SORRENTI, Santa. **Our only voice: The Korean "comfort women"& surviving the noise of nationalism**. Thesis. Humanities Bachelor of International Studies. Leiden University. May 2015. (28 fls.) [Disponível em: <https://openaccess.leidenuniv.nl/bitstream/handle/1887/33372/Thesis%20Final%20Santina%20Sorrenti%20S1318217%20Robbe.pdf?sequence=1>]
- SOUSA, Rainer Gonçalves. "China - Primeira Era Imperial"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/china/china-primeira-era-imperial.htm>. Acesso em 08 de outubro de 2021.
- SOUSA, Rainer. **Revolução Russa – A crise e a queda do czarismo**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/revolucao-russacrise-queda-czarismo.htm>. Acesso em: 13 jul. 2021.
- SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 9-29, 2017.
- SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 9-29, 2017.
- SOUZA, Ana Clara Telles C. de. "“O pessoal é internacional’: Como as teorias feministas transformam o estudo das Relações Internacionais”. **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, mai. 2014, pp. 01-08. [Disponível em: http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_Ana%20Clara%20Telles%20C%20de%20Souza.pdf]
- STERN, Maria. Maria Stern: Professor. **University of Gothenburg**, [s. l.], 19 abr. 2017. Disponível em:

- https://www.gu.se/english/about_the_university/staff/?languageId=100001&userId=xs
term. Acesso em: 27 nov. 2019.
- Testimonies of Halmonies (Korean “Comfort Women” survivors). 2012. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=AI2WYht2KPs>. Acesso em: 13 out. 2021.
- Testimony: Comfort Women “Halmonies” Talk to the Future Generation. 2020. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=NVzSbPv74oI>. Acesso em: 13 out. 2021.
- UENO, Chizuko. “**The place of ‘comfort women’ in Japanese historical revisionism: Rise of neonationalism in the post-cold war era**”. Sens-public, n. 02, feb 2006, pp. 01-07
[Disponível em: http://sens-public.org/IMG/pdf/SensPublic_Chizuko_Ueno_ComfortWomen.pdf]
- URSEL, Jane. *Against our Will: Men, Women and Rape*. Susan Brownmiller. **Atlantis: Critical Studies in Gender, Culture & Social Justice**, v. 1, n. 2, p. 144-147, 1976.
- VIDDSEE. Herstory - War Crushed Her Body But Not Her Soul // [Viddsee.com](https://www.youtube.com/watch?v=eXu_0in6_IM). 2017.
Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eXu_0in6_IM. Acesso em: 12 out. 2021.
- VITO, Daniela de; GILL, Aisha; SHORT, Damien. “A tipificação do estupro como genocídio”. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, ano 06, n. 10, São Paulo, jun.2009, pp. 29-51. [Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/sur/v6n10/a03v6n10.pdf>]
- WATANABE, Paulo Daniel. “Japão: Uma potência militar ‘invisível’ na Ásia?” **III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa San Tiago Dantas**, 2011, pp. 01-21.
- WOOD, Elisabeth Jean. “Armed groups and sexual violence: When is wartime rape rare?” **Politics & Society**, v. 37, n. 1, 2009a, 131-161.
- WOOD, Elisabeth Jean. “Conflict-related sexual violence and the policy implications of recent research”. **International Review of the Red Cross**, v. 96, n. 894, 2014, pp. 457-478.
- WOOD, Elisabeth Jean. “La violencia sexual asociada al conflicto y las implicaciones políticas de investigaciones recientes”. **Revista Estudios Socio-Jurídicos**, v. 18, n. 02, 2016, pp. 13-46.
- WOOD, Elisabeth Jean. “Los procesos sociales de la guerra civil: La transformación de redes sociales en tiempos de guerra”. **Análisis Político**, v. 23, n. 68, 2010, pp. 101-124.
[Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/45797/47323>]
- WOOD, Elisabeth Jean. “Rape during war is not inevitable: Variation in wartime sexual

- violence”. *In*: BERGSMO, Morten; SKRE, Alf Butenschon; WOOD, Elisabeth Jean (eds.). **Understanding and proving international sex crimes**. Beijing: Torkel Opsahl Academic EPublisher, 2012a, pp. 389-419.
- WOOD, Elisabeth Jean. “The social processes of civil war: The wartime transformation of social networks”. **Annual Review of Political Science**, v. 11, 2008, pp. 539-561.
- WOOD, Elisabeth Jean. “Variación de la violencia sexual en tiempos de guerra: La violación en la guerra no es inevitable”. **Revista Estudios Socio-Jurídicos**, v. 14, n. 01, 2012b, pp. 19-57.
- WOOD, Elisabeth Jean. “Variation in sexual violence during war”. **Politics & Society**, v. 34, n. 03, sep 2006, pp. 307-341.
- WOOD, Elisabeth Jean. “Violencia sexual durante la guerra: Hacia un entendimiento de la variación sexual”. **Análisis Político**, v. 22, n. 66, 2009b, pp. 03-27.
- XAVIER, Vitor Galiza. **O desenvolvimento da Coréia do Sul à luz da teoria de Ha-Joon Chang: Uma análise das estratégias de inovação**. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. (58 fs.)
- XOGUNATO: Período feudal do Japão – História do Japão. **Suki Desu**, [s. l.], s.d. Disponível em: <https://skdesu.com/historia-do-japao-xogunato/>. Acesso em: 06 mai. 2021.
- YAMASHITA, Yeong-ae. “**Nationalism and gender in the comfort women issue**”. *Kyoto Bulletin of Islamic Area Studies*, v. 03, n. 01, jul 2009, pp. 208-219. [Disponível em: http://www.asafas.kyoto-u.ac.jp/kias/1st_period/contents/pdf/kb3_1/14yamashita.pdf]
- YASUNAGA, Miriam Mayumi. **Las mujeres de confort: un acuerdo histórico**. *bie3: Boletín IEEE*, n. 1, p. 499-512, 2016.